

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

**A LUTA PELA TERRA E NA TERRA: desafios e perspectivas do
cooperativismo – Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG)**

LUCIMEIRE DE FÁTIMA CARDOSO

Uberlândia (MG)
2012

LUCIMEIRE DE FÁTIMA CARDOSO

**A LUTA PELA TERRA E NA TERRA: desafios e perspectivas do
cooperativismo – Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior

**Uberlândia (MG)
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- C2681 Cardoso, Lucimeire de Fátima, 1979-
2012 A luta pela terra e na terra: desafios e perspectivas do cooperativismo -
Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG) / Lucimeire de Fátima
Cardoso.-- 2012.
155 f. : il.
- Orientador: João Cleps Junior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia - Teses. 2. Cooperativismo - Tupaciguara (MG) - Teses.
3. Reforma agrária - Tupaciguara (MG) - Teses. I. Cleps Junior, João.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia



LUCIMEIRE DE FÁTIMA CARDOSO

A LUTA PELA TERRA E NA TERRA: desafios e perspectivas do cooperativismo –
Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG)

Professor Dr. João Cleps Júnior - UFU

Professor Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza – UEG

Professor Dr. Sérgio Gonçalves - FACIP-UFU

Data: 26 / 09 de 2012

Resultado: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um momento muito especial, pois apesar de ser um trabalho solitário, existem pessoas que fazem toda diferença, pois nos dão suporte e nos ajudam a caminhar e superar os obstáculos que surgem ao longo do caminho.

Primeiro agradeço a Deus, meu suporte e minha inspiração, minha força espiritual que rege toda minha vida e minhas conquistas.

Aos meus pais, que sempre se orgulharam das minhas batalhas e das minhas vitórias e que são meu porto seguro, neles encontro a verdadeira paz e amor incondicional, que somente os pais oferecem a nós.

Ao meu orientador, Prof. Dr. João Cleps, por todo tempo que trabalhamos juntos, por todo meu amadurecimento enquanto pesquisadora, mas também como pessoa, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, eu sabia que ele sempre estaria lá, me apoiando e me oferecendo as ferramentas necessárias para que eu mesma fizesse as minhas próprias escolhas e trilhasse meu caminho.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, professores Sérgio Gonçalves e Marcelo Chelotti. A leitura crítica e atenciosa foi um grande incentivo e um norte essencial para a conclusão desse trabalho, hoje percebo o quanto a banca de qualificação enriquece um trabalho acadêmico.

Aos professores das disciplinas realizadas, especialmente o Prof. Dr. Antônio César Ortega (Instituto de Economia), professor competente e comprometido tanto com seus alunos quanto com a sociedade, foi um prazer imenso ter sido sua aluna.

Aos meus amigos-irmãos: Carla e Ricardo, Carolina, Rene e Fernandinha, Maria José e Thiago (X), que sempre se preocuparam e me deram incentivo para continuar. Mais que amigos, são irmãos que quero compartilhar todos os momentos da minha vida. Como dizem por aí: algumas pessoas nós conhecemos, outras Deus nos apresenta.

Aos amigos do LAGEA, que fazem parte dessa caminhada, sempre dispostos a contribuir com o que fosse necessário. Mesmo numa simples visita, me sentia revigorada pelo carinho e cumplicidade que sempre senti ao lado de todos: Andrêza, Danielle, Fabiana, Jéssica, Geraldo, Natália, Ricardo Freitas, Ricardo Leite, Renata e Thiago.

RESUMO

A heterogeneidade dos sujeitos, a visão de mundo e as complexas relações que são (re)construídas nos assentamentos tem nos mostrado um cenário permeado por conflitos, resistências, avanços e retrocessos, características intrínsecas às relações humanas e estas com seu território, que são responsáveis pelo desenvolvimento e desenrolar da luta na terra em nosso país. A luta pela terra no Brasil tem avançado lentamente, sobretudo se considerarmos apenas as medidas que são tomadas com o objetivo de arrefecer as tensões geradas pelos movimentos. Os assentamentos rurais são criados como medidas paliativas e estes têm enfrentado todo tipo de dificuldades, tanto de implantação quanto de desenvolvimento. Nessa perspectiva, mais do que a luta pela terra os movimentos sociais têm percebido a importância de lutarem pela permanência e sobrevivência na terra. Dessa forma, compreender o cooperativismo, suas dificuldades e potencialidades têm sido um importante mecanismo para se pensar um projeto de desenvolvimento sustentável e coletivo. Assim, tomamos o Assentamento da Fazenda São Domingos em Tupaciguara (MG), tendo como principal objetivo a compreensão do modelo cooperativista adotado pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), a partir da análise da vivência das famílias na área de implantação desse projeto. A COERCO São Domingos, cooperativa implantada no referido assentamento tem representado possibilidades, mas também embates e enfrentamentos entre os sujeitos envolvidos. A compreensão da relação entre os assentados e o movimento foi importante, bem como os pormenores da resistência e questionamento do modelo implantado pelo MTL, processo capaz de dificultar ou até mesmo inviabilizar o projeto conforme proposto.

Palavras chave: Reforma Agrária. Cooperativismo. Fazenda São Domingos. MTL. Triângulo Mineiro.

ABSTRACT

The heterogeneity of subjects, the worldview and the complex relationships that are (re)constructed in the settlements has shown us a scenario permeated by conflicts, resistance, advances and retreats, intrinsic to human relationships with these with their territories, which are responsible for the development and progress of the fight on the ground in our country. The struggle for land in Brazil has advanced slowly, especially if we consider only the measures that are taken in order to cool the tensions generated by the movements. The rural settlements are created as mitigation measures and they have faced all sorts of difficulties, both in implementation and development. From this perspective, rather than the struggle for land, social movements have realized the importance of fighting for the permanence and survival on the land. Thus, understanding the cooperatives, its difficulties and potentialities have been an important mechanism for thinking about a project for sustainable and collective development. Then, we took the settlement in the São Domingos Farm in Tupaciguara (MG), with the primary goal to understand the cooperative model adopted by the Labor Land and Freedom Movement (MTL), from the analysis of the experience of families in the implementation area of this project. The COERCO Santo Domingo, cooperative located in that settlement has represented possibilities, but also clashes and confrontations between the individuals involved. Understanding the relationship between the settlers and the movement was important, as well as the details of the resistance and the questioning of the model introduced by MTL, which is a process that can hinder or even derail the project as proposed.

Keywords: Agrarian Reform. Cooperative. São Domingos Farm. MTL. Triângulo Mineiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índice de Gini da distribuição da terra no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	44
Tabela 2	Município de Tupaciguara: Estrutura fundiária	45
Tabela 3	Índice de Gini: município de Tupaciguara em 1992, 1998 e 2003	45
Tabela 4	Triângulo Mineiro – Assentamentos Rurais (1986 a 2010)	54
Tabela 5	Município de Tupaciguara: Área plantada (hectares) e Quantidade produzida (tonelada) – produção de cana-de-açúcar, soja e milho (1995-2010)	92
Tabela 6	Município de Tupaciguara: Área plantada (hectares) e Quantidade produzida (tonelada) – produção de arroz, feijão, tomate e mandioca (1995-2010)	94

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Ocupação de estrada vicinal próxima à Fazenda São Domingos, 2005	96
Foto 2	Vista aérea do assentamento (área comunitária) na Fazenda São Domingos – Tupaciguara (MG), 2012	97
Foto 3	Máquina agrícola pertencente à COERCO São Domingos	114
Foto 4	Caminhões pertencentes à COERCO São Domingos	115
Foto 5	Horta comunitária (Fazenda São Domingos)	116
Foto 6	Local de preparo das hortaliças para venda (Fazenda São Domingos)	116
Foto 7	Curral com cabeças de gado leiteiro (Fazenda São Domingos)	117
Foto 8	Moagem de cana para alimentação do gado (Fazenda São Domingos)	118
Foto 9	Barracos de lona dos assentados (Fazenda São Domingos)	119
Foto 10	Barracos de lona e rua da área comunitária (Fazenda São Domingos)	119
Foto 11	Barracão comunitário (Fazenda São Domingos)	120
Foto 12	Viveiro de mudas (Fazenda São Domingos)	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Triângulo Mineiro – Número de ocupações realizadas pelo MTL (2004 – 2010)	52
Mapa 2	Localização do município de Tupaciguara, Triângulo Mineiro, (MG)	91
Mapa 3	Planta da Fazenda São Domingos – Tupacigura – MG (2008)	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de ocupações de terra no Brasil no Governo FHC (1995-2002)	32
Gráfico 2	Número de assentamentos rurais no Brasil (2003-2009)	37
Gráfico 3	Triângulo Mineiro: número de ocupações no período (1990 a 2010)	53

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	POLÍTICAS DE ESTADO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO	22
1.1	Reflexões sobre a luta pela terra no Brasil: novos cenários, velhos desafios	23
1.1.1	A luta pela terra no Brasil no pós-1960	24
1.2	O ressurgimento dos movimentos de luta pela terra durante a Ditadura Militar	27
1.3	A reforma agrária no pós-1990	30
1.3.1	A Reforma Agrária nos governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1991-1994)	30
1.3.2	A Reforma Agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)	31
1.3.3	A Reforma Agrária no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	35
1.3.4	A Reforma Agrária no governo Dilma Rousseff	42
1.4	A modernização agrícola e a reestruturação fundiária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	43
1.5	A luta pela terra e a Reforma Agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pós-1980	46
1.5.1	As ações dos movimentos de luta pela terra e a criação de Projetos de Assentamento na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	52
2	(RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: Projeto de Assentamento Fazenda São Domingos, Tupaciguara - MG	56
2.1	Os “diversos” territórios e o território camponês	56
2.2	O cooperativismo como alternativa à expropriação capitalista	64
2.3	O cooperativismo agrícola brasileiro: gênese e diversidade	66
2.4	As formas de produção na agricultura camponesa e o cooperativismo	71
2.5	O associativismo cooperativista em assentamentos rurais	73
		75

2.6	Do modelo à prática: cooperativismo nos movimentos de luta pela terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Terra Trabalho Liberdade (MTL)	
2.7	O cooperativismo no MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade)	82
3	O PROJETO DE ASSENTAMENTO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS - TUPACIGUARA: diversidade socioproductiva e os desafios do cooperativismo	86
3.1	Os assentamentos rurais: desafios da reprodução social do campesinato	87
3.2	Contextualização da Fazenda São Domingos na agricultura regional	91
3.3	A divergência política entre o modelo de Reforma Agrária e a produção coletiva nos assentamentos rurais	94
3.4	COERCO - Cooperativa dos Assentados da Fazenda São Domingos: desafios e perspectivas	106
3.5	A realidade das famílias da Fazenda São Domingos	111
3.6	Do sonho à realidade: um modelo cooperativo em assentamento rural	121
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	132
	ANEXOS	140
Anexo 1	Declaração de adesão à proposta de assentamento coletiva na Fazenda São Domingos – Tupacigura – MG. Pedido de admissão na COERCO São Domingos. Pedido de admissão na COERCO São Domingos	141
Anexo 2	Roteiro de Entrevista 2 – Presidente da COERCO São Domingos – Tupaciguará / MG	142
Anexo 3	Roteiro de Entrevista 2 – Assentados da Fazenda São Domingos – Tupaciguará / MG	147
Anexo 4	Roteiro de Entrevista 3 – Direção Nacional do MTL	153

INTRODUÇÃO

A compreensão das políticas de assentamentos rurais e da atuação dos movimentos de luta pela terra é fundamental para entendermos a evolução da Reforma Agrária em nosso país. Essas políticas e ações são processos históricos que se arrastam por séculos e, pela análise da conjuntura atual, estão distantes de ser um problema superado.

O campo brasileiro tem passado por muitas transformações nas últimas décadas, principalmente, em relação à tecnologia empregada nas grandes lavouras e à consolidação do agronegócio. O Estado tem privilegiado o agronegócio e promovido à exclusão dos trabalhadores rurais por meio de políticas públicas que beneficiam, em sua maioria, os grandes empresários agrícolas.

Assim, o Estado assume como prioridade o modelo agroexportador e os *superávits* das balanças comerciais alcançados pelo agronegócio devido, especialmente, à modernização no campo; nesse sentido, as representações patronais se encarregam de demonstrar para a sociedade que o campo brasileiro não necessita de Reforma Agrária para se alcançar o tão almejado sucesso agrícola.

O modo de produção capitalista, que tem como princípios fundamentais a acumulação, a exploração e a subordinação da classe trabalhadora, impondo condições de vida precária, apresenta-se como uma situação a ser superada. Dessa forma, os sujeitos sociais que vivem à margem da sociedade necessitam de alternativas que ofereçam condições de vida para sua sobrevivência e reprodução, tais como, moradia, saúde, alimentação e educação.

Uma das alternativas a esse modelo de sociedade imposto pelo modo de produção capitalista revela-se nos sistemas de cooperação forjados no bojo dos movimentos sociais, sobretudo, aqueles de luta pela terra. A principal característica deste modelo de cooperativismo gestado por intermédio dos movimentos sociais é a autogestão e a busca pela autonomia econômica, política e social que promove desdobramentos importantes sobre a produção, como por exemplo, a possibilidade de produzirem de maneira mais eficiente e organizada, contribuindo para a permanência das famílias na terra. Isso se torna evidente quando colocamos em relevo a atuação dos movimentos de luta pela terra no país e, especificamente, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba¹.

Outras questões sobre as dificuldades de permanência na terra são importantes, principalmente, aquelas que dizem respeito ao processo de desmobilização recorrente nos assentamentos do Triângulo Mineiro bem como em outras regiões do Estado. Isso é resultante de

¹ De acordo com o IBGE, é uma mesorregião composta por 66 municípios. A mesorregião engloba as seguintes microrregiões: Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Araxá e Ituiutaba.

processos históricos, mas, também, da lógica de mercado dominante no cenário nacional. Com isso, refletir sobre a questão do cooperativismo é colocar em relevo mecanismos e práticas para se pensar em um projeto de desenvolvimento sustentável e coletivo nos assentamentos de Reforma Agrária.

O cooperativismo revela outra perspectiva da luta e permanência na terra. O modelo de produção baseado em cooperativas vem como alternativa às dificuldades postas depois da conquista da terra, ou seja, para possibilitar a produção dos meios de existência do homem camponês.

E é com esse objetivo que tomamos o Projeto de Assentamento (PA) Fazenda São Domingos em Tupaciguara (MG), como objeto de análise neste trabalho. Buscamos com este estudo a compreensão do modelo cooperativista adotado pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), bem como a análise do processo de organização coletiva de produção considerando suas principais dificuldades e potencialidades a partir da vivência das famílias na área de implantação do projeto.

Apesar de esse modelo ter apresentado percalços ao longo da implantação do projeto, dificultando a efetivação do modelo cooperativista, a Fazenda São Domingos é um modelo alternativo e diferenciado de gestão de áreas de Reforma Agrária. A dificuldade de implantação da cooperativa se dá em virtude do assentamento ser um espaço permeado por obstáculos a serem superados, pois conforme Fabrini (2003, p. 65), “as ações coletivas são atividades desenvolvidas a partir da construção de espaços de socialização política entre os camponeses dos assentamentos”. Nesse sentido, é importante destacar que é necessário que haja coesão entre as famílias e que a cooperativa ocupe um papel para além da produção e seja, também, um espaço pedagógico para a continuidade da luta pela terra.

O referido espaço, portanto, tem se mostrado como um “laboratório” dessas alternativas de produção para os pequenos agricultores, desenvolvendo e potencializando experiências quanto ao uso da terra, fundadas nos princípios da cooperação e solidariedade, características importantes no desenvolvimento de atividades produtivas e sociais, e que contribuem sobremaneira para a viabilidade da permanência dos assentados no campo.

A Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural Comunitário do Assentamento São Domingos (COERCO São Domingos), criada em 29 de julho de 2006, com a participação de 36 pessoas, simboliza o projeto coletivo idealizado pelo MTL. Para participar da cooperativa, como associados, os agricultores devem optar, livremente, obedecendo às normas constantes em seu Regimento Interno.

Para que as famílias possam ser assentadas na Fazenda São Domingos, é necessário que elas assinem uma declaração afirmando que estão de acordo com todas as normas que regem a cooperativa, destacando-se, inclusive, que elas não terão titulação de posse. Nesse documento está

explícito que a maior área desapropriada é destinada à produção coletiva e que apenas 3 hectares (1 alqueire) por família serão de uso individual.

Esse projeto tem despertado inúmeras dúvidas e questionamentos, uma vez que se apresenta como uma proposta diferenciada de gestão de áreas de assentamentos rurais. Nessa perspectiva, foi necessário aprofundar a temática estudada com a realização de trabalhos de campo na área que foram fundamentais para a compreensão do cotidiano e de como os obstáculos se apresentam para as famílias assentadas.

Inicialmente, é importante destacar as escolhas pessoais desta pesquisa, isto é, a Geografia Agrária e o tema da Reforma Agrária, sobretudo, a escolha de um assentamento cuja base de produção principal é o cooperativismo. O interesse pela Geografia Agrária se deve ao fato de ela possibilitar a compreensão e o questionamento da questão agrária brasileira, temática que, indiretamente, envolveu minha vida e, diretamente, envolveu a vida da minha família.

Abriremos um parêntese para expor um pouco sobre a nossa trajetória pessoal e o envolvimento com o tema de pesquisa. Apesar de não ter vivido propriamente no campo, sempre ouvi dos meus pais, que nasceram e viveram boa parte de suas vidas em fazendas como meeiros, sobrevivendo às dificuldades e injustiças no campo. Eram relatos, por diversas vezes, de como após muito trabalho, quando os pastos estavam limpos e as lavouras estavam crescendo, os proprietários das fazendas pediam para eles se retirarem; eles saíam como dizia minha mãe: *“com as mãos abanando.”*

Além de não possuírem a terra, que em suas mãos seria terra de trabalho e não de negócio, como afirma Martins (1980), não era permitido que eles usufríssem do seu próprio trabalho. Essas histórias contadas por meus pais, sempre me entristeceram e indignaram, pois sei que ainda hoje é uma realidade de muitas famílias, semelhantes à minha – um casal, com pouco ou quase nenhum estudo, grande quantidade de filhos – que tem que se sujeitar aos detentores dos meios de produção, a terra.

Compreender o campo e suas relações contraditórias e de injustiça me instigou, desde o início da graduação, pois apesar de não ter vivido esses momentos que foram tão marcantes na vida de meus pais e irmãos, marcaram-me profundamente, de tal maneira, que a luta pela terra travada por inúmeros trabalhadores no Brasil representa a luta que minha família não pôde travar; sinto-me em casa quando estou dentro dos barracos de lona dos trabalhadores que conheci e com quem pude compartilhar indignações, questionamentos e esperanças.

Esse contexto de história familiar foi motivação para que eu buscasse crescer enquanto pesquisadora. A luta pela terra e pela Reforma Agrária é essencial para mudanças significativas na vida do homem camponês, pois se ela já tivesse sido realizada, provavelmente meus pais e inúmeras outras famílias não teriam passado por tantas humilhações e injustiças. Não teriam vivenciado

situações extremas, como terem que fechar uma porteira e olhar pra trás e ver todo seu trabalho de sol a sol nas mãos de quem possui o capital. Eles ficaram sem condições de ir à luta e sem a terra, sem existirem como camponeses.

Por conseguinte, uma pesquisa não consegue a imparcialidade absoluta requerida nas Ciências e na academia, pois nossa visão de mundo, as crenças e os desejos invariavelmente são/e fazem parte do trabalho de pesquisa. As escolhas, tanto teórica quanto metodológica e mesmo do objeto de pesquisa, a temática a ser pesquisada, são resultado disso, uma vez que pesquisamos algo que nos intriga e nos desperta curiosidade e indagações.

Durante a graduação, juntamente com minhas pesquisas de Iniciação Científica (IC), fui amadurecendo e buscando a compreensão da luta pela terra e novas indagações foram surgindo. A maior delas refere-se às políticas de assentamentos rurais e às dificuldades de permanência das famílias depois da conquista da terra. Ao longo do tempo, essas questões foram se desvelando, outras ganhando novas escalas, como por exemplo, a necessidade de criação de mecanismos que tornem o trabalho na terra viável econômica, política, social e culturalmente. Isto é, a terra para além de sua função meramente produtiva, a conquista em todas as dimensões – terra de trabalho e de vida.

A pesquisa realizada para a construção da monografia do curso de bacharelado em Geografia foi realizada no PA Fazenda Nova Tangará, no município de Uberlândia (MG). Nesse período, pude estudar a questão agrária na região e vivenciar durante os trabalhos de campo, as dificuldades e potencialidades do cotidiano de um assentamento rural. Outra experiência importante em minha trajetória profissional e pessoal foi ministrar aulas de Geografia para as turmas de ensino técnico da Escola Família Rural 25 de Julho, na própria Fazenda São Domingos, durante os anos de 2007 a 2009.

Com essas experiências, vivenciei a proposta do cooperativismo, as formas de trabalho e de produção adotados. Isso, de certa forma, veio ao encontro de meus anseios iniciais e, assim, decidi realizar minha pesquisa de mestrado com essa temática. O projeto cooperativista adotado pelo MTL, nesse assentamento, é único e concebe uma possibilidade diferenciada de gestão de áreas de Reforma Agrária.

Assim, percebo o quanto a luta pela terra é importante, mas essa é apenas uma das escalas de luta, as demais se desvelam na luta na terra, ou seja, a permanência do camponês apresenta-se como um desafio ainda maior. Geralmente, este é momento em que muitas famílias vão cada uma para o seu lote e decidem produzir individualmente e, devido à falta de recursos financeiros e técnicos, a produção torna-se inviabilizada.

O modelo adotado na Fazenda São Domingos representa uma possibilidade diferenciada de produção e mesmo de convivência social. No entanto, é importante levar em consideração a

diversidade representada pela heterogeneidade dos sujeitos e, assim, compreendermos que as relações que permeiam o cotidiano das famílias são complexas e não podem ser suprimidas pela “padronização” de um modelo cooperativista.

Por ser um espaço heterogêneo, as diversidades e as complexidades estão sempre presentes e, sendo assim, elas não podem simplesmente ser ignoradas. Assim, é importante destacar que o modelo cooperativista apresenta inúmeras vantagens e desafios que serão evidenciados ao longo da presente pesquisa.

A metodologia utilizada em uma pesquisa é fundamental para nortear o pesquisador em suas escolhas e no decorrer de sua trajetória de investigação. O que foi visto e, sobretudo, vivido é fundamental para as suas apreensões sobre determinado objeto e sujeitos da pesquisa. Isso explica porque uma pesquisa sobre um mesmo elemento analisado por diferentes pesquisadores chega a conclusões diversas, levando em conta os objetivos e diferentes olhares sobre a mesma realidade.

A metodologia é importante para que não levemos em consideração apenas as nossas conclusões, pois coloca no mesmo plano um conjunto de regras aceitas dentro de uma área de conhecimento. A Geografia, em nosso caso, orienta o olhar sobre o empírico e permite a movimentação do material teórico. Assim, conforme afirma Brandão (1987, p. 7): “durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia científica adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja: de sua subjetividade.” Portanto, a metodologia tem como principal função orientar o ato de pesquisar, a nossa subjetividade, que é importante, mas não pode ser considerada como único norte da pesquisa.

Para a realização desta pesquisa e a construção da dissertação, foi necessária a coleta de dados secundários, com leituras temáticas, pesquisa em livros, artigos, dissertações e teses relacionadas à temática estudada. A leitura desse material foi fundamental para que pudéssemos construir o conhecimento teórico, a partir da revisão e análise de pesquisas anteriormente realizadas e que se apresentaram como suporte para compreendermos os processos que permeiam a Reforma Agrária e a luta pela permanência em áreas de assentamentos rurais.

A revisão bibliográfica desta pesquisa pauta-se na literatura sobre a Reforma Agrária e na compreensão do desenvolvimento histórico do cooperativismo e das experiências coletivas em assentamentos rurais. Para tal, foi realizada uma análise da estrutura fundiária e modernização agrícola ocorrida na mesorregião do Triângulo Mineiro, para compreendermos historicamente a ocupação dessa região e seu desenvolvimento com a implantação e fortalecimento do agronegócio. Além efetuar leituras orientadas para compreender as políticas de criação de assentamentos rurais, estudamos os movimentos de resistência frente ao modelo produtivo capitalista de territorialidade no campo.

Concomitantemente, foi realizado o trabalho de campo, etapa fundamental para conhecermos e apreendermos sobre o universo dos assentados e o cotidiano das famílias que vivem na Fazenda São Domingos. Outra questão importante a ser destacada é a importância do trabalho empírico para a análise de como as políticas públicas, voltadas ao campo brasileiro e as relações de poder que dinamizam a luta pela terra engendram processos contraditórios, que são decisivos para o desenvolvimento do espaço agrário brasileiro.

Assim, a preparação do trabalho de campo ocorreu desde a escolha da temática a ser desenvolvida no projeto de pesquisa. No entanto, a organização e preparação dessa etapa, inclusive o envio de material para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade, nos deu uma ideia do quanto essa fase foi importante e desafiadora ao mesmo tempo.

Nessa etapa do trabalho de campo, lidamos com seres humanos que trazem uma história de vida consigo, criam expectativas com a nossa presença em suas casas e são seres contraditórios e complexos, que como todos nós têm seus questionamentos e incertezas quanto ao futuro do projeto do qual fazem parte. Desse modo, mostram suas fragilidades, incertezas e medos, e também esperanças e, assim, nesse momento, o pesquisador precisa ser sensível e perceber a riqueza que essa etapa representa para a pesquisa.

Assim, esse momento pode ser considerado delicado, mas, também, muito rico, pois nos mostra as particularidades da área de pesquisa e a essência de seus sujeitos que, por muitas vezes, mostram-se por completo frente aos nossos questionamentos e expõem sua vida contribuindo para uma pesquisa que poderá potencialmente trazer melhorias para as suas vidas e de outras famílias envolvidas na luta pela terra.

O trabalho de campo foi realizado no mês de agosto de 2011. O material a ser utilizado durante os trabalhos de campo foram minuciosamente analisados pelo Comitê de Ética e foram realizadas várias solicitações de adequação até que o material estivesse de acordo com as normas exigidas pelo comitê.

Apesar do atraso que o processo burocrático acarretou, ele foi fundamental para que o material fosse adequado, a fim de respeitar os sujeitos da pesquisa, conforme se mostra necessário quando trabalhamos com seres humanos. Além disso, esse processo despertou a responsabilidade que temos como pesquisadores. A fase de construção do material a ser utilizado em campo e o envio para a análise do Comitê de Ética serviu como um processo de amadurecimento e senso de responsabilidade. Dessa forma, a interação e a construção de uma relação de confiança foram estabelecidas de maneira gradativa e natural, respeitando os limites dos entrevistados.

Essa relação de confiança se faz fundamental principalmente com os assentados da Reforma Agrária, pois esses sujeitos são vistos com desconfiança pela maioria da sociedade que é intensamente “bombardeada” pela mídia a serviço dos grandes proprietários e setores

conservadores. Nesse sentido, é compreensível que esses mesmos sujeitos tenham receio de responder aos questionamentos direcionados a eles e que porventura possam ser usados para criminalizá-los como vândalos e “invasores” de terra.

Outra questão a ser enfatizada é que muitos pesquisadores vão até o local de pesquisa, fazem seu trabalho e não retornam nem ao menos para mostrar o resultado da pesquisa, criam expectativas que não trazem benefício algum para a comunidade pesquisada. Assim, é importante o retorno e o respeito do pesquisador por esses sujeitos que abrem as portas de suas casas e nos recebem de maneira esperançosa e até mesmo afetuosa. Mesmo que a pesquisa não possa trazer resultados imediatos, ela precisa ser socializada com o grupo pesquisado, pois somente assim os sujeitos deixarão de sentir uma frustração em relação aos pesquisadores, sentimento muito comum em assentados da Reforma Agrária.

A aplicação dos roteiros de entrevista (anexos 1 e 2) foi um importante recurso metodológico utilizado para a compreensão da dinâmica das atividades cotidianas e da visão de cada assentado sobre diversos aspectos relacionados às suas vidas e às suas escolhas, dentro do assentamento. É fundamental ressaltar que, os nomes dos entrevistados não foram divulgados, uma vez que essa decisão resguardará o sujeito perante seus companheiros e o movimento de luta pela terra atuante no assentamento (MTL).

O processo de aplicação dos roteiros de entrevista nos possibilitou a compreensão da luta cotidiana e constante dessas famílias e, inclusive, pudemos perceber a emoção e sentimento de impotência ou de vitória que, muitas vezes, transpareceu fortemente na fala desses sujeitos.

A população do assentamento, em agosto de 2011, contava com aproximadamente 30 famílias que moravam efetivamente no local, ocupando uma área comunitária. No entanto, foram aplicados os roteiros de pesquisa em nove famílias, uma vez que essa quantidade foi suficiente para contemplarmos a diversidade de sujeitos que moram nessa área. A escolha dos entrevistados foi feita de maneira dirigida, considerando a distribuição das famílias em diferentes pontos do assentamento.

A aplicação do roteiro de pesquisas foi importante para compreender como se dão as relações cotidianas, bem como o processo produtivo e quais são as principais dificuldades do trabalho coletivo implantado na Fazenda São Domingos.

Os dias passados no assentamento, 15 e 19 de agosto de 2011, além da convivência durante o período trabalhado na Escola da Fazenda São Domingos, foram fundamentais para o estabelecimento de uma relação de confiança, possibilitando a aproximação com as famílias e a participação em atividades cotidianas.

Outra técnica utilizada foi o registro fotográfico, com o objetivo de ilustrar a área de pesquisa e a infraestrutura existente no assentamento. As fotos foram utilizadas com o intuito de

ilustrar a pesquisa e de registrar momentos importantes no decorrer do trabalho de campo. É importante esclarecer que pessoas não foram fotografadas para preservar suas identidades, de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entregue a cada assentado e que foi realizado durante o processo junto ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFU.

Além dos roteiros de entrevistas, foram considerados os diálogos e a participação do pesquisador em reuniões conjuntas, cujos resultados contribuíram para a compreensão e foram fundamentais para a abordagem das temáticas centrais do trabalho, uma vez que essas oportunidades criaram elos de aproximação, construção e fortalecimento da relação entre pesquisador e pesquisado.

Considero ser importante destacar as dificuldades em conseguir realizar as entrevistas, especialmente com lideranças do MTL, uma vez que ocorreram muitos desencontros em relação às agendas desses sujeitos e à disponibilidade dos mesmos para que pudéssemos conversar sobre questões fundamentais e pertinentes a esta pesquisa.

É importante elucidar que a área de pesquisa, a Fazenda São Domingos até o presente ano de 2012, ainda não apresenta nenhuma pesquisa sistematizada, sendo este, o primeiro trabalho desenvolvido nesse assentamento.

Para a análise e compreensão da temática proposta, a dissertação está estruturada em três capítulos: No capítulo 1, o principal objetivo é analisar a evolução da ocupação histórica do espaço agrário brasileiro. A contextualização do (re)surgimento dos movimentos de luta pela terra e as políticas do Estado frente às demandas por Reforma Agrária são importantes para compreendermos a importância dos movimentos para configuração do cenário da luta pela terra no Brasil. O capítulo apresenta uma revisão teórica sobre a questão agrária brasileira e dos movimentos de luta pela terra e a atuação do Estado neste processo. Retrata o (re)surgimento dos movimentos de luta pela terra no cenário nacional, especialmente no período de redemocratização brasileira, que é um marco na luta pela Reforma Agrária.

No capítulo 2, a análise teórica inicia a partir da compreensão do conceito de território, bem como sua importância na construção das relações cotidianas que acontecem nos assentamentos rurais. Nesse capítulo abordamos também a história do cooperativismo e seu desenvolvimento, assim como a forma como os movimentos de luta pela terra adotam e implantam esse modelo em áreas de Reforma Agrária. É importante destacar que essa análise foi essencial para compreendermos a teoria pregada pelos Movimentos e o desenvolvimento das ações práticas que, por vezes, mostram-se discrepantes e permeadas por desafios a serem superados.

No capítulo 3 analisamos a importância da conquista dos assentamentos rurais no Brasil e suas condições de (re)produção, bem como as estratégias buscadas pelos movimentos para a gestão dessas áreas. Nesse sentido é que a análise da cooperativa implantada na Fazenda São Domingos,

no município de Tupaciguara, se faz pertinente para compreendermos as potencialidades e desafios desse modelo de gestão.

Assim, analisamos o processo histórico de constituição da Fazenda São Domingos, ocupação e trajetória de luta realizada por seus assentados. A COERCO São Domingos é analisada com maior profundidade, ou seja, estudamos seu estatuto, documentos e regras que foram impostas para a sua criação e implantação.

O cotidiano na COERCO foi analisado, assim como as conquistas e desafios diários vividos pelos assentados, uma vez que o projeto apresenta um desgaste ao longo do período de sua implantação. A compreensão da relação entre os assentados e o movimento e as formas de resistência e questionamento ao modelo proposto pelo MTL geram conflitualidades capazes de dificultar ou, até mesmo, inviabilizar o projeto conforme proposto. Portanto, nesse capítulo procuramos, a partir de reflexões teóricas, discutir o trabalho coletivo implantado na Fazenda São Domingos.

Por fim, são apresentadas as considerações finais deste trabalho, com algumas reflexões sobre o projeto político e a realidade dos assentados e as percepções e expectativas quanto ao futuro da produção familiar, numa região de forte presença da modernização do campo e consolidação do agronegócio.

1 POLÍTICAS DE ESTADO E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a evolução da ocupação histórica do espaço agrário brasileiro. A contextualização do ressurgimento dos movimentos de luta pela terra e as políticas do Estado diante das demandas por Reforma Agrária é fundamental para compreendermos a importância dos movimentos para configuração do cenário da luta pela terra no Brasil.

A análise se dará em torno da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, bem como da inserção do Cerrado mineiro no cenário produtivo agrícola nacional. As consequências da modernização agrícola apresentam-se como pano de fundo para a mobilização e articulação dos movimentos de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A atuação do Estado, por meio de políticas públicas, explicitada pela postura de cada governo interfere no avanço ou retrocesso de políticas de desconcentração fundiária, ou seja, atuações diferenciadas perante um problema secular: a Reforma Agrária no Brasil.

Este capítulo apresenta uma revisão teórica e bibliográfica dos movimentos de luta pela terra e a atuação do Estado nesse processo. Retrata o ressurgimento dos movimentos de luta pela terra no cenário nacional, especialmente no período de redemocratização brasileira, que é um marco na luta pela Reforma Agrária.

Serão analisados dados de ocupações e a atuação dos movimentos de luta pela terra, por meio do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), demonstrando a importância da ocupação como acesso à terra e como a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem passado por intensos conflitos agrários.

A importância dos assentamentos rurais é destacada no processo de (re)configuração do espaço agrário e a sua representatividade como territórios de lutas e resistência dos trabalhadores rurais. Com efeito, o que se propõe é a revisão de um corpo teórico conceitual, cuja finalidade é pensar como se dão as questões de luta pela terra. Com isso, teremos uma base teórica para refletir a questão agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo o nosso *lócus* de pesquisa a Fazenda São Domingos, localizada no município de Tupaciguara (MG), colocada aqui como uma categoria territorial, com desafios e perspectivas para o estabelecimento de relações de trabalho e produção com a terra.

1.1 Reflexões sobre a luta pela terra no Brasil: novos cenários, velhos desafios

A realidade agrária brasileira é, historicamente, baseada no processo de concentração fundiária, fator que persiste durante todo o processo de ocupação e reocupação do espaço agrário brasileiro. O modelo agrícola exportador vem sendo adotado desde o período colonial, quando a produção agrícola estava voltada ao mercado externo, por meio do sistema de *plantation*, baseado em grandes propriedades monocultoras.

Atualmente, o campo brasileiro está, em grande parte, ocupado pelo agronegócio, que visa à produção em grande escala, tomando imensas propriedades e atendendo à demanda do mercado externo.

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem (FERNANDES, 2008, p. 47).

Assim, o espaço agrário apresenta novas formas de organização, com novas técnicas produtivas, culturas melhoradas e relações de trabalho baseadas no assalariamento. Porém, ainda conserva a estrutura fundiária altamente concentrada, reafirmada com a modernização do campo, a partir da década de 1950, por meio da Revolução Verde.

Essa compreensão do espaço agrário, centrada na concentração fundiária, também está presente na análise de Oliveira.

Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços [...] tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 1994, p. 56).

Nessa conjuntura de concentração fundiária, exploração e expropriação do trabalhador rural, o êxodo rural e o empobrecimento do homem do campo são resultantes desse processo e é nesse cenário que ressurgem, como contraponto, os movimentos de luta pela terra, que buscam a reinserção desses sujeitos na sociedade, a partir da possibilidade de produção, ação política e social.

1.1.1 A luta pela terra no Brasil no pós-1960

O período que compreende os anos de 1945 a 1964 foi marcado no Brasil por mudanças em diversos aspectos, sejam eles políticos, econômicos, sociais. Nesse período, a indústria se potencializou e ganhou dinâmica própria. No entanto, a agricultura não apresentou significativos avanços e permaneceu voltada à exportação (MEDEIROS, 1988).

Nesse cenário, a luta pela terra, sindicalizada e realizada por movimentos sociais no Brasil – não deixando de ressaltar a importância histórica dos movimentos messiânicos – inicia-se a partir da década de 1950, “sendo uma década marcada pela organização política dos camponeses e dos trabalhadores rurais, reivindicando redistribuição da terra e direitos trabalhistas.” (FONSECA, 2001, p. 25).

A Reforma Agrária foi, no início dos anos 1960, um dos principais temas no cenário brasileiro; “os movimentos camponeses adquiriram grande força política no início dos anos 1960, por intermédio de suas ações de resistência, manifestações de rua, greves, etc.” (MEDEIROS, 2003, p. 18). No entanto, a questão da Reforma Agrária não foi resolvida, pois o Estado, na maioria das vezes, defendeu a grande propriedade e o latifúndio permaneceu intocável.

Dentre os movimentos sociais mais atuantes, podemos mencionar a criação de uma entidade denominada ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas), em 1954, “que se propunha de âmbito nacional, para exercer o papel de força aglutinadora e, ao mesmo tempo, de direção de lutas.” (MEDEIROS, 1989, p. 34).

As Ligas Camponesas foram criadas em 1955 e, posteriormente, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em 1963. Essa efervescência social, tanto no campo quanto na cidade, na década de 1960, “quer pelas mobilizações camponesas, quer pelo desenvolvimento econômico e social extremamente intenso, o debate sobre a questão agrária” colocou em pauta a temática da reforma, especialmente no campo político nacional (FONSECA, 2001, p. 29).

Desse modo, a luta pela terra passa por um momento propício para sua realização no início da década de 1960, com o então presidente João Goulart (1961-1964). O contexto nacional nesse momento apresenta diversos sujeitos e entidades que apoiam a causa da Reforma Agrária, dentre eles, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o partido de esquerda PCB (Partido Comunista Brasileiro), e entidades como as Ligas Camponesas no nordeste e a MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul.

A primeira medida anunciada pelo então presidente foram as “Reformas de Base” que contemplariam diversos setores, dentre eles, a questão agrária. Essa postura de João Goulart causou desconforto e temor nos setores e sujeitos contrários à Reforma Agrária, uma vez que, naquele

momento, o minifúndio e o latifúndio eram considerados como responsáveis pela estrutura fundiária atrasada existente no país.

Em março de 1964, João Goulart realizou um famoso comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro, no qual apresenta publicamente seu programa de Reforma Agrária, que foi considerado de “caráter comunista.” Assim, apenas dezesseis dias depois, ele foi deposto do cargo por um golpe de Estado conduzido pelos militares. Com o golpe militar em 1964, a perseguição aos movimentos de luta pela terra e a todos os movimentos sociais foi intensa; os grupos foram desmobilizados, seus líderes foram presos e os movimentos foram colocados na ilegalidade.

Durante o primeiro ano da ditadura militar, em 1964, foi criado o Estatuto da Terra, que constituiu, efetivamente, a primeira lei brasileira de Reforma Agrária. Sua criação teve o objetivo de “acalmar” um iminente levante da população camponesa. Portanto, o Estatuto não foi criado para realizar a justa distribuição fundiária.

O próprio Estatuto da Terra foi elaborado de tal forma que se orienta para estimular e privilegiar o desenvolvimento e a proliferação da empresa rural. O destinatário privilegiado do Estatuto não é o camponês, [...]. O destinatário do Estatuto é o empresário, o produtor dotado de espírito capitalista, que organiza sua atividade econômica segundo os critérios da racionalidade capitalista (MARTINS, 1985, p. 32-33).

O Estatuto da Terra teve como principal intuito o desenvolvimento da agricultura, especialmente a partir da concepção empresarial e capitalista de políticas agrícolas, uma vez que “fora concebido no marco de uma política de reforma agrária destinada a impulsionar o desenvolvimento do capitalismo.” (STÉDILE, 2005, p. 152). Portanto, o Estatuto da Terra foi utilizado como apoio à capitalização do campo, à expansão das relações capitalistas e também à manutenção da estrutura fundiária concentrada:

O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto em que podem transformar-se em tensões políticas (MARTINS, 1985, p. 35).

Nos anos de 1970, o Governo Federal lançou projetos de colonização com o intuito de ocupar o interior do país, sendo o Estado o elemento norteador da aplicação de políticas públicas, que tinha como principal objetivo a transformação tecnológica e produtiva com o intuito de fomentar uma agricultura de mercado.

Dentre os principais projetos podemos citar o PIN (Plano de Integração Nacional), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste), POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia).

De acordo com a análise de Pessoa (1998, p. 47) “[...] não passaram de simples formulação de projetos que atenderam apenas a um determinado grupo de pessoas (médios e grandes proprietários) uma vez que são estes e não os pequenos proprietários que têm acesso ao crédito rural”.

A Revolução Verde foi adotada como referência nas políticas agrícolas nacionais, abrindo o campo brasileiro para empresas de insumos, implementos, sementes, dentre outras.

[...] a ‘Revolução Verde’ serviu de carro chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc. Sem dúvida, uma forma inteligente de os grupos econômicos internacionais realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência (BRUM, 1988, p. 49).

A disseminação do modelo agrícola exportador, difundido pela Revolução Verde, teve um grande impacto no Cerrado brasileiro, uma vez que

O modelo agrícola adotado no cerrado brasileiro é o mesmo, salvo as adaptações necessárias, que foi propiciado pela internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, e que foi difundido no Brasil depois de meados da década de 60. Este pacote está baseado na utilização de sementes melhoradas, utilização de máquinas e insumos químicos (ORTEGA, 1997, p. 324).

Dessa forma, fica visível a opção dos governantes da ditadura militar pela capitalização do campo, por meio de projetos de colonização, principalmente nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em áreas de Cerrado brasileiro. Dentre os programas podemos citar: o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), dentre outros.

Uma prioridade da ditadura militar foi ocupar as regiões do Cerrado que não estavam “suficientemente e devidamente” ocupadas para serem transformadas em ‘silo’ mundial, ou seja, teriam a produção voltada especificamente para o mercado externo (ORTEGA, 1997).

Esses projetos exigiram altos investimentos aos cofres públicos e geraram, também, um grande custo social, pois beneficiaram poucas famílias, estas inclusive escolhidas por terem perfil empresarial e dinheiro para investirem; “[...] os programas especiais tornaram-se socialmente conservadores, pois beneficiam apenas uma parcela de agricultores que dispõem de capital, sendo este fator uma das exigências básicas de tais programas (PESSÔA, 1988, p. 07).”

Esse processo, além de não ter contribuído para a desconcentração fundiária, agravou-a, fortalecendo os grandes proprietários, que tiveram suas terras valorizadas. A modernização capitalista agravou ainda mais as dificuldades de acesso à terra pelos pequenos produtores.

Assim, podemos perceber que a pequena propriedade não foi incentivada, ou seja, não representou um elemento a ser considerado durante a implantação do PRODECER, “veículo criado e ‘motorizado’ pela fusão capital/Estado que os ‘hábito’ de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados; assim bem como se acentuou o processo de expropriação do pequeno produtor rural.” (INOCÊNCIO, 2010, p. 86).

A condição de concentração fundiária brasileira teve como pano de fundo a intervenção efetiva do Estado, que desempenhou um papel importante na reconfiguração e modernização da agricultura, criando mecanismos de favorecimento da capitalização da grande propriedade, oferecendo subsídios financeiros e recursos a juros irrisórios (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Nesse cenário de exclusão, expropriação e pauperização da população rural e urbana, ressurgiram, no cenário nacional, os movimentos de luta pela terra, principalmente na segunda metade da década de 1970. Após anos de forte repressão política representada pela ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade se organizaram com o intuito de lutar pela redemocratização e pela reconquista de seus direitos, usurpados pela violenta repressão do período ditatorial, nas décadas de 1960 e 1970.

1.2 O ressurgimento dos movimentos de luta pela terra durante a Ditadura Militar

No período da ditadura militar, os movimentos de luta pela terra foram “sufocados” e suas atuações sofrem um refluxo. Nesse período, o governo substituiu a temática de Reforma Agrária pela modernização agrícola a partir da transformação tecnológica e o aumento da produtividade, demonstrando qual seria o foco da política governamental para o campo brasileiro.

No campo, o êxodo rural foi intensificado, bem como a repressão aos grupos que tentavam questionar o modelo imposto pela ditadura. No entanto, o modelo econômico implantado demonstrou sinais de enfraquecimento em meados da década de 1970 e, aos poucos, foram ressurgindo grupos organizados na luta pela terra. Em contrapartida, foi nessa década que, devido à intensidade dos conflitos pela terra, aumentaram significativamente os casos de violência no campo, situação não divulgada pela imprensa, duramente censurada pelos instrumentos da ditadura militar.²

Nesse cenário de intensa opressão, mas também de “esgotamento” da ditadura militar e possibilidade de manifestações dos movimentos sociais, é que ressurgem os movimentos de luta

² Para maior compreensão consultar. MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo.

pela terra. Em 1975 surgiu, na cidade de Goiânia, a Comissão Pastoral de Terra (CPT), uma entidade ligada aos setores progressistas da Igreja Católica, que objetivava o apoio à luta dos trabalhadores rurais em diferentes regiões do país, sistematizando e criando uma organização de luta pela terra.

A CPT denunciava as más condições de vida da população e apoiava o acesso à terra, “defendia o direito instituído de propriedade, mas reconhecia a necessidade de uma Reforma Agrária que fosse feita por meio de desapropriações com justa indenização” (MEDEIROS, 2003, p. 18).

A Comissão Pastoral teve um papel fundamental em relação à mobilização e ao apoio aos trabalhadores e serviu como base para o fortalecimento e concretização dos movimentos de luta pela terra.

A CPT teve uma participação decisiva nas mobilizações dos sem-terra, na organização da maioria das ocupações e acampamentos e no apoio material aos trabalhadores em luta, através de campanhas de arrecadação de alimentos, remédios, roupas, e, até mesmo, dinheiro para a compra de terras, como no episódio do acampamento Encruzilhada Natalino. Não se pode deixar de falar, também, no papel decisivo desenvolvido pelos bispos, padres, pastores e leigos na conscientização política dos trabalhadores em busca da “terra prometida”. Em cada ocupação ou acampamento, os sem-terra erguiam uma cruz, símbolo da importância que a religiosidade adquiria na resistência desses trabalhadores. As celebrações religiosas, por outro lado, eram um elemento sempre presente nos acampamentos e nas ocupações (COLETTI, 2005, p.27).

Concomitantemente ao processo de mobilização no campo por melhores condições de trabalho, acesso à terra e outras reivindicações, ocorreram também, no espaço urbano, lutas por melhores condições de trabalho, melhores salários, dentre outros, especialmente na região industrial do ABCD paulista³, no final da década de 1970.

Nesse contexto, na região metropolitana de São Paulo surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), no ano de 1980. O partido apresentava como principal reivindicação a realização da Reforma Agrária e o rompimento com a política imposta pela ditadura militar, fator que criou uma identidade próxima às necessidades da população e crucial para o fortalecimento dos movimentos de luta pela terra.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, também teve como ponto de pauta a Reforma Agrária, apresentando uma proximidade de ideologia do PT na concepção teórica e uma grande proximidade com os movimentos de luta pela terra, trazendo a discussão sobre a Reforma Agrária para o campo político e debate nacional.

³ A Região Metropolitana de São Paulo é composta por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

O surgimento de uma entidade como a CUT e de um partido popular como o PT demonstra uma grande mobilização popular.

Na cidade, das greves dos metalúrgicos, professores, bancários e outras categorias, reunidas na formação de um movimento sindical autêntico, que formou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nasceu o Partido dos Trabalhadores (PT). Na década de 1980, as lutas populares dos movimentos e dos sindicatos pelas conquistas dos direitos e pelo restabelecimento da democracia constituíram-se nas bandeiras de lutas que transformaram o PT em um dos mais importantes partidos brasileiros (FERNANDES, 2003, p.32).

Com a mobilização dos movimentos camponeses, da população, da CUT, do PT e da CPT, a Reforma Agrária foi colocada novamente em pauta nas discussões políticas, pois esse processo fora interrompido pelo golpe de 1964. “A retomada desta luta representava igualmente a intensificação do enfrentamento entre camponeses e latifundiários.” (FERNANDES, 2003, p. 32).

No ano de 1984, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O seu primeiro encontro ocorreu em Cascavel, no Paraná, com aproximadamente cem pessoas, de doze estados brasileiros. Esse encontro afirmou a necessidade de se manter a autonomia política e de luta para que a terra estivesse nas mãos de quem produzisse nela.

Em 1985, ocorreu, em Curitiba, o primeiro congresso nacional do MST com a participação de cerca de mil e quinhentos trabalhadores, com representantes de quase todos os estados brasileiros, demonstrando o rápido avanço desse movimento de luta pela terra. Segundo Coletti (2005), nesse momento, o MST, além de todas as propostas articuladas em 1984, levantou a bandeira da ocupação como forma de acesso à terra, apresentando a disposição de luta do movimento frente ao poder público e aos grandes proprietários brasileiros.

Nesse mesmo ano, o governo José Sarney (primeiro presidente da Nova República) aprovou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que tinha como principal objetivo oferecer aplicabilidade eficiente ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim de seu mandato, com meta de assentamento de um milhão e quatrocentas mil famílias. Sarney, porém, conseguiu assentar apenas noventa mil, ou seja, cumpriu apenas 6% da meta estabelecida no plano.

Em contrapartida, surgiu a União Democrática Ruralista (UDR), na cidade de Presidente Prudente, em oposição aos interesses dos trabalhadores sem terra. Os integrantes da UDR “vinculados ao governo, influenciaram politicamente para a derrubada do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e impediram que o PNRA fosse implantado.” (FERNANDES, 2003, p. 33).

Com a elaboração da nova Constituição, em 1988, a Reforma Agrária sofreu um retrocesso em decorrência da atuação da bancada ruralista, pois seria necessária uma lei complementar para a

sua realização. Somente em 1993 essa lei foi aprovada e foi possível executar a desapropriação de terras.

Contudo, segundo Fernandes (2003, p. 33) “[...] mesmo com a existência desta nova Lei, os ruralistas conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República.”

A partir daí fica claro o poder político e a amplitude de atuação da UDR, presente no Congresso Nacional. Em muitas tentativas, a atuação da bancada ruralista foi decisiva no impedimento da efetivação da Reforma Agrária, privilegiando interesses particulares em detrimento da grande massa de população expropriada do campo brasileiro.

Para uma melhor compreensão, se faz necessário o entendimento da atuação política de cada presidente, bem como as medidas tomadas para a desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária e o seu papel na dinâmica da estrutura fundiária brasileira.

1.3 A reforma agrária no pós-1990

A Reforma Agrária sofreu avanços e retrocessos em cada momento histórico em nosso país. Dessa forma, faz-se pertinente a compreensão da atuação de políticas públicas em torno da luta pela terra. Neste tópico, serão analisadas a atuação dos presidentes, eleitos diretamente por voto popular no pós-1990, e a contribuição de cada um no cenário agrário e agrícola nacional.

É importante ressaltar que cada governo apresentou planos e medidas para organizar a questão fundiária. No entanto, apesar de alguns avançarem mais que os outros, podemos afirmar que nenhum governo realizou efetivamente a Reforma Agrária em nosso país.

1.3.1 A Reforma Agrária nos governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1991-1994)

No período de 1990-1992, na gestão de Fernando Collor, o programa de assentamentos foi paralisado, pois o governo era contra a Reforma Agrária e contava com o apoio de ruralistas no Congresso Nacional, ou seja, “a UDR praticamente assumiu o controle da reforma agrária no Brasil” (OLIVEIRA, 2001, s/p).

Nesse período, a Reforma Agrária passa por um momento de estagnação, ou mesmo retrocesso, pois não aconteceram desapropriações de terras por interesse social para esse fim e “as ocupações de terras diminuíram, assim como o número de assentamentos implantados, significando um retrocesso para a luta pela reforma agrária” (FERNANDES, 2003, p. 34-35).

Em 1992, Collor renunciou por ser acusado de participar de esquemas de corrupção. Então, assumiu o seu vice-presidente, Itamar Franco, no período 1992-1994. Nesse governo, a Reforma Agrária também não foi tratada como prioridade, mas apenas com ações paliativas. Os processos de distribuição fundiária foram retomados com a criação de um plano emergencial, que tinha como objetivo o assentamento de oitenta mil famílias; mas foram assentadas apenas vinte e três mil, por meio da criação de cento e cinquenta e dois projetos de assentamento.

A nova Lei Agrária foi formulada em 1992, com o objetivo de agilizar e criar instrumentos para realização da Reforma Agrária. O Senado introduziu emendas na lei, modificando os pontos que eram obstáculos a qualquer Reforma Agrária no país. Porém, quando ela voltou para a Câmara dos Deputados, a bancada ruralista (UDR) conseguiu retirar as emendas fundamentais para os processos desapropriatórios. Contudo, o então presidente Itamar Franco vetou as emendas que a bancada inseriu na nova lei, que comprometeriam ainda mais a sua aplicação, protegendo, dessa maneira, o latifúndio improdutivo (ABRAMOVAY et al., 1993).

Apesar de a nova lei agrária não resolver todos os problemas referentes a desapropriações de imóveis, ela “representou um avanço substancial no que diz respeito à prévia e justa indenização” (NEAD, 2000, s/p). Dessa forma, é importante ressaltar a importância das leis e seu cumprimento para que a Reforma Agrária avance em nosso país.

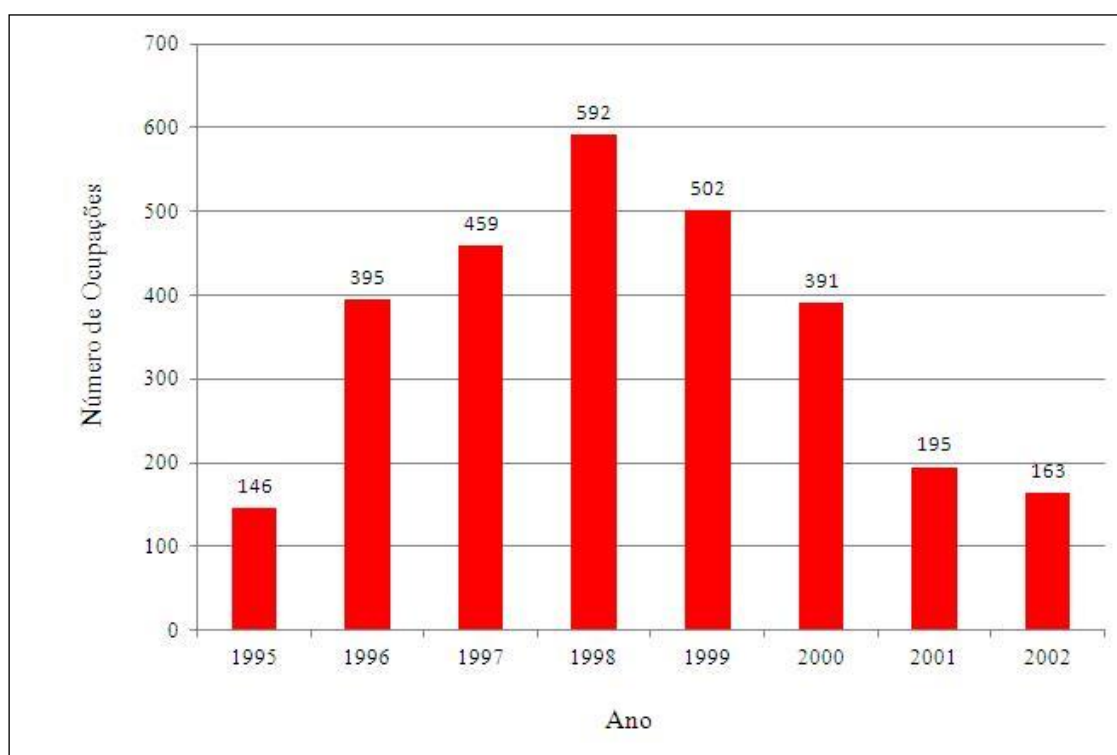
1.3.2 A Reforma Agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

No período de gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as propostas neoliberais foram amplamente adotadas, especialmente em relação ao campo brasileiro. A prioridade do governo FHC foi a abertura dos mercados brasileiros ao capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, bem como incentivo às exportações agrícolas para atender ao mercado externo, deixando em segundo plano a produção de alimentos para o mercado nacional.

Em seu primeiro mandato (1994-1997) foi implantada uma ampla política de assentamentos rurais, com o objetivo de “resolver” os problemas fundiários; “desse modo, acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido” (FERNANDES, 2003, p. 33).

Porém, nesse primeiro período, os conflitos no campo aumentaram, bem como as ocupações de terra, especialmente após os massacres de Corumbiara, no estado de Rondônia (1994), e em Eldorado dos Carajás, no Pará (1996). Observa-se esse aumento considerando que, em 1994, houve vinte mil famílias acampadas e, em 1998, esse número subiu para setenta e seis mil famílias (gráfico 1).

Gráfico 1: Número de ocupações de terra no Brasil no Governo FHC (1995-2002)



Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional – Caderno Conflitos no Campo Brasil, 2004.
Org.: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Em relação aos créditos para os assentados da Reforma Agrária, no primeiro mandato de FHC ainda existia o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), criado em 1985. Esse programa apresentava como principal objetivo o aumento da produção e a produtividade dos assentados e, dessa forma, inserí-los no mercado e assim possibilitar sua emancipação (REZENDE, 1999).

Nesse momento, a existência de um crédito específico para as cooperativas foi um grande incentivador desse modelo de produção, ou seja, possibilitava a implantação de cooperativas em assentamentos rurais apesar de muitos assentados terem se endividado a partir da tomada de recursos desse programa⁴.

O governo FHC extinguiu o PROCERA e em seu lugar criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1996, com o intuito de financiar e fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar. No entanto, alguns estudiosos da Reforma Agrária afirmam que a criação do PRONAF representou um retrocesso para os assentados, pois esse

⁴ Para melhor compreensão sobre esse tema consultar: Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia (REZENDE, 1999).

programa teve como base as noções de produtividade e rentabilidade, demonstrando assim o mero caráter produtivista imposto aos assentados.

Além dessas políticas públicas de incentivo à capitalização dos assentados, o Estado utilizou outras formas para desmobilizar os movimentos de luta pela terra.

O Estado mudou as suas estratégias na tentativa de minar a ação política do MST. Além de empreender forte campanha de desmoralização das lideranças de cooperativas acusando-as de desvio de dinheiro público, criou mecanismos mais sutis de desmobilização do movimento de reforma agrária como, por exemplo: o Banco da Terra, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o cadastro dos demandantes de terra via agência do correio, a instituição da figura do “empreendedor social” que, em nome de uma suposta oferta de assistência técnica e social, realizava o controle político dos assentados (SCOPINHO, 2007, p. 89-90).

No segundo mandato de FHC, a política neoliberal adotada em seu governo tornara-se mais inflexível e repressora em relação aos movimentos de luta pela terra. Nessa época, a criminalização da luta pela terra e a mercantilização fundiária foram bases para violentas retaliações aos movimentos.

Um claro exemplo da criminalização dos movimentos de luta pela terra foi a criação da MP 2.027-38, em maio de 2000, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A medida impedia a vistoria e a desapropriação de propriedades rurais ocupadas, buscando, dessa forma, inibir a prática de ocupações, que aumentaram cerca de 300% nos quatro primeiros anos de seu mandato.

Segundo Alentejano,

a criminalização das ações do MST e demais movimentos de luta pela terra, consubstancia-se através da perseguição de suas lideranças, da proibição das entidades envolvidas em ocupações de imóveis rurais ou bens públicos de receber recursos públicos e dos cidadãos envolvidos em ocupações de terras ou prédios públicos serem beneficiárias de assentamento. No mesmo sentido, há uma clara tentativa de desarticular o movimento e desmobilizar os sem terra, com medidas como a proibição por dois anos (dobrando em caso de reincidência) da vistoria de latifúndios ocupados. Além disso, latifúndios improdutivos inscritos no programa de arrendamento de terras não podem mais ser desapropriados (ALENTEJANO, 2004, p. 8-9).

A postura do Judiciário frente aos movimentos foi um entrave à luta pela terra, pois tentou barrar as ações dos movimentos e criminalizar as lideranças, na tentativa de enfraquecer e pulverizar sua força política perante a sociedade. Nessa perspectiva, Mitidiero Junior faz a seguinte

afirmação: “a grande maioria das lideranças rurais respondem a vários processos ao mesmo tempo, preenchendo o seu cotidiano com intermináveis audiências judiciais, além de limitar sua atuação na luta pela terra” (MITIDIERO JR, 2007, p. 15).

A mercantilização da Reforma Agrária também foi uma estratégia adotada pelo governo em questão, por meio da criação do Banco da Terra, um projeto do Banco Mundial com propostas de desenvolvimento rural baseado em políticas neoliberais. Com o intuito de desarticular os movimentos de luta pela terra, viabilizavam-se créditos para a compra de terras, em vez de criar assentamentos.

[...] implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do governo FHC, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda proscreeu a política de educação para os assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST (FERNANDES, 2003, p. 34).

O MST e demais movimentos enfrentaram um refluxo no processo de luta pela terra, especialmente, dos anos de 1999 a 2002 (FERNANDES, 2003). Por meio de ações de criminalização e punição dos trabalhadores rurais que se organizaram para exigir o acesso à terra, o governo dificultou e até mesmo inviabilizou o êxito dos assentamentos já implantados, pois não ofereceu o respaldo financeiro e técnico para o desenvolvimento de atividades necessárias à continuidade dos assentados em áreas de Reforma Agrária.

A partir da análise de Fernandes, é possível perceber as estratégias do governo para criminalizar os movimentos.

[...] líderes e coordenadores do Movimento são criminalizados por essas ações, perseguidos e presos, ao mesmo tempo em que os governos estadual e federal implantaram os assentamentos originados pelas ocupações de terra. Com a criminalização, o número de ocupações caiu e o governo não pode implantar novos assentamentos. Desse modo, o governo registrou como assentamentos implantados em 2001, diversos assentamentos criados na década de 1990 (FERNANDES et al. [200-], p. 2).

Com a principal finalidade de enfraquecer a capacidade de cobrança dos movimentos frente às arbitrariedades do governo e, ao mesmo tempo, não cumprir a desapropriação de latifúndios, o governo buscou a criminalização dos movimentos, mantendo assim, as grandes propriedades da classe ruralista intocadas.

1.3.3 A Reforma Agrária no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

No ano de 2002, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, representou a participação de entidades populares de luta pela terra no governo, tais como a CPT, o MST, a CONTAG, dentre outras. Essas entidades tiveram a possibilidade de indicação de nomes para cargos políticos importantes, como por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Com a nomeação do geógrafo Marcelo Resende para presidente do INCRA, a equipe buscou a construção de políticas para o atendimento de assentamentos rurais precarizados, educação no campo e assistência técnica. Juntamente com uma equipe de estudiosos liderada pelo economista Plínio de Arruda Sampaio e o MDA, iniciaram a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) (FERNANDES, 2003).

A postura adotada pelo presidente do INCRA, Marcelo Resende, que tratara os conflitos fundiários como um problema a ser resolvido por meio de uma política de Reforma Agrária, não agradou aos políticos de direita e nem ao alto escalão do PT, que pressionou o governo a substituí-lo. Com a sua substituição, o presidente Lula demonstrou, “[...] para os sem-terra e para os ruralistas o seu objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários.” (FERNANDES, 2003, p. 38).

Assim, a bancada ruralista participou da indicação para o Ministério da Agricultura, “garantindo dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária, que fora implantado pelos governos militares.” (FERNANDES, 2003, p. 38). Além disso, os ruralistas reagiram ainda mais violentamente às ocupações de terras, aumentando consideravelmente, nesse período, as mortes de sem-terras no campo.

Com um discurso conciliador, Lula teve como principal política de Reforma Agrária a recuperação de assentamentos implantados, bem como a criação de novos assentamentos. Porém, o Governo deparou-se com um obstáculo: a Reforma Agrária, até então, fora concebida como política compensatória e como resultado de “lutas e conjunturas políticas e não um projeto estruturado pelo Estado” (FERNANDES, 2003, p. 39).

Para que a Reforma Agrária seja alcançada efetivamente, ela precisa ser pensada como política de desenvolvimento territorial e não apenas como política compensatória.

Uma política de desenvolvimento territorial implica em desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de história do Brasil. Todos os governos, até então, conceberam a reforma agrária como política compensatória, de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses (FERNANDES, 2003, p. 39).

A elaboração do II PNRA, em 2003, que contou com a participação de movimentos sociais, apresentou como uma das principais metas o assentamento de 400 mil novas famílias. No ano de 2005, o Governo diz ter assentado cento e vinte e sete mil e quinhentas famílias, porém, segundo Carvalho Filho (2009), apenas 45,7% dessas famílias foram assentadas em áreas de Reforma Agrária; 54,3% foram encaminhadas a assentamentos ou reordenação fundiária em terras públicas.

No II PNRA foram traçados alguns pressupostos que nortearam, a partir de então, as políticas públicas voltadas à questão agrária. Dentre eles, podemos citar a concepção da Reforma Agrária como política de desenvolvimento e não como política compensatória e a oferta de políticas de financiamento aos assentados em todas as etapas do assentamento, dentre outros.

No entanto, as metas traçadas no II PNRA não foram totalmente cumpridas e, partir de criação de programas sociais, tais como o Bolsa Família, que oferecia uma quantia em dinheiro para suprir as necessidades básicas de famílias em extrema pobreza, “colaboraram para que ocorresse uma diminuição no número de integrantes dos movimentos de luta pela terra e dos próprios movimentos, fazendo com que a pressão sobre o Estado perdesse a intensidade” (COCA, 2011, p. 88).

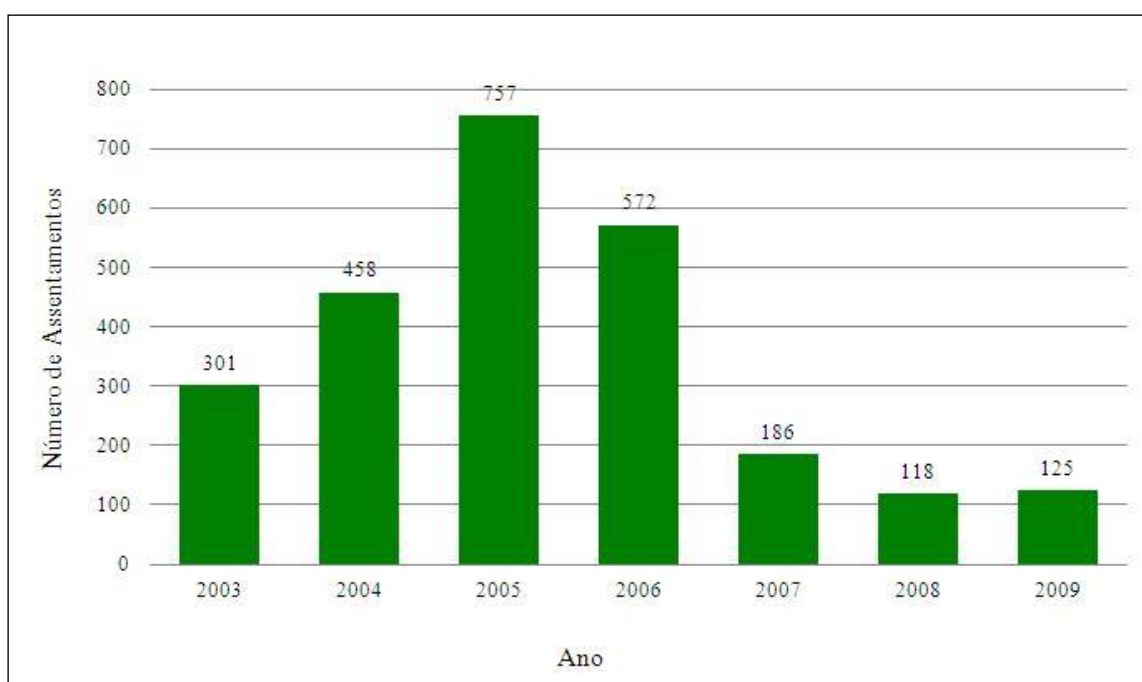
Dessa forma, o governo Lula deu continuidade às políticas implantadas pelos governos anteriores, ou seja, foram realizadas apenas ações pontuais, que não significaram a mudança da estrutura agrária, visto que

o primeiro mandato do governo Lula foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, esmaeceram. Tornaram-se insignificantes (CARVALHO FILHO, 2007, p. 95).

O governo Lula não atingiu as metas do II PNRA, evidenciando o não comprometimento com a realização da Reforma Agrária.

A reforma agrária no governo Lula não tem capacidade de alterar a estrutura fundiária. Os únicos resultados positivos se referem ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o que é pouco para sustentar a afirmativa de que reforma agrária de qualidade está a ser efetivada. O que ainda diferenciava o governo Lula dos demais era a sua postura em relação aos movimentos sociais. Agora, nem isso. Sua política é inócua ao latifúndio. Não atinge o monopólio da terra (CARVALHO FILHO, 2006, s/p).

Gráfico 2: Número de assentamentos rurais no Brasil (2003-2009)



Fonte: DATALUTA Brasil – ano: 2009
Org.: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Entretanto, durante os anos de 2003 a 2009, foram criados dois mil quinhentos e dezessete assentamentos, conforme o gráfico 2. Assim, é importante destacar que foram significativos os números de assentamentos criados durante esse governo. Porém, apesar desses números relevantes, a estrutura fundiária não foi mudada, e esse resultado foi amplamente criticado.

O governo Lula fez menos que o FHC. Ele está com uma dívida muito grande com o MST e os movimentos sociais exatamente porque se elegeu dizendo que iria fazer a Reforma Agrária de qualquer forma. Por outro lado, sabíamos que não era bem assim, pois temos a consciência de que o governo está com uma dívida muito grande com a sociedade porque fez uma opção, a opção pelo agronegócio (ZANATTA, 2007, s/p).

Diversos setores também criticaram a política adotada pelo governo Lula, tais como a Igreja Católica, partidos políticos, dentre outros. Em vez de realizar mudanças na estrutura agrária, com políticas públicas de criação e desenvolvimento de assentamentos, preferiu apoiar e incentivar ainda mais o desenvolvimento do agronegócio brasileiro em detrimento aos assentados da Reforma Agrária.

A nomeação do ministro da Agricultura foi [...] a mais emblemática demonstração de que o governo não estava disposto a promover transformações. Roberto Rodrigues foi escolhido por ser o nome de maior destaque e influência no empresariado rural. Dirigente de organizações e associações representativas do agronegócio, Rodrigues representava para Lula uma possibilidade de interlocução com os ruralistas do Congresso para obter deles apoio para a manutenção do poder. Apesar de nomear petistas progressistas para as pastas do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, Lula, ao entregar um de seus ministérios a Roberto Rodrigues, fez a opção pelo agronegócio (FERNANDES, 2006, s/p).

Além do apoio institucional, o agronegócio conta com o apoio da mídia para convencer a opinião pública de que os altos índices de produtividade são fundamentais para o país, ou seja, é mais vantajoso atender ao mercado internacional do que abastecer o mercado interno.

A imprensa brasileira, monopolizada por sete grupos e claramente vinculada aos interesses de classe dos grandes proprietários e das empresas transnacionais exportadoras de matérias-primas, faz o seu papel de propaganda. Mostra todos os dias máquinas agrícolas novinhas, navios carregados e índices de exportação agrícola, como se isso fosse sinônimo de soluções econômicas e sociais. E esconde que no meio rural brasileiro temos 30 milhões que vivem em condições de pobreza absoluta, que 20 milhões nunca calçaram um par de sapatos, que 50 milhões de brasileiros passam fome todos os dias. Que 30 milhões de pessoas já não têm sequer seus dentes. Esquece de mostrar que apenas 8 por cento da população chega à universidade, e que, no Nordeste brasileiro, 60 por cento da população do meio rural é ainda analfabeta. Esquece de dizer que no país de maior fronteira agrícola do mundo existem 4,5 milhões de famílias de trabalhadores sem terra! Quais desses problemas o modelo do agronegócio resolve? Nenhum. Ao contrário, é justamente esse modelo agrícola que gerou tanta desigualdade, pobreza e desemprego (STÉDILE, 2004, s/p).

De acordo com Stédile (2004) é possível realizar uma análise crítica em relação ao agronegócio, pois o modelo agroexportador é organizado para produzir para os interesses internacionais, em detrimento dos interesses da sociedade brasileira, que ficam em segundo plano, nessa política agrícola adotada pelo governo Lula.

Outra crítica à política agrária realizada no governo Lula diz respeito ao não cumprimento das metas do II PNRA. O governo manipulou dados apresentados pelo INCRA, com o intuito de mascarar os números e apresentar resultados falsos, que não demonstram a realidade agrária em nosso país, que continua a ser altamente excludente e concentradora.

De acordo com análise de Oliveira, os técnicos do INCRA manipulam os dados, de modo que,

certos “técnicos do Cadastro do INCRA” parecem ser mágicos, pois enfeitiçam todos os dirigentes que por lá passam. Com o atual governo não está sendo diferente, ou seja, também foi iludido ou pediu ajuda para, tentar iludir a todos que lutam pela reforma agrária (OLIVEIRA, 2007, p. 163).

Nessa conjuntura, fica evidente a cumplicidade do governo com números que não correspondem à realidade da Reforma Agrária, tão alardeada pelos órgãos governamentais. Mais uma vez, esse governo também não realiza a distribuição de terras almejada pelos movimentos de luta pela terra e necessária ao desenvolvimento econômico, político e social da nação brasileira.

É importante destacar que o sucateamento dos órgãos responsáveis pela política fundiária brasileira e pela viabilidade dos projetos de assentamentos, como exemplo, o INCRA, é um obstáculo ao processo de Reforma Agrária. De acordo com Sampaio Junior (2004) é evidente o descaso e empobrecimento dessa autarquia no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006).

Além de recursos financeiros, o INCRA não poderá cumprir sequer a modesta meta fixada para 2004, sem substancial aumento do número de seus funcionários. A autarquia, que tinha, em 1970, 12 mil funcionários está reduzida a 5 mil, dos quais 2 mil deverão se aposentar, daqui até o fim do ano. Obviamente, com esse brutal déficit de pessoal, não será possível realizar, de março a dezembro, as vistorias, avaliações, levantamentos topográficos, seleção de beneficiários, decretos de desapropriação e todas as inúmeras e complexas operações necessárias para desapropriar um imóvel e distribuí-lo a famílias de trabalhadores rurais sem terra (SAMPAIO JR, 2004, s/p).

Portanto, essa situação contribui sobremaneira para o insuficiente desempenho do órgão frente às metas estabelecidas no II PNRA, em 2003, evidenciando a dificuldade do Governo em implementar uma Reforma Agrária que atenda realmente às necessidades dos trabalhadores rurais.

Por outro lado, as instituições públicas de pesquisas voltadas à agricultura, como, por exemplo, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), foram direcionadas pelas ações do Governo Lula para servirem às pesquisas destinadas ao agronegócio. Este Governo demonstra claramente a opção de não tomar o partido dos pequenos produtores que vivem à margem dos incentivos dados à agricultura empresarial brasileira.

O governo Lula apoiou a expansão e o crescimento do agronegócio e aí reside, justamente, a dificuldade na realização da Reforma Agrária.

A decapitação da atual direção nacional da Embrapa, ocorrida no dia 21 de janeiro, constitui mais uma ação consciente do Governo Lula, através de medida político-administrativa do ministro Roberto Rodrigues, na afirmação exclusiva dos interesses de classe do capital oligopolista internacional do agronegócio. Essa decisão consagra os destinos da Embrapa: a serviço dos interesses das grandes empresas capitalistas do campo e das indústrias ligadas ao agronegócio. Portanto, mais uma prática efetiva, consciente e intencional desse governo na exclusão econômica e social do campesinato (CARVALHO, 2005, s/p).

A relação de proximidade entre o presidente Lula e os movimentos sociais, especialmente o MST, gerou muitas expectativas em relação à efetivação da Reforma Agrária, sendo essa proposta anunciada em momento de campanha do referido presidente.

O MST e as demais organizações camponesas estão observando tudo isso. Sua histórica ligação com o presidente Lula levaram-nas a manter uma atitude de espera nestes 15 meses. Aceitaram, sem protestar, a redução da meta e conseguiram fazer com que as 200 mil famílias acampadas sob as barracas de plástico se contentassem em receber apenas cestas básicas durante todo esse tempo. Mas, sejamos sensatos: é razoável esperar que esses movimentos fiquem parados, vendo escoar um quarto do mandato presidencial sem um sinal efetivo de mudança no ritmo de execução da reforma? (SAMPAIO JR, 2004, s/p).

Os movimentos de luta pela terra deram uma “trégua” ao Governo Lula, na esperança que as promessas feitas durante a campanha eleitoral fossem concretizadas. Porém, no decorrer do mandato, os movimentos perceberam que, mais uma vez, a estrutura fundiária não seria modificada.

A gestão do governo Lula foi amplamente criticada pela não realização da Reforma Agrária, ou seja, por não desconcentrar a estrutura fundiária brasileira. Além disso, o Estado é acusado de colaborar na proteção das grandes propriedades.

Depois de 500 anos de lutas do povo brasileiro e 25 anos de existência do MST, a Reforma Agrária não foi realizada no Brasil. Os latifundiários, agora em parceria com as empresas transnacionais e com o mercado financeiro – formando a classe dominante no campo - usam o controle do Estado para impedir o cumprimento da lei e manter a concentração da terra. O MST defende um programa de desenvolvimento para o Brasil, que priorize a solução dos problemas do povo, por meio da distribuição da terra, criação de empregos, geração de renda, acesso a educação e saúde e produção e fornecimento de alimentos (MST, 2009, s/p).

A criminalização dos movimentos de luta pela terra, realizada especialmente pelo Poder Judiciário, é alvo de protestos e manifestações dos atores sociais discriminados pela justiça brasileira. Outra questão exigida pelos movimentos, nessas manifestações, é segurança no campo, ou seja, o fim de massacres violentos, que, na grande maioria dos casos, acabam impunes.

Em frente ao STF, onde o ato foi encerrado, a pauta foi a criminalização dos movimentos sociais. Em um abraço simbólico em torno do prédio do Supremo, os manifestantes protestaram contra recentes ataques de seu presidente, Gilmar Mendes, ao MST. Aos gritos de "Fora Gilmar Mendes" e "Trabalhador rural não é marginal", cobraram punição aos responsáveis pelos mais de 1,5 mil assassinatos de trabalhadores rurais no campo brasileiro nas últimas décadas (MST, 2009, s/p).

Ainda em relação à criminalização dos movimentos de luta pela terra Sampaio Junior (2009) retrata dois tipos de ataques sofridos pelos movimentos: permanentes e intermitentes, que se configuram, respectivamente, nos ataques da UDR e ataques vindos de diversas áreas, nessa situação específica. Refere-se também ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que insistentemente ataca os movimentos por meio de suspeita de irregularidades no repasse de verbas para entidades ligadas ao MST.

O MST é sujeito a dois tipos de ataque: os permanentes e os intermitentes. O primeiro tipo é desferido cotidianamente pela UDR (União Democrática Ruralista) e pela "bancada ruralista". Já a segunda forma de ataque acontece de vez em quando. Neste momento, o movimento se debate contra esse segundo tipo: uma grande ofensiva patrocinada por inimigos visíveis e invisíveis. Um dos inimigos visíveis é o atual presidente do Supremo Tribunal Federal. Extrapolando claramente suas funções, esse magistrado está exigindo providências judiciais para averiguar supostas irregularidades no repasse de verbas federais a entidades ligadas ao MST. No afã de agredir os sem-terra, sobrou para o Ministério Público, acusado de tolerância com o crime, o que provocou irada reação do procurador-geral, o honrado Dr. Antônio Fernando de Souza (SAMPAIO JUNIOR, 2009, s/p).

A efetivação da Reforma Agrária é vista como política de desenvolvimento rural por estudiosos da questão agrária e não apenas como criação de assentamentos. Sampaio Junior (2001) afirma que o desafio é criar condições econômicas, sociais, políticas e culturais favoráveis à população que vive no meio rural, possibilitando dessa forma, condições de desenvolvimento e permanência no campo.

A tarefa fundamental da reforma agrária é essencialmente política. O desafio primordial consiste em criar as condições econômicas, sociais, políticas e culturais para que todos os brasileiros que vivem no campo sejam como trabalhadores assalariados, sejam como pequenos proprietários de terra, sejam como proprietários organizados em cooperativas possam participar em condições de relativa igualdade do desenvolvimento nacional. O sucesso da reforma agrária depende da capacidade das forças sociais que lutam pela democratização das estruturas sociais no campo arregimentar força política suficiente para vencer a resistência dos grupos econômicos e sociais que não querem a mudança do *status quo* (SAMPAIO JUNIOR, 2001, s/p).

No caso de Minas Gerais, a Reforma Agrária é analisada criticamente por integrantes do MST. Afirmam que o Governo Estadual não está cumprindo as metas do Governo Federal, contribuindo, dessa forma, para que acampamentos com mais de 10 anos de existência ainda não tenham sido legalizados e transformados em assentamentos.

O MST denuncia também que a Reforma Agrária está parada em Minas Gerais. "A meta do governo federal nos últimos seis anos, de assentar 14 mil famílias no estado, foi cumprida em torno de 40%, ou seja, apenas 6 mil famílias foram assentadas. O governo não cumpriu sua própria meta. Algumas famílias estão acampadas há mais de 10 anos debaixo de lona preta. O latifúndio está cada vez mais concentrado, e agora nas mãos de empresas transnacionais", afirma Vanderlei Martini (MST, 2008, s/p).

Portanto, verifica-se que a Reforma Agrária não foi e não está sendo realizada no sentido de desconcentração fundiária, de democratização do acesso à terra. Os assentamentos são criados de forma dispersa e pulverizada, sem infraestrutura básica que permita a continuidade das famílias assentadas em seus lotes. No entanto, esses territórios de conquista da luta pela terra, ou seja, os acampamentos e assentamentos rurais são fundamentais para a compreensão dos desdobramentos dessa luta.

1.3.4 A Reforma Agrária no governo Dilma Rousseff

A presidente Dilma (PT) foi eleita com o apoio do então presidente Lula e dessa forma ficou claro que a mesma iria dar continuidade à política de governo implantada pelo então presidente. No entanto, em relação à Reforma Agrária, em seu primeiro ano de governo (2011), teve uma atuação acanhada, inclusive apresentando números muito menores que seus antecessores, os presidentes FHC e Lula.

O acesso a terra por camponeses no Brasil pouco avançou no primeiro ano do governo de **Dilma Rousseff (PT)**. Dados oficiais do **Incra** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revelam que a presidenta conquistou em 2011 a pior marca dos últimos dezessete anos, contrariando a expectativa dos movimentos sociais do campo. Não bastasse isso, **Dilma** está bem atrás do que **Fernando Henrique Cardoso (PSDB)** e **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** realizaram no primeiro ano de seus respectivos governos (SCARSO, 2012, s/p).

Segundo Magalhães (2011) o primeiro ano da gestão de Dilma Rousseff foi o de menor investimento desde o ano de 2001 em Reforma Agrária, e isso se deu em parte pela tentativa de implantação do plano de erradicação da pobreza que é um dos pilares do governo da presidente.

A expectativa para o ano de 2012 também não é animadora. Segundo a assessoria de comunicação do INCRA, serão assentadas neste ano não mais que 35 mil famílias (SCARSO, 2012). Segundo Fernandes

existe uma tendência de decaída no número de assentamentos. Há no governo federal, desde o período de FHC até hoje, uma política e um pensamento que desvalorizam a agricultura camponesa. Eles não veem potencial nesse desenvolvimento, não há metas oficiais estabelecidas (FERNANDES, 2012, s/p).

De acordo com Magalhães (2011) a Reforma Agrária é uma pauta quase inexistente nas falas da presidente e, além disso, o mesmo afirma que muitas lideranças dos sem-terra foram cooptadas pelo governo, ou seja, por meio de liberação de repasses ele procura conter e acalmar os ânimos dos movimentos e “simultaneamente, a mobilização dos movimentos sociais rurais despencou: o número de famílias acampadas pressionando para ser assentadas caiu de cinquenta e nove mil, em 2003, para três mil quinhentos e setenta e nove, em 2010”.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no governo atual a prioridade está em qualificar os assentamentos já existentes e essa estratégia inclui o aumento da oferta de crédito para os pequenos agricultores e não apenas criar mais assentamentos (MDA, 2011, s/p). No entanto, Willian Clementino, secretário de política agrária da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) se diz preocupado com os dados do governo de Dilma, uma vez que a presidente tem demonstrando que vai zelar pelo desenvolvimento dos assentamentos, mas tem dado poucas demonstrações de interesse em criar novas áreas (SCARSO, 2012).

Nesse sentido, podemos perceber que a política de Reforma Agrária da presidente Dilma segue a mesma tendência de outros governos, ou seja, a agricultura camponesa não é valorizada em detrimento ao agronegócio e, ainda assim, a política de assentamentos rurais que é apenas compensatória tem perdido cada vez mais espaço. O que já era insuficiente tem se tornado uma problemática cada vez mais preocupante para as inúmeras famílias à espera de seu pedaço de terra.

1.4 A modernização agrícola e a reestruturação fundiária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

A análise da evolução da estrutura fundiária no estado de Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, remete às transformações ocorridas no Cerrado brasileiro, sobretudo por meio de fatores como sua inserção no cenário produtivo agrícola nacional, da expansão da fronteira agrícola, do aumento significativo de grandes propriedades rurais, bem como das contradições socioeconômicas, processo intrínseco à modernização conservadora.

A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba constituiu-se, nos anos 1970, como uma fronteira que necessitava ser ocupada pelo capital. Isto, tanto pelo fato de sua posição geográfica próxima aos mercados consumidores, quanto “por suas características físico-ambientais,

que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da ‘Revolução Verde’” (SILVA, 2000, p. 25).

Essa conquista das áreas do Cerrado foi resultado de ações governamentais, por meio de programas de colonização e exploração agrícola que tiveram como principal objetivo tornar essa área grande produtora de *commodities* para o mercado internacional. A partir da ampliação da fronteira agrícola, a principal modificação ocorreu na utilização das terras, com a substituição das grandes pastagens por monoculturas destinadas, principalmente, às exportações, como a soja e o milho.

Os programas governamentais ocasionaram a capitalização da agricultura e contribuíram para o desenvolvimento da produção e consequente aumento da produtividade (SHIKI, 1998). A partir de então, o Cerrado passou a ser competitivo com as demais regiões agrícolas do país.

As transformações produtivas ocorridas nesse bioma, promovidas pela modernização no campo, contribuíram, significativamente, para o aumento do êxodo rural e da concentração fundiária. Nessa perspectiva, é notável o aumento da produtividade, bem como o aumento das desigualdades, características intrínsecas ao modo de produção capitalista vigente.

A tabela 1 apresenta o índice de Gini, que trata da distribuição de terra na mesorregião do Triângulo Mineiro entre os anos de 1992-2003.

Tabela 1: Índice de Gini⁵ da distribuição da terra no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba

Unidade Geográfica	1992	1998	2003
	0,574	0,574	0,609

Dados Básicos: INCRA, Estatísticas Rurais, 1992, 1998, 2003.

Org.: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Os dados demonstram um aumento do índice na mesorregião do Triângulo Mineiro, apresentando uma concentração muito forte, segundo classificação de Oliveira (2004)⁶, e esses dados são resultado da influência do agronegócio nessa região. Conforme (Ramalho, 2002, p. 79) “mesmo com a territorialização dos assentamentos, não houve, ainda, uma mudança significativa na estrutura fundiária.”. Portanto, apesar da luta dos movimentos e sua significativa influência no acesso à terra, o cenário de concentração fundiária não apresentou uma mudança significativa.

Em contrapartida, no município de Tupaciguara, a evolução fundiária tem dado sinais de evolução. Na tabela 2 é possível perceber um aumento na quantidade de imóveis durante o período

⁵ Segundo o IBGE, o Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma determinada distribuição (renda, terra, etc.), cujo valor varia de 0 (zero) – a perfeita igualdade – até 1 (um) – desigualdade máxima.

⁶Para o uso do coeficiente de Gini, índice calculado com base na correlação entre o número de estabelecimentos e a área ocupada, determinou-se como concentração média os valores entre 0,250 a 0,500; forte concentração, entre 0,501 e 0,750; e muito forte concentração, entre 0,751 e 1,000.

analisado (1992-2011), com um aumento de aproximadamente 32%. Essa desconcentração fundiária se deve, em parte, à criação do assentamento da Fazenda São Domingos no referido município.

Tabela 2: Município de Tupaciguara: Estrutura Fundiária

Município	1992		1998	
	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
Tupaciguara	1.007	215.118,00	1.106	228.712,40
	2003		2011	
	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
	1.190	165.147,80	1.337	180.609,80

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. LAGEA/NERA, 2011. Org. CARDOSO, L. F., 2012

Em relação ao Índice de Gini, é importante perceber que houve um pequeno decréscimo no índice do município de Tupaciguara no ano de 2003. Apesar de não ter acompanhado a evolução do cenário de concentração da mesorregião do Triângulo, o índice ainda aponta uma concentração fundiária forte.

Tabela 3: Índice de Gini: município de Tupaciguara em 1992, 1998 e 2003.

Índice de Gini	1992	1998	2003
	0,752	0,746	0,637

Dados Básicos: INCRA, Estatísticas Rurais, 1992, 1998, 2003. Org.: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Portanto, podemos perceber que, apesar do aumento de propriedades, o Índice de Gini aumentou no período especificado. Dessa forma, fica evidente a necessidade de um projeto, a longo prazo, que tenha como objetivo uma legítima desconcentração fundiária e não apenas assentamentos pulverizados, e que, assim, possa oferecer uma real possibilidade de desenvolvimento rural.

O cenário construído e reconstruído no campo brasileiro a partir das políticas públicas voltadas à modernização agrícola ‘conservadora’, além da concentração fundiária e do papel cada vez mais degradante do agronegócio, contribuíram, sobremaneira, para a precarização das relações de trabalho no espaço agrário, uma vez que a mão-de-obra passa a ser substituída, em grande parte, pela mecanização da agricultura, gerando uma condição perversa e degradante do trabalho, pois

[...] na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão-de-obra não-qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período da ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 30).

As relações de trabalho e a integração da região nos processos produtivos também teve como resultado

a proletarização do homem no campo, no Triângulo, [que] intensificou-se na fase dos governos militares, principalmente a partir de meados dos anos 70, quando a região é integrada parcialmente nos projetos de desenvolvimento dos cerrados, projetos esses calcados no modelo empresarial e voltados para a formação de corredores de exportação (MICHELOTO, 1990, p. 64).

As consequências da modernização agrícola no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foram responsáveis pela reconfiguração das lutas empreendidas pelos trabalhadores rurais frente à exclusão a que foram submetidos.

A política de modernização da agricultura implementada na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, por meio dos planos de desenvolvimento e ocupação do cerrado, foi marcada por uma forte exclusão social, produzindo efeitos perversos para os trabalhadores rurais e constituindo, assim, um cenário em que os trabalhadores travaram suas lutas para a conquista da terra (GUIMARÃES, 2001, p. 46).

Portanto, a modernização agrícola e suas consequências foram decisivas para a postura adotada pelos movimentos de luta pela terra, ou seja, para que eles pudessem reivindicar de maneira mais incisiva o seu direito a terra.

1.5 A luta pela terra e a Reforma Agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba pós-1980

Os movimentos de luta pela terra, presentes no cenário nacional, especialmente a partir da redemocratização brasileira (pós-1985), vêm ocupando um lugar de destaque na sociedade por meio de suas lutas. Articulam, mobilizam suas ações como forma de questionamento da estrutura fundiária e o padrão de acumulação do sistema capitalista vigente (GOMES, 2004).

Ao mesmo tempo em que os sujeitos foram excluídos pelo processo modernizante, afirmaram-se como sujeitos atuantes, “buscando novas maneiras de reivindicar e exigir direitos de

cidadania, criando novos espaços políticos, estabelecendo, assim, novas relações com a esfera pública” (GUIMARÃES, 2001, p.47). Dessa forma, desencadearam ações coletivas para a conquista e desapropriação de latifúndios, por meio das ocupações de terra e do enfrentamento às oligarquias rurais.

O histórico da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresenta-se como fundamental para a compreensão do ressurgimento e atuação dos movimentos de luta pela terra na região, bem como a efervescência desses movimentos, que caracterizam a região como uma das mais conflituosas em todo o estado de Minas Gerais.

No cenário produtivo, a modernização da agricultura no Triângulo Mineiro foi importante pelo grau de elevação da produção e da produtividade da região no setor agrícola, mas, também, porque trouxe as contradições socioeconômicas, em que a exploração e a miséria de muitos materializa-se na riqueza de poucos.

Outro fator relevante para a compreensão da luta pela terra, na região, é que ela é considerada como “a de maior número de conflitos por terra no Estado de Minas Gerais, em especial a região do Pontal do Triângulo, que está entre as mais violentas do país” (GOMES, 2004, p. 86). Nesse sentido é que se faz pertinente a análise das lutas pela terra na mesorregião, bem como o estudo da evolução e gênese das ações dos movimentos de luta pela terra.

As lutas pelo acesso à terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba concretizam-se, principalmente, a partir das ações apoiadas pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.

Assim vinculadas às campanhas salariais apoiadas pela FETAEMG, intensificaram-se as paralisações na região do Triângulo Mineiro – como, além da dos bóias-frias da cafeicultura, as dos canavieiros de Uberaba e de Fronteira, no ano de 1984, e a dos trabalhadores rurais de Centralina (GOMES, 2004, p. 111).

O município de Centralina representa um marco histórico no progresso de luta sindical. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município é um dos mais antigos da região. Fundado em 1963, apresentou, porém, até o ano de 1987, um caráter meramente assistencialista. A mudança de posicionamento aconteceu por meio de eleição, na qual venceu um grupo de oposição. Nesse contexto, o grupo organizou uma ação de reivindicação pelo aumento do preço da arroba de algodão entre os dias 16 e 21 de março de 1987. Apesar de o ato não ter tido um retorno imediato, foi um avanço significativo na mobilização dos trabalhadores rurais da região, consolidando a oposição sindical do STR desse município.

As campanhas salariais desenvolvidas no Triângulo Mineiro provocaram mudanças no interior do próprio movimento sindical, fazendo com que alguns sindicatos mudassem sua postura

assistencialista e passassem a intervir de forma mais atuante na defesa coletiva dos assalariados (GOMES, 2004).

Devido à crescente mobilização e ao significativo aumento dos conflitos no campo, a região do Triângulo Mineiro passou a fazer parte das regiões mineiras que intensificaram a ação pela implementação da Convenção Coletiva do Trabalho, com o intuito de incorporar os trabalhadores vinculados à cultura de soja na região, “intensificada, em especial, a partir da instituição do POLOCENTRO e do PRODECER” (GOMES, 2004. p. 112).

A partir do ano de 1985, a FETAEMG passou a adotar uma postura mais agressiva em relação à luta pela terra, estimulada pelo surgimento de outras entidades, tais como o MST e a CPT, que articulavam ocupações e enfrentamento e, assim, a Federação iniciou o processo organizativo dos trabalhadores rurais do estado no embate propriamente dito.

Apresentando uma postura de enfrentamento e resistência, as entidades exigiram uma nova postura da Federação, favorecendo uma ascensão na luta pela Reforma Agrária no estado de Minas Gerais, seguindo, dessa forma, uma tendência nacional.

Inicialmente essa incorporação se dá de forma muito limitada, com a federação envolvendo-se apenas nas lutas de resistência para, posteriormente, em especial nos anos 1990, ligar-se mais diretamente às ocupações e aos conflitos fundiários. Marco desse processo é a realização do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais, realizado pela FETAEMG em 1984. Inserido num contexto em que a sociedade passa por um processo de reorganização política e econômica, o evento representará a abertura de um novo ciclo no processo de organização dos trabalhadores do estado, sinalizando para uma luta mais incisiva e dinâmica pela reforma agrária [...] (GOMES, 2004, p. 112-113).

Entre os anos 1983-84 ocorreu no Triângulo Mineiro o primeiro conflito pela posse da terra, localizado no município de Iturama, na Fazenda Barreiro. Essa ação foi uma referência para a Reforma Agrária na região, “que inspirou uma das maiores mobilizações de luta e resistência dos sem-terra no Triângulo Mineiro” (FONSECA, 2001, p. 109).

Com a situação de enfrentamento em Iturama, o STR de Araxá passou a buscar experiências nesse município, objetivando o início das ocupações, também, no Alto Paranaíba. Assim, ao espalhar e socializar a luta para outros sindicatos, a busca pela Reforma Agrária foi inserida na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A organização dos trabalhadores no sentido de promover as ocupações de fazendas improdutivas da região deu-se no ano de 1989, em Limeira do Oeste, contando com o apoio de lideranças da Fazenda Barreiro. Teve como um dos principais coordenadores “Zé Pretinho”, que começou a reunir pessoas em sua própria casa, e contou, também, com a participação de trabalhadores rurais do Pontal do Triângulo Mineiro.

Com o crescente apoio de diversas entidades, tais como a CPT, CUT (MG), PT e MST, “o processo de mobilização e articulação estabelecido entre os trabalhadores rurais sem-terra e as instituições que apoiavam o movimento resultou, então, na ocupação da Fazenda Colorado, no dia 23 de janeiro de 1990.” (GUIMARÃES, 2002, p. 66). Apesar de a ocupação ter sido bem sucedida, a ação contou inicialmente com poucas famílias, sendo que elas foram despejadas no dia seguinte, sem ordem judicial, pela Polícia Militar e por membros da UDR: “[...] recém-criada, a UDR já demonstrava seu poder de pressão e de articulação local e nacional, inclusive via imprensa, desqualificando e criminalizando o movimento, não permitindo sequer a realização de vistorias em fazendas da região pelo INCRA.” (GOMES, 2004, p. 119).

Após um desgaste do movimento devido às promessas não cumpridas, ações repressivas por parte da polícia com a conivência do poder judiciário, bem como a não desapropriação de áreas improdutivas, os trabalhadores rurais decidiram ocupar a Fazenda Santo Inácio Ranchinho, em dezembro de 1990. Essa ocupação acarretou diversas batalhas judiciais entre os trabalhadores e os herdeiros da fazenda. O processo de ocupação da Fazenda Santo Inácio Ranchinho constitui-se, portanto, “como fato político de grande relevância, tornando-se um marco divisor no imaginário da luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba” (GUIMARÃES, 2002, p. 93).

A ação da ocupação da área “ficou marcada na memória das pessoas como um momento de resistência e de esperança” (GOMES, 2004, p. 119), visto que a organização dos acampados, nesse momento, baseava-se no trabalho coletivo, concretizado na produção de hortaliças, arroz e feijão para abastecer as famílias que estavam acampadas na área. Posteriormente, os trabalhadores buscaram, com a Prefeitura, a concessão de professores municipais para lecionarem no acampamento por meio de protestos e ocupação da prefeitura de Campo Florido, demonstrando, dessa forma, a grande mobilização e força das famílias envolvidas no conflito.

Finalmente, em outubro de 1993, a Justiça derrubou a liminar favorável aos antigos proprietários por meio da Lei Agrária, que estabelecia mecanismos de desapropriação. Em maio de 1994, o INCRA criou o PA (projeto de assentamento) Nova Santo Inácio Ranchinho, assentando 115 famílias, que puderam iniciar a efetiva transformação produtiva daquela área (GOMES, 2004).

A experiência de luta dos trabalhadores rurais de Campo Florido, especialmente com a criação do PA Nova Santo Inácio Ranchinho, fortaleceu e renovou os ânimos para a busca da Reforma Agrária na região, consolidando a ocupação como principal e eficaz forma de conquista da terra, pois exerceu pressão sobre as autoridades responsáveis pela questão fundiária.

Dentre as maiores ações realizadas pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), podemos citar a ocupação da Fazenda Tangará, em 1999, no município de Uberlândia, quando o movimento denominava-se MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra). Essa ação

desencadeia o processo administrativo para verificação do cumprimento da função social do imóvel, a partir do qual o INCRA constata a improdutividade da área vistoriada.

A ocupação da Fazenda Tangará gerou uma grande repercussão social, “tendo, inclusive, sido convocada pelo INCRA uma audiência pública com vistas a fazer uma ‘consulta’ à sociedade acerca do “caso Tangará” (GOMES, 2004, p. 174). Dessa forma, é possível notar a importância dessa ocupação para o fortalecimento e reafirmação dos sem-terra na região e a demonstração de enfrentamento dos grandes proprietários na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A ação de ocupação da Fazenda Tangará alcançou grande visibilidade, até mesmo nos meios de comunicação, uma vez que os sem-terra demonstraram persistência e resistência frente às dificuldades enfrentadas na área ocupada.

No ano de 1999, a área foi ocupada por aproximadamente quatrocentas e cinquenta famílias, que foram organizadas a partir do trabalho de base realizada pelo MLST⁷, sendo que a maioria era originária de bairros periféricos da cidade de Uberlândia (GOMES, 2004, p. 174). Nesse primeiro momento, a ocupação durou vinte dias, sempre contando com a vigilância de policiais militares, bloqueando a saída e a entrada de novas famílias e de alimentos.

Assim,

considerada improdutiva, a ocupação da Tangará (5.097,6098 ha) foi a maior já registrada na região (450 famílias). No segundo dia houve um cerco na estrada por fazendeiros e polícia com o intuito de impedir a entrada de alimentos e novas famílias. Em massa, os trabalhadores de dentro e de fora da fazenda, obrigaram os bloqueadores ao recuo, garantindo domínio sobre o território. O acampamento passou a ser vigiado 24 horas por dia pela Polícia (FONSECA, 2001, p. 119).

A primeira liminar de despejo foi concedida aos proprietários em 10 de setembro de 1999, e os trabalhadores foram obrigados a deixar a área ocupada. Porém, logo em seguida o grupo ocupou uma área vizinha, a Fazenda Carajás, mas foram, novamente, obrigados a desocupar a área, por meio de outra liminar. Após esses despejos, os trabalhadores acamparam na beira da estrada, onde permaneceram por seis meses.

No dia 13 de março de 2000 foi realizada a segunda ocupação da Fazenda Tangará, que contou com a participação de aproximadamente setecentas famílias. Essa segunda ocupação gerou violentos e relevantes embates entre os sem-terra e a Polícia Militar, que contou com um aparato significativo, tais como helicópteros, tropa de elite da corporação, dentre outros instrumentos, para cumprir a reintegração de posse da propriedade. Porém, os trabalhadores resistiram e não

⁷ O MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) ocupou a fazenda Tangará em 1999. Posteriormente, lideranças regionais se desvincularam desse movimento e criaram o MLST de Luta (Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta), que foi renomeado para MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade).

desocuparam a área. A tentativa de reintegração de posse em 2000 e a resistência dos sem-terra na área demonstraram que eles não hesitariam em lutar pela conquista da terra.

Em contrapartida, o movimento passou a ser perseguido, tanto pela mídia quanto pelo Poder Judiciário, na tentativa de criminalizar as lideranças e enfraquecer a força política dos movimentos, perante a sociedade.

[...] a repressão assumiu também a forma de criminalização das lideranças do MLST. Onze integrantes do movimento chegaram a ser presos por transporte de madeira (...). Algumas lideranças também sofreram processo judicial por formação de quadrilha (GOMES, 2004, p. 176).

No ano de 2001, após alguns meses de ocupação e resistência por parte dos trabalhadores, a situação começa a ter uma nova configuração, sendo que

em novembro de 2001, após 20 meses da segunda ocupação e após 9 meses da tomada e paralisação da empresa, com o descumprimento da liminar de reintegração de posse, entre a pressão dos ruralistas e dos sem-terra, o proprietário anuncia a disposição de negociar com o INCRA todo o imóvel (FONSECA, 2001, p. 121).

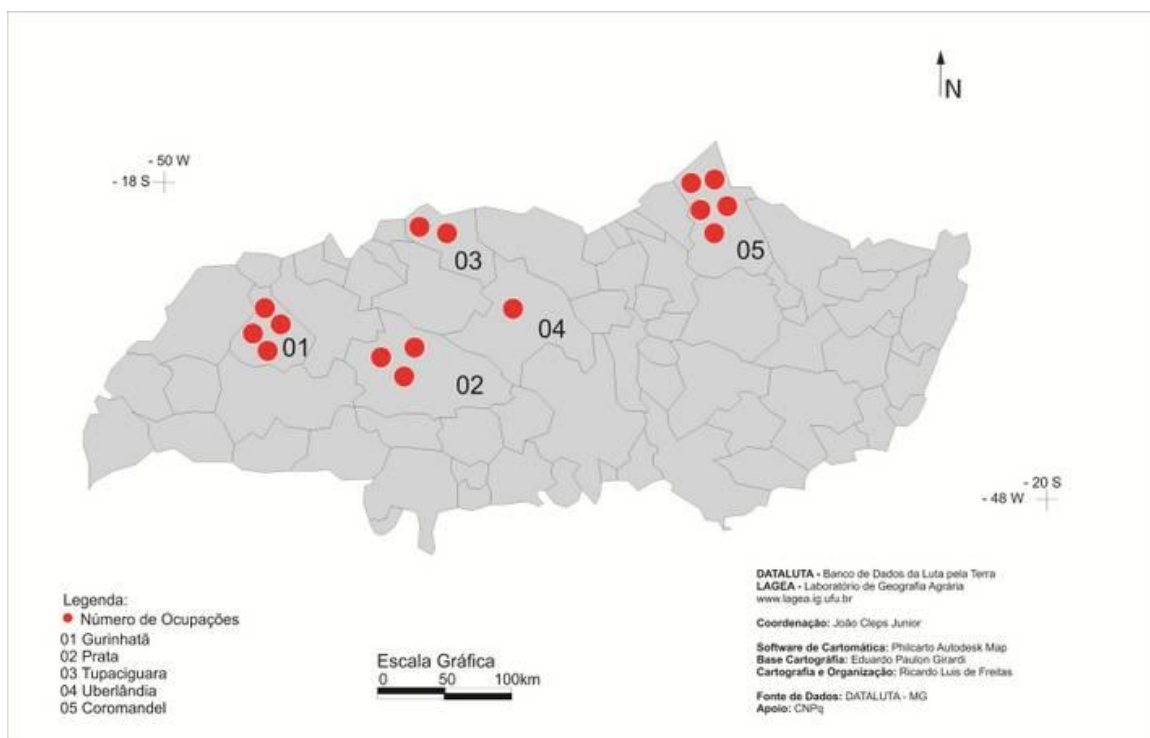
A partir dessa conjuntura é notável a necessidade que os ruralistas da região tinham em não permitir a desapropriação da Fazenda Tangará, uma vez que essa conquista promoveria o movimento e incentivaria novas lutas por terra na região. Apesar de todos os esforços dos fazendeiros, muitas vezes aliados ao Poder Judiciário, a fazenda foi desapropriada e adquirida pelo INCRA no ano de 2002⁸.

A área da fazenda, com cerca de cinco mil hectares, foi desapropriada em 09/05/2002. O valor estipulado pela fazenda foi de treze milhões de reais, sendo três milhões pagos em dinheiro, correspondentes às benfeitorias e à plantação de eucaliptos, e dez milhões pagos por meio de títulos da dívida agrária. O assentamento foi oficializado e a divisão dos lotes ocorreu em janeiro de 2006.

Nesse período, os movimentos de luta pela terra estavam em intensa atividade, realizando diversas ocupações pelo país e em todo o estado de Minas Gerais, especialmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. No total, foram realizadas quinze ocupações pelo MTL entre os anos de 2004 e 2010 (mapa 1). Foram realizadas quatro ocupações no município de Gurinhatã, cinco ocupações no município de Coromandel. No município de Prata, foram realizadas três ocupações, no município de Tupaciguara, foram realizadas duas ocupações e, em Uberlândia, apenas uma ocupação no ano de 2007.

⁸ Segundo o Jornal do MTL, dois líderes da ocupação da Fazenda Tangará (João Batista da Fonseca e Wanduiz Evaristo Cabral) sofreram inúmeras acusações, dentre elas roubo e incitação ao crime. Em 22 de setembro de 2009 foram condenados a 5 anos e 6 meses de prisão.

Mapa 1: Triângulo Mineiro – Número de ocupações realizadas pelo MTL (2004-2010)



Fonte: DATALUTA – MG.

Elaboração: FREITAS, R. L., 2012

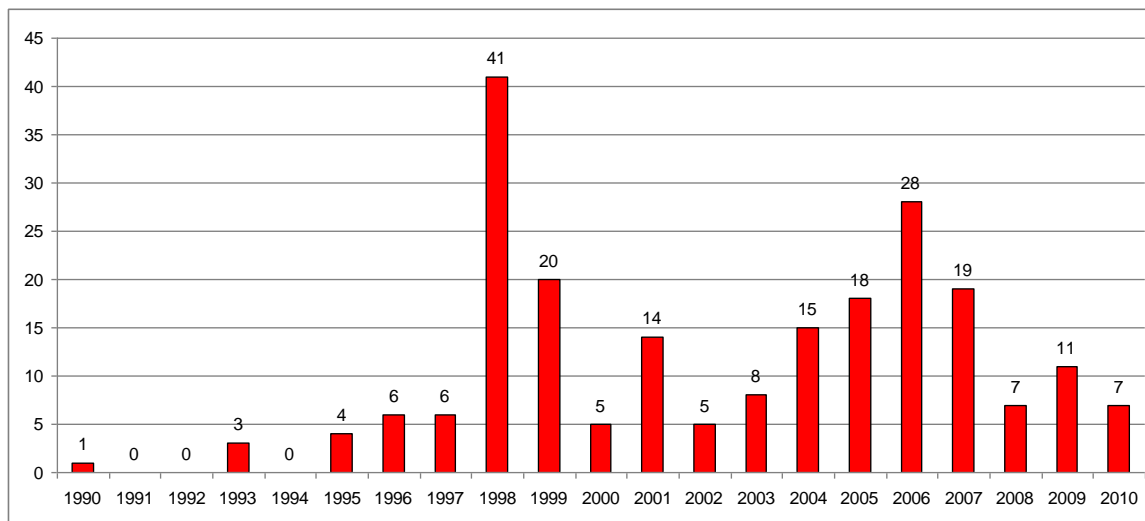
Assim, é possível perceber a importância da atuação dos movimentos de luta pela terra na região e sua relevância para a conquista e acesso à terra. O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma região historicamente dominada pelo agronegócio em grandes propriedades rurais e reside nesse cenário, justamente, um campo propício aos conflitos agrários.

1.5.1 As ações dos movimentos de luta pela terra e a criação de Projetos de Assentamento na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma mesorregião de intensos conflitos agrários, pois em um mesmo espaço estão reunidos o agronegócio, grandes propriedades e movimentos de luta pela terra. Sendo assim, a atuação dos movimentos na região apresenta-se de maneira intensa e articulada.

No gráfico 3 é possível visualizar os dados de ocupações em todo o Triângulo Mineiro,⁹ no período de 1990 a 2010. Esses dados demonstram o aumento significativo das ocupações no decorrer dos anos.

Gráfico 3: Triângulo Mineiro: número de ocupações no período (1990 a 2010).



Fonte: DATATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. LAGEA, 2010, NERA, 2010. Org.: CARDOSO, L. F. de, 2011.

O ano de 1998 apresenta-se como auge de ocupações no período analisado, com 41 ocupações, demonstrando a grande mobilização e atuação dos movimentos. É importante ressaltar que 1998 foi ano de eleição presidencial, no qual o governo Fernando Henrique Cardoso se recandidata ao cargo presidencial, com o objetivo de ser reeleito.

Outro dado bastante significativo a ser analisado é o ano de 2006, o último do primeiro mandato do presidente Lula, apresentando vinte e oito ocupações na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Dessa forma, é possível compreender que os movimentos de luta pela terra organizam ocupações de terras com o intuito de pressionar o Governo a realizar a Reforma Agrária, visto que

a ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre o latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifúndios e o Estado (FERNANDES, 2000, p. 19).

⁹ O Banco de Dados da Luta pela Terra considera o Triângulo Mineiro a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Durante o período analisado, que compreendeu o intervalo de 1990 a 2010, ou seja, vinte e um anos foram realizadas duzentas e dezoito ocupações no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (conforme gráfico 3). Esse número demonstra a significativa atuação dos movimentos de luta pela terra nessa região, historicamente dominada por grandes proprietários e pelo agronegócio.

No entanto, Tupaciguara, município em que se localiza a área de pesquisa, a Fazenda São Domingos, apresenta-se como um dos municípios de menor intensidade de conflitos no Triângulo Mineiro, na qual foram realizadas apenas duas ocupações entre os anos de 1998 e 2005. Assim, é possível perceber uma incipiente atuação dos movimentos de luta pela terra no referido município.

O cenário apresentado no Triângulo Mineiro é diferente, pois existe uma dinâmica intensa dos movimentos de luta pela terra que contribuíram decisivamente para a criação de oitenta e cinco assentamentos que contemplaram quatro mil seiscentas e sessenta e cinco famílias entre os anos de 1986 a 2010, conforme a tabela 4. A dinâmica de resistência e luta dos movimentos atuantes na região garantem o acesso à terra pelos trabalhadores rurais no Triângulo Mineiro.

Tabela 4: Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais (1986 a 2010)

ANO	Nº ASSENTAMENTOS	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
1986	1	131	2.486
1987	-	-	-
1988	1	24	711
1989	-	-	-
1991	-	-	-
1992	-	-	-
1994	1	118	2.583
1995	-	-	-
1996	6	189	5.835
1997	4	313	8.343
1998	7	278	8.430
1999	13	401	13.282
2000	3	91	3.199
2001	4	171	5.652
2002	2	159	5.991
2003	1	250	5.090
2004	5	112	3.569
2005	15	1.097	24.979
2006	5	515	10.106
2007	4	122	3.081
2008	3	129	3.058
2009	6	411	9.374
2010	4	154	5.272
TOTAL	85	4665	121.041

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. LAGEA, 2009, NERA, 2010.
Org. CARDOSO, L. F. de, 2011.

Nesse sentido, é importante destacar a importância da atuação dos movimentos para a reconfiguração do espaço agrário, sendo que “nas duas últimas décadas, as ocupações tornaram-se, ainda mais, um processo importante de recriação do campesinato e não podem ser ignoradas” (FERNANDES, 2001, p. 3). Dessa forma, é importante destacar a importância dos movimentos de luta pela terra, visto que a criação de assentamentos é resultado dessas ocupações e, conseqüentemente, das pressões realizadas por esses sujeitos.

As ocupações de terra apresentam-se como elemento fundamental para os trabalhadores rurais conseguirem ter acesso à terra, ou seja, a criação de assentamentos é realizada como resposta às reivindicações dos movimentos de luta pela terra. Assim, a conquista dessas áreas, mesmo que apresentando uma política de desenvolvimento rural ineficiente, apresenta-se como um avanço na luta pela terra e conquista de áreas para a Reforma Agrária.

Ainda assim, a crítica a esse modelo de criação de assentamentos como arrefecimento de tensões, criados apenas como resposta à luta pela terra, precisa ser feita, uma vez que as políticas públicas precisam buscar o desenvolvimento rural e não apenas a criação de assentamentos rurais dispersos, que não dispõem dos incentivos necessários para alcançar o desenvolvimento e a permanência das famílias assentadas.

2 (RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA E PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA: Projeto de Assentamento Fazenda São Domingos, Tupaciguara - MG

Neste capítulo, iremos buscar a compreensão do conceito de território a partir da ótica de diversos autores, bem como a sua importância para a Geografia Agrária, especialmente, a partir das relações cotidianas que são construídas nos assentamentos rurais.

O conceito de território está relacionado às contradições e heterogeneidades que o território do assentamento representa, ou seja, às particularidades dos sujeitos envolvidos na luta pela terra, bem como à construção dos laços de pertencimento entre as famílias e delas com o território.

A dominação imposta pelos agentes do capital aos assentados fragiliza o processo da Reforma Agrária. Assim, apresenta-se como fundamental a tentativa de superação da marginalidade das famílias assentadas. Nessa perspectiva é que o trabalho coletivo apresenta-se como importante ferramenta para superação do *status quo*.

Neste capítulo também será abordada a história do cooperativismo e seu desenvolvimento, assim como a forma como os movimentos de luta pela terra adotam e implantam esse modelo em áreas de Reforma Agrária. É importante destacar que essa análise foi importante para compreendermos a teoria pregada pelos Movimentos e o desenvolvimento das ações práticas que, por vezes, mostram-se discrepantes e permeadas por desafios a serem superados.

2.1 Os “diversos” territórios e o território camponês

O território camponês é permeado por relações de enfrentamento e resistência ao capital. A organização do território camponês se dá em torno da sua família, da sua produção, ou seja, da sua vida. Nesse sentido, a luta pela terra e na terra está impregnada de territorialidade, ou seja, são construídas relações sociais entre os sujeitos, o movimento de luta pela terra, o Estado, o capital e todos os elementos que compõem esse território.

O território é um conceito amplamente discutido e analisado na Geografia e em outras ciências, uma vez que tem importância fundamental para análise e compreensão das relações sociais cotidianas, ou seja, relações que permeiam o dia-a-dia dos sujeitos sociais.

Dentre os principais autores que discutem o território e seus significados, é importante destacar Claude Raffestin (1993), que traz em sua obra o caráter político do território e que sua construção se dá em função do espaço geográfico.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Em outra análise, o autor afirma que

o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

De acordo com Raffestin, o território possui uma ênfase político-administrativa, e, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstrativamente, o ator territorializa o espaço. Para o autor, território é

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (...) (RAFFESTIN, 1993, p.144).

O autor destaca que o território contém relações marcadas pelo poder, ou seja, relações construídas a partir de dominação e subordinação. Esse poder é exercido por grupos. Dessa forma, o poder e o território vão ter uma importante relação, e a categoria ‘poder’ vai fazer parte da consolidação do conceito de território.

Outro autor que discute o território e suas representatividades é Sposito (2004). Para ele, existem dois caminhos que levam à compreensão do território. O primeiro refere-se à rede de informações que, devido ao avanço tecnológico, dissemina tudo rapidamente. Sendo assim, “os territórios perdem as fronteiras, mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico de um grupo ou de uma nação, e mudam, conseqüentemente, sua configuração geográfica” (SPOSITO, 2004, p. 114).

O segundo caminho refere-se ao retorno do indivíduo e sua interação cotidiana em seu território, “como formas de apreensão das dimensões territoriais e da capacidade de projetar a liberdade como meio de satisfação das necessidades individuais.” (SPOSITO, op. cit, p. 115).

Esse autor demonstra que o território como concepção naturalista é amplamente difundido, e essa “concepção clássica do imperativo funcional acaba por transformar o território em um elemento da natureza, pelo qual se deve lutar para conquistar ou proteger” (SPOSITO, 2004, p.

113). Dessa forma, o indivíduo cria afetividade e relações de pertencimento com o seu território, demonstrando sentimentos em relação ao lugar onde vive.

A concepção de território, analisada por Sposito, refere-se também ao território do indivíduo,

e se refere à territorialidade e sua apreensão. Aí tem-se o território do indivíduo, seu 'espaço' de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A territorialidade, nesse caso, pertence ao mundo dos sentidos, e, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e sua capacidade de se localizar e se deslocar (SPOSITO, 2004, p. 113).

Assim, o território é concebido como o lugar onde o indivíduo realiza todas as suas ações e por isso cria laços afetivos e de identidade em relação a esse território.

Segundo Santos (2006, p. 13) “território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. A partir da análise de Santos, é possível perceber a importância e dimensão do território no cotidiano, sendo que o território não é somente o material, mas também o imaterial, ou seja, o sentimento de pertencimento, de afeição, de trocas de experiências e relações de poder.

Ainda segundo Milton Santos (1996, p. 23) “O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo.”

Em outra obra de Milton Santos (1996, p. 16), ele traz a seguinte definição: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Portanto, podemos perceber que Santos faz uma diferenciação entre os “vários” territórios, sendo o território usado aquele que o homem habita, ocupa e o transforma.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1995, p.19) [...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.”

A definição de território, na maioria das vezes, remete à ideia de poder e dominação, muitas vezes imposta pela força do Estado e até mesmo de grandes empresas, exercendo uma grande influência sobre determinados grupos em um dado momento histórico e em determinado período espaço-temporal.

A análise do território, a partir das concepções de Haesbaert (2006, p. 118), apresenta duas vertentes interpretativas opostas. A primeira é uma concepção de território naturalista, que concebe

o território nos aspectos físicos e materiais, como se o território fosse uma “continuidade do seu ser”.

A outra concepção, discutida por esse autor, é a que pode ser denominada de etnocêntrica do território, concebendo-o assim como uma “construção puramente humana”, excluindo-se a relação da sociedade com a natureza, “como se o seu território pudesse prescindir de toda a ‘base natural’” (HAESBAERT, 2006, p.119).

Entretanto, um ponto comum nessas duas concepções é o fato de se privilegiar mais as dimensões política e cultural do espaço do que a dimensão econômica.

Conforme Haesbaert (2004, p.85), “o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço”. Por essa razão, a conceituação e análise do território fazem-se tão importantes para compreendermos as relações que permeiam a sociedade e as transformações territoriais resultantes dessas ações.

O autor Marcos Aurélio Saquet (2003), assim como Haesbaert, procura discutir o território a partir de três vertentes: jurídico-política, econômica e cultural.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades / temporalidades / territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p.28).

Nessa citação, o autor também expressa a heterogeneidade dos territórios, bem como suas contradições sociais, que permeiam as relações construídas socialmente, culturalmente e politicamente.

Outro conceito fundamental a ser discutido é a desterritorialização e reterritorialização. Segundo Haesbaert (2004) a desterritorialização refere-se à retirada e ao abandono do território, enquanto a reterritorialização refere-se à construção de novos territórios. Segundo Saquet

processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos. Na descontinuidade, há a reprodução de elementos/aspectos inerentes à vida diária dos sujeitos sociais, no mesmo ou em diferentes lugares (SAQUET, 2007, p. 163-164, grifo do autor).

Dessa forma, os processos de territorialização e desterritorialização se entrelaçam, sendo que os principais elementos constituintes são comuns aos dois processos.

Há perda, mas há a reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de *novas* relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados; há redes de circulação e comunicação, que substantivam a desterritorialização, o movimento, a mobilidade (SAQUET, 2007, p. 163).

O conceito de território atualmente precisa ser pensado e refletido a partir da multiplicidade e heterogeneidade das relações entre os sujeitos sociais. Sendo assim,

o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 262).

Para tanto, a partir dessa diversidade, o conceito de território apresenta um conceito fundamental para compreendermos suas especificidades.

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios (HAESBAERT, 2004, p. 349).

A atuação dos sujeitos sociais, as ações desenvolvidas em um território, a partir de interesses e diferentes atuações de indivíduos heterogêneos, dará uma característica peculiar a cada território usado e transformado. Nessa perspectiva é que os assentamentos e acampamentos rurais apresentam-se como um território rico em contradições, a partir dos conflitos, diversidades e heterogeneidades dos sujeitos, que resultarão em particularidades de cada assentamento rural.

A luta pela terra e as áreas de Reforma Agrária têm-se configurado como formas de resistência e enfrentamento ao modelo concentrador fundiário presente no campo brasileiro. Os acampamentos e assentamentos têm se mostrado como espaços importantes para a redistribuição fundiária e reterritorialização da agricultura camponesa, viabilizando uma maior qualidade de vida de famílias, que em sua maioria, estavam marginalizadas e subocupadas em áreas urbanas.

Apesar de todas as dificuldades, os assentamentos têm alcançado posição de destaque e influência nos municípios nos quais estão inseridos, uma vez que se constituem em espaços de consolidação e aumento da população no meio rural. De acordo com Medeiros (2003, p. 85-86), “de alguma forma, o aumento da população municipal decorrente da criação de assentamentos implica, em alguns casos, ampliação do mercado de trabalho e de consumo, dinamizando o comércio local, incremento da arrecadação de impostos, etc.”

Portanto, é importante destacar que os assentamentos rurais são espaços importantes para a construção de um projeto de desenvolvimento territorial rural. Entretanto, a forma de produção na maioria dos assentamentos se dá individualmente, ou seja, as famílias assentadas produzem cada uma em seu lote, sem haver uma maior interação produtiva entre essas famílias, buscando apenas uma inserção do mercado local e regional.

O tipo de exploração realizada nos assentamentos nos traz ao debate da importância dos assentamentos organizados de forma coletiva. Entretanto, o cooperativismo ainda enfrenta uma forte resistência por parte dos assentados, que, por vezes, desconhecem essa prática ou mesmo já tiveram experiências negativas, nas quais alguns indivíduos usavam o termo cooperativismo de maneira indiscriminada, o que dificulta, sobremaneira, projetos sérios e bem elaborados a partir das concepções cooperativistas de produção.

Essas questões são fundamentais para entendermos a desmobilização e fragmentação dos diversos grupos que compõem um assentamento, demonstrando a heterogeneidade das famílias e como essas diferenças refletem na tomada de decisões sobre questões pertinentes para aquele grupo, bem como na construção de um capital social coeso que busque melhorias e projetos de desenvolvimento para os assentamentos rurais.

Para que os sujeitos que compõem um assentamento tornem-se mais unidos e pactuados em relação aos projetos de desenvolvimento do assentamento, é importante que seja construída uma identidade dessas famílias entre si e também com o território.

Segundo Santos (2006, p. 14) “território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.” Nessa perspectiva, as áreas de assentamento passam a ter uma grande relevância na vida dos assentados, apresentando-se como território usado, uma vez que os assentados constroem identidades e relações de pertencimento.

De acordo com Fernandes o território apresenta duas perspectivas indissociáveis, fundamentais para a construção da identidade do assentado com a área ocupada, uma vez que

temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 282).

A partir do processo de ocupação e uso do território, são criadas relações de identidade, que são construídas ao longo do tempo. Daí, o território do assentamento torna-se essencial para atividades cotidianas, bem como a espacialização de relações econômicas, políticas e sociais:

o território, portanto, no caso dos assentamentos possui multiplicidades, pois com a posse estabelece limites que são demarcados numa perspectiva política construindo fronteiras, delimitando áreas de terras que vão representar uma relação político-econômica do espaço (MEDEIROS, 2009, p. 220).

As áreas de assentamentos rurais, na maioria das vezes, são conquistadas por meio de ocupações e mobilização dos sem terra. Assim, um território que era ocupado pelo capital torna-se um território do campesinato, por meio de relações dinâmicas e engendradas por relações de conflitualidade:

o capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes (FERNANDES, 2009, p. 201).

O território e suas materializações são fundamentais para entendermos as relações que são construídas e (re)construídas em áreas de acampamentos e assentamentos rurais, que apresentam entraves e perspectivas na construção de um cenário desafiador e rico nas relações sociais entre os assentados. Portanto, essas áreas são conquistadas a partir de processos de luta; nessa perspectiva, tornam-se territórios de luta.

A conquista de um assentamento rural é um avanço, uma vez que aquele território não significa apenas função econômica, pois o “assentado assume a condição de incluído, não somente do ponto de vista da produção, mas também de uma inclusão social e política.” (FABRINI, 2003, p. 101). Dessa forma, os assentados (re)tomam o papel de agentes da sua própria condição e não são apenas expectadores dos fatos, como se não pertencessem à sua própria trajetória de vida.

A análise das atividades desenvolvidas em um assentamento é importante para se apreender como são construídas as relações cotidianas, bem como o desenvolvimento dos aspectos econômicos, políticos e sociais. É importante destacar que o pacto de desenvolvimento rural precisa ser planejado e compreendido por todas as famílias que fazem parte do assentamento para que, dessa forma, possuam elementos capazes de direcionar as políticas públicas que serão capazes de gerar um verdadeiro desenvolvimento dessas áreas.

As formas de organização e produção de um assentamento são questões importantes para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, além da conquista da terra, as escolhas em relação à forma como serão desempenhadas as suas atividades cotidianas são fatores relevantes e decisivos no que se refere à capacidade de permanência das famílias nas áreas conquistadas.

Nesse sentido, é importante destacar que a conquista da terra é apenas uma etapa de uma luta que apresenta muitos desafios.

Para a maioria dos integrantes dos movimentos sociais, que ao longo de meses e anos acamparam, lutaram e conquistaram a garantia do acesso a terra, ser assentado significa que a luta acabou, já que é fato corrente que os camponeses consideram a terra como um mecanismo de autarquia e condição de autonomia. Porém, esta compreensão é um erro, pois, na verdade, a luta recomeça e se torna ainda mais complexa, uma vez que, num contexto político-econômico onde os elementos da questão agrária permanecem inalterados, salvo aqueles que dizem respeito ao acesso a terra – já que os assentados venceram esta disputa mediante a intervenção do Estado –, a agricultura camponesa em projetos de assentamento emerge em meio às diversas “tramas” de controle do capital em suas demais frações (capital agrocomercial, industrial, financeiro, fundiário, nacional e internacional) (GONÇALVES, 2008, p. 182).

Em relação à produção, as famílias, depois de serem assentadas, passam a reproduzir um círculo vicioso, no qual dependem dos agentes do capital para comercializar, beneficiar e distribuir seus produtos no mercado, ou seja, continuam dependendo de atravessadores para fazer chegar até os consumidores finais o que foi produzido.

Ainda em relação a essa discussão, Gonçalves afirma que

dessa forma, torna-se claro que a autonomia camponesa não se confirma mediante o assentamento dos trabalhadores, pois a produção individual de riquezas pelo campesinato, no processo de circulação das mercadorias agrícolas, acaba sendo apropriada, em sua maior parte, pelo capital, o que revela que a agricultura camponesa não é meramente uma autarquia independente, mas sim, uma forma de existência social imersa em um conjunto de relações de dominação econômicas muito diversificadas e complexas (GONÇALVES, 2008, p. 182).

Portanto, os assentados continuam a (re)produção dessa dependência e dominação impostas a eles pelos agentes do capital, o que coíbe a autonomia dessas famílias. A constituição dos assentamentos rurais apresenta-se como uma grande conquista. No entanto, essa dependência demonstra uma fragilidade no processo da Reforma Agrária. Para quebrarem esse ciclo, seria necessário “fechar” a cadeia produtiva.

A situação de dependência e submissão dos assentados pelos agentes do capital se reflete nas dificuldades financeiras comuns na maioria dos assentamentos, pois, além das dificuldades encontradas para produzir, os assentados vendem seus produtos com preço baixo e isso acarreta uma renda insuficiente, que, muitas vezes, culmina na venda ou abandono dos lotes.

Assim,

[...] muitas famílias assentadas não possuem autonomia social alguma, já que não conseguem prover minimamente o auto sustento familiar na sua unidade de produção. Isto significa que a posse da terra, em muitos casos, cria um campesinato marginal, que não dá conta de se inserir ativamente no processo produtivo (GONÇALVES, 2008, p. 184).

Dessa forma, fica claro que a conquista pela terra é apenas um elemento da luta pela Reforma Agrária que vai além da conquista de um lote, mas representa a busca pela autonomia, cidadania, justiça social e possibilidade de desenvolvimento rural efetivo e abrangente, para que os assentados possam atingir sua autonomia tanto financeira, quanto política e social.

Nessa busca pela autonomia e desenvolvimento rural é que as cooperativas têm se mostrado como elemento possibilitador da melhoria das condições de vida e geração de renda dessas famílias. E esse modelo, além de possibilitar renda e sobrevivência, também possibilita a capacidade de resistência e (re)produção dos assentados, uma vez que

podem reforçar sua organização – o movimento social –, no sentido da ação e desencadeamento de novas lutas contra o capital e contra o Estado, exigindo a realização de uma Reforma Agrária de inclusão social, com políticas públicas efetivas de desenvolvimento rural que promovam a emancipação camponesa (GONÇALVES, 2008, p. 187).

No Projeto de Assentamento da Fazenda São Domingos, objeto da presente pesquisa, a forma de gestão se dá a partir de uma cooperativa (COERCO São Domingos) e é nesse sentido que buscaremos conhecer os princípios norteadores desse modelo de gestão. Com isso, fomentaremos embasamento teórico para compreender o cotidiano dessas famílias.

2.2 O cooperativismo como alternativa à expropriação capitalista

Para enfrentar as dificuldades impostas pela exclusão e expropriação, resultado do sistema capitalista, os trabalhadores historicamente se organizaram de maneira coletiva para alcançar melhores condições de vida e sobrevivência. Nesse sentido, as cooperativas se fizeram presentes sistematicamente durante o período da Revolução Industrial, no século XIX, uma vez que, nesse momento histórico, a exploração introduzida pelo capitalismo foi intensa e os trabalhadores viviam em condições sub-humanas.

[...] as cooperativas surgiram pós-Revolução Industrial, porque ela gerou dois movimentos simultâneos: exclusão social e concentração da renda. Daí cresceu a primeira onda da história cooperativista, em 1844, na Inglaterra, espalhando-se pelo mundo inteiro e se transformando no maior movimento social da história universal (PINHO, 2004, p. 279).

Na primeira metade do século XIX, especialmente na Inglaterra, as cooperativas foram fortemente reprimidas e enfrentaram oposição dos capitalistas emergentes, pois eram vistas como possíveis “máscaras” para atividades ilícitas. No entanto, com o passar do tempo, essas associações

foram aceitas, inclusive multiplicando-se graças à influência de pensadores como Owen, Fourier, King, Buchez e outros (PINHO, 2004).

As primeiras cooperativas organizadas surgiram na Inglaterra, sendo que uma das mais importantes foi criada na cidade de Rochdale em 1844, denominada cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale, com a participação de 28 tecelões que sistematizaram as regras fundamentais em relação ao funcionamento das cooperativas. Ela é considerada por muitos teóricos como a primeira da era moderna e que teve influência direta no cooperativismo atual.

As cooperativas foram criadas como alternativa à pobreza e miséria que se generalizavam na Inglaterra no século XIX após a implantação do capitalismo. Nesse sentido, é importante ressaltar que elas não tiveram como objetivo principal o questionamento do sistema, mas sim uma forma de amenizar os seus efeitos, ou seja, apenas uma reforma social.

Segundo Loureiro (1981, p. 11)

a dialética de interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram a proposta de transformação da sociedade, como possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado.

O cooperativismo teve sua construção e desenvolvimento marcado por contradições, uma vez que algumas regras de funcionamento foram permeadas ora pela autogestão e princípio de igualdade, ora pela eficiência econômica, demonstrando, assim, seu caráter híbrido, caracterizado inicialmente por sua base teórica no socialismo utópico. Porém, com o passar do tempo, as decisões foram pautadas na forma capitalista de relações sociais.

O surgimento do cooperativismo despertou diferentes debates e opiniões, sobretudo entre os marxistas que acreditavam que esse modelo de gestão e organização de produção estava intimamente ligado ao capitalismo. Na segunda metade do século XIX, o cooperativismo separou-se do socialismo utópico, pois os socialistas marxistas repudiaram o associativismo, alegando as “cooperativas como insuficientes para a emancipação do salariado e contrárias ao programa comunista” (PINHO, 2004, p. 138).

Um autor marxista que também discutiu o cooperativismo foi Karl Kautsky. Ele afirma que as cooperativas apresentam sua importância. Entretanto, a dúvida é se as vantagens da grande exploração cooperativa são acessíveis ao camponês.

A formação das cooperativas é muito mais fácil para os grandes proprietários do que para os camponeses, pois são muito menos numerosos e dispõem de tempo, de relações extensas, de conhecimentos comerciais – próprios de empréstimo (KAUTSKY, 1978, p. 138).

Para Lênin, as cooperativas serviriam como uma tentativa de “frear” o desenvolvimento do capitalismo no campo e trilhar o caminho para o socialismo. Ao contrário de outros marxistas, ele não as considerava a priori, como negativas ou positivas, sendo que essa avaliação dependeria da orientação que a cooperativa apresentasse (PADILHA, 2008).

Para Chayanov, o cooperativismo é uma importante ferramenta para o desenvolvimento do camponês, aumentando a produtividade das atividades desses grupos.

Para Chayanov, o cooperativismo era o modo de organização produtiva que melhor se adaptava às explorações camponesas, permitindo conciliar as vantagens da grande dimensão com as da exploração familiar, sobretudo no caso das produções intensivas (loc. cit). Sua concepção de cooperativismo via nas cooperativas novas formas mutualistas de associação entre agricultores, capazes de efetivamente responderem aos imperativos da modernização, sem que isso implicasse em que o campesinato perdesse sua singularidade, ou seja, sua autonomia e sua capacidade de controle sobre o próprio processo produtivo (ANJOS; ESTRADA, 2001, p. 27).

Já para Rosa Luxemburgo, o cooperativismo ao mesmo tempo apresenta características socialistas e capitalistas, uma vez que faz parte do sistema e termina por adaptar-se a ele, principalmente porque as cooperativas dependem das possibilidades e oscilações do mercado.

As cooperativas e, sobretudo as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1990, p. 87).

É importante destacar que o surgimento das cooperativas se deu como forma de organização por trabalhadores insatisfeitos com a expropriação realizada pelo capitalismo. No entanto, a função e resultados que esse tipo de ação proporciona é uma ampla discussão debatida por diversos teóricos, especialmente os marxistas que, apesar de perceberem as vantagens das cooperativas, as veem como um instrumento de aprofundamento do modo de produção capitalista.

2.3 O cooperativismo agrícola brasileiro: gênese e diversidade

No Brasil, no início do século XX, ocorreu o surgimento das primeiras cooperativas, que foram, sobretudo, agrícolas. Elas foram inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, especialmente da Alemanha e da Itália, uma vez que a possibilidade de sucesso desse tipo de associação para pequenos agricultores era evidente nesses países.

Dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul foi pioneiro nesse tipo de associação. A primeira se deu com liderança do padre suíço Theodor Amstad, a partir de 1902, e a segunda vertente teve como pioneiro o italiano De Stefano Paterno (PINHO, 2004).

Depois das experiências de cooperação econômica e social implantadas isoladamente desde 1530 em algumas regiões do Brasil, diversos fatores marcaram os primórdios da implantação do Cooperativismo no Brasil, especialmente a abolição do escravismo e a legislação republicana assegurando a liberdade de associação, apoiada pela Constituição de 1891 (art. 72, parágrafo 8). Este último fato significou uma primeira abertura ao cooperativismo, já que a Constituição de 1824 proibia qualquer tentativa associacionista (PINHO, 2004, p. 17).

O setor agrícola brasileiro caracteriza-se como sendo o ramo mais bem estruturado baseado na concepção cooperativista. Para tal compreensão, é importante considerar que o país, por ser grande exportador de produtos agrícolas, passou a adotar um sistema eficiente e competitivo e, para tanto, as cooperativas apresentam-se como modelos para tal finalidade.

A partir da concepção de “eficiência” e “lucratividade”, o cooperativismo agrícola passa a ser gestado como uma empresa capitalista que precisa gerar dividendos e ser eficiente do ponto de vista econômico, demonstrando seu caráter capitalista e comercial. Apresentam, dessa forma, como principal objetivo a maximização de lucros, a diminuição das dificuldades de produção, armazenamento e comercialização da produção dos grandes proprietários rurais.

Durante o regime militar no Brasil (1964-1985), as cooperativas alcançaram grande sucesso, uma vez que, para a criação de novas cooperativas, era necessária a autorização do governo, e o mesmo autorizava somente se o projeto apresentasse as características de um empreendimento moderno, com perfil empresarial voltado ao mercado externo.

O cooperativismo desenvolveu-se extraordinariamente durante este período, assumindo, inclusive, na ausência de um sindicalismo livre, amplas funções e papéis que a este deveriam ser destinadas. Assim, face o apoio do regime autoritário, muitas destas cooperativas aumentaram o volume de suas atividades, incrementaram de modo espetacular o número de sócios, culminando, portanto, mediante inúmeras fusões e posterior articulação em estruturas de segundo e terceiro grau, especialmente nos casos do Rio Grande do Sul e Paraná, onde se concentrava a maior parte da produção graneleira do país (soja, trigo e arroz) com o surgimento do que se pode chamar de macrocooperativas (ANJOS; ESTRADA, 2001, p. 10-11).

Podemos perceber que, com o processo de modernização no campo, o cooperativismo empresarial teve um grande impulso a partir das políticas públicas adotadas pelo regime militar, contribuindo para o desenvolvimento e criação de grandes cooperativas que priorizaram a eficiência econômica e a lucratividade em vez do caráter solidário e princípio de igualdade, “impregnando-se

de sua própria lógica excludente e simultaneamente assumindo um protagonismo crescente no processo de penetração do capitalismo no campo.” (ANJOS; ESTRADA, 2001, p. 9).

O maior interesse dos grandes agricultores de organizarem-se por meio de cooperativas eram as facilidades fiscais e administrativas que juridicamente beneficiavam esse tipo de atividade.

Outra questão a ser explorada sobre o cooperativismo é a forma de gestão. Devido ao crescimento e complexidade que alcançavam, as cooperativas precisavam ser geridas por equipes que, muitas vezes, não tinham qualquer relação com a agricultura, separando completamente o processo produtivo do administrativo, evidenciando ainda mais seu caráter empresarial e capitalista. Entretanto, é importante destacar que o cooperativismo ofereceu uma alternativa, se não de mudança, ao menos de melhoria das condições de vida dos grupos cooperativados.

Segundo Pinho (2004, p. 279-280)

[...] o cooperativismo foi uma doutrina socioeconômica que visa a corrigir o social por meio do econômico, preocupando-se com as questões sociais e econômicas. Com a economia globalizada, somada ao liberalismo comercial, o cooperativismo tornou-se especialmente importante no combate aos problemas de exclusão e de concentração.

Apesar do modelo de grandes cooperativas com características empresariais ser predominante, coexistem nessas organizações grandes e pequenos agricultores. Entretanto, pelo maior poder aquisitivo e pelo maior número de membros, os grandes agricultores aglutinam maior influência e poder de decisão.

O movimento cooperativista no Brasil, em fins do século XX, conforme Duarte e Wehrmann (2006, p. 14), [...] sofreu uma bifurcação, apresentando-se hoje sob duas formas ideologicamente diferentes de organização e de representação das forças sociais presentes no campo: o cooperativismo “empresarial/tradicional” e o cooperativismo “popular/de resistência.”

Além da questão de duas formas distintas de cooperativismo, é importante destacar a heterogeneidade de sujeitos que fazem parte desses grupos.

As situações de conflito, existentes na esfera do cooperativismo, emergem do fato de que as mesmas congregam em seu quadro de associados indivíduos cujos interesses imediatos podem ser diferentes. Por esse motivo, eles tendem a se antagonizar cada vez mais, na medida em que, o modelo de desenvolvimento adotado nas organizações tende a beneficiar uma fração já privilegiada. Nesse sentido, observa-se que as contradições subjacentes nas cooperativas nada mais são do que reflexos do sistema no qual elas estão inseridas (DUARTE; WEHRMANN, 2006, p. 15).

Nesse sentido, podemos perceber a diversidade e contradição presentes nas diferentes formas de análise e implantação do cooperativismo. Para tanto, é importante buscarmos a compreensão dos limites e possibilidades desse modo de vida que vai além do trabalho e reflete diretamente nas relações sociais inter e intraclasses.

As atividades coletivas e de ajuda mútua são realizadas pela sociedade há muito tempo. Dentre as atividades realizadas com base nesses princípios, a agricultura é a que mais utiliza esse modelo. Os mutirões e trocas de dias são bastante comuns em áreas rurais, independentemente de relações formais burocráticas, como numa cooperativa formal.

É importante destacar inicialmente que cooperativa, cooperação e cooperativismo são processos sociais diferentes, nos quais:

cooperativa é entendida aqui como modelo de estrutura organizacional, do qual se originam sociedades constituídas sob a forma democrática para atingir fins específicos, ou seja, associação autogestionária de pessoas, regida por princípios igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos. *Cooperativismo* é um movimento social ou doutrina, cuja corrente hegemônica é a rochdaleana, que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social. *Cooperação* é ação social articulada, alinhavada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, por sua vez, é aqui entendida em dois sentidos: (a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); (b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata (SCOPINHO, 2007, p. 85).

A agricultura camponesa caracteriza-se por ter como princípios básicos a cooperação, solidariedade, ajuda mútua e preocupação ambiental com seu espaço, tanto entre inter e intrafamiliar. Essa relação coletiva tem como fundamento a construção e (re)construção dos laços afetivos e de solidariedade com os sujeitos de sua família e de sua comunidade e não apenas a maximização dos lucros.

Portanto, as características do cooperativismo em assentamentos rurais são encontradas em diversos grupos de pequenos produtores e comunidades, ou seja, essas ações precedem as formalidades burocráticas de uma cooperativa. Assim, é importante destacar que essas ações são espontâneas e derivam de suas tradições e costumes e os laços de reciprocidade entre os sujeitos são mais importantes que as questões burocráticas de uma sociedade cooperativa formal, pois essa é a base da continuidade e êxito de ações fundamentadas nesses princípios.

De acordo com Gaiger (1999, p.2)

contrariando as expectativas de uma integração e uniformização progressiva do tecido social, em decorrência de um desenvolvimento econômico que viria cedo ou tarde, processos de fragmentação e exclusão social se impuseram, nas últimas duas décadas, com virulência insuspeita e efeitos dramáticos. Enormes contingentes, alijados do mercado de trabalho e abandonados pelas políticas sociais em recuo, viram-se compelidos a criar suas próprias oportunidades de trabalho e sobrevivência. Expandiu-se o setor informal, multiplicaram-se os pequenos negócios, resgataram-se, por outro lado, práticas de entre-ajuda e cresceu o interesse pela ideia de dar as mãos e fazer, da união de forças, o caminho de uma nova alternativa.

Assim, é importante destacar que as relações recíprocas são construídas por uma comunidade em diversas atividades nas quais o alicerce é a solidariedade.

Em síntese, as múltiplas atividades cotidianas de subsistência dos marginalizados provêm de uma matriz comunitária, em geral, fortemente enraizada em um determinado lugar. São constituídas por pequenas unidades produtivas, envolvem mutirões na construção e conserto de casas, compõem-se de formas associativas de produção de alimentos, vestuários, remédios, artesanatos, objetos de uso pessoal e pequenos serviços, agricultura urbana e periurbana e agricultura familiar. São experiências que podem representar o embrião de uma nova cultura do trabalho. Esse conjunto heterogêneo de atividades em franca expansão ainda não se desenvolve num campo articulado. As reflexões sobre esse conjunto de experiências constituem o âmbito da Economia Solidária. Existem várias correntes, algumas francamente em termos de alcance e objetivos de suas propostas, mas de um modo geral, todas as formulações convergem para um núcleo comum: a solidariedade como o âmago de todas as propostas (VASCONCELOS, 2007, p. 275).

Desse modo, é criada uma nova forma de trabalho e organização das atividades com base na produção coletiva e solidária, pois são caracterizadas pela autogestão e pela tomada de decisões de maneira coletiva, demonstrando a prioridade em desenvolver os sujeitos e não apenas acumular capital.

A partir do contexto de marginalização de alguns setores no mercado de trabalho e dificuldades de sobrevivência de inúmeras famílias, tanto na área urbana quanto rural, têm sido adotadas alternativas para atender os indivíduos na geração de renda. Assim, surgem ações caracterizadas pela socioeconomia solidária, que tem como princípios a autogestão e ajuda mútua.

As empresas autogestionárias, segundo Paul Singer, são mais que empresas, pois se assemelham a uma família, marcada por laços afetivos, e também são uma organização social de orientação ideológica (SOUZA, 2000).

O modo de produção realizado com base na solidariedade apresenta-se como um avanço em relação ao modo de produção capitalista, pois contribui para a consolidação das relações econômicas e sociais entre os participantes. Conforme afirma Singer:

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2000, p. 13).

Uma empresa solidária ou cooperativa apresenta como diferencial o fato de que seus participantes se associam a ela e não fazem um contrato de trabalho, e seus objetivos se fundem com o de seus companheiros e a individualidade é superada. Esse processo de aprendizado ao trabalho coletivo é o que vai viabilizar esse projeto antes mesmo que ele funcione efetivamente (SINGER, 2000).

Os empreendimentos de socioeconomia solidária, além das dificuldades impostas pela falta de apoio do Estado, apresentam dificuldades em relação ao crédito e comercialização da sua produção. Apesar de apresentarem algumas fragilidades frente ao processo produtivo capitalista adotado pelas empresas privadas, esses empreendimentos representam uma possibilidade de inserção no mercado e um embrião na busca pela autonomia e dignidade perdida por muitos trabalhadores em diversos setores da economia brasileira.

Os empreendimentos de socioeconomia solidária apresentam importante significação cultural e educativa, e contribuem para o fortalecimento das relações entre os sujeitos. Assim, é possível compreendermos a importância desses empreendimentos para além da geração de renda.

2.4 As formas de produção na agricultura camponesa e o cooperativismo

O modelo cooperativista tem sofrido um desgaste enorme ao longo do tempo, uma vez que enfrenta diversos obstáculos. A falta de apoio do Estado e o isolamento das unidades produtivas coletivas e sua fragilidade competitiva frente ao disputado mercado têm fragilizado os empreendimentos cooperativistas implantados nos assentamentos. Entretanto, o trabalho coletivo tem conseguido unir os assentados de maneira simbólica e real, no que se refere ao fortalecimento

das relações sociais. Partir dessa dinâmica demonstra a possibilidade de competição frente ao mercado consumidor.

Nesse sentido, é importante destacar que, apesar dos enfrentamentos cotidianos e, sobretudo contra os agentes do capital que “sugam” as possibilidades de real desenvolvimento dos assentados, o trabalho coletivo tem sido uma possibilidade de continuidade dessas famílias em seus lotes. É importante ressaltar que o trabalho coletivo não é a solução de todos os problemas, mas sim uma forma de coesão das famílias, para que as mesmas possam criar suas estratégias de sobrevivência e acreditarem na sua capacidade produtiva.

Dessa forma,

Superar a venda individual das mercadorias produzidas no campo, participar de mecanismos de industrialização e de comercialização da produção, e criar mecanismos de independência no âmbito da produção (mudanças na base técnica, com o uso de insumos intra-propriedades, sem a compra de insumos e produtos externos) poderia romper com o controle exercido pelo capital e possibilitar maior independência aos camponeses (GONÇALVES, 2008, p. 185).

Assim, é importante que possamos analisar o cooperativismo agrícola brasileiro com o objetivo de compreender como seu paradigma influenciou o cooperativismo implantado em assentamentos rurais. A diversidade do cooperativismo brasileiro é compreendida a partir da criação de uma nova forma de trabalho com base em organização de atividades coletivas e mutirões de ajuda mútua.

Ainda nesse sentido, a Economia Solidária é analisada demonstrando sua importância como modelo alternativo de geração de renda e inserção dos sujeitos no mercado de trabalho.

O cooperativismo em assentamentos rurais apresenta grande importância, uma vez que o objeto de estudo da presente pesquisa configura-se em um assentamento rural que implantou esse modelo de produção.

Faz-se pertinente a compreensão do cooperativismo no MST, como pioneiro nessa prática dentre os movimentos de luta pela terra, e o cooperativismo no MTL, que é o movimento atuante na Fazenda São Domingos. A compreensão dos modelos que foram implantados e desenvolvidos é importante para que possamos traçar um comparativo entre a teoria e a prática desempenhadas nesse assentamento, bem como seus desafios e potencialidades.

2.5 O associativismo cooperativista em assentamentos rurais

O modelo de assentamentos rurais adotado no Brasil tem apresentado um viés economicista, uma vez que a viabilidade econômica e o produtivismo dos assentamentos são indicadores fundamentais para a classificação do empreendimento como sucesso ou fracasso. Assim, para que os assentados sejam considerados “eficientes”, eles precisam tornar-se capitalistas, inserindo-se de maneira efetiva no mercado e acumulando capital.

No entanto, é importante considerar que a viabilidade econômica é importante, mas não é o único ponto positivo da Reforma Agrária. Assim, os movimentos de luta pela terra visam à transformação social por meio da resistência ao capital e suas formas de exploração, buscando novos meios de sucesso econômico por meio de iniciativas solidárias e cooperativistas, mas que vão além da questão econômica, ou seja, criam laços de pertencimento entre si e com a terra conquistada.

O modelo de produção que tem sido implantado nesses assentamentos se identifica com os movimentos que se articulam dentro do capitalismo frente à crise do emprego (não apenas no meio rural, mas também urbano) e representam propostas alternativas para a organização de um conjunto amplo de atividades econômicas (BERTUCCI; LOUREIRO; MONTE-MÓR 2004, p. 2).

A fase do acampamento em uma área pleiteada é um momento importante, pois as ações cooperativistas em assentamentos rurais são resultados de um processo construído e contextualizado durante esse período.

Os integrantes, por exemplo, de cooperativas formadas em assentamentos de reforma agrária compartilharam por vários anos acampamentos à beira de estradas e ocupações de fazendas, choques com a polícia etc. Como vimos antes, uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho (SINGER, 2000, p. 21).

O cooperativismo praticado e pensado pelos movimentos de luta pela terra tem como objetivo a busca pela autonomia em relação ao Estado, e eficiência econômica e representatividade política do movimento perante as instituições, à sociedade e aos assentados. Assim, as experiências alternativas de produção realizadas com base nas cooperativas são importantes, pois possibilitam, ao mesmo tempo, a inclusão social e econômica dos sujeitos assentados. Nesse sentido, as ações coletivas das organizações populares têm caráter emancipatório e buscam a autonomia da população excluída pelo sistema capitalista.

No campo brasileiro, desde a década de 1980, são diversas as experiências relacionadas ao trabalho cooperativo. Dentre as inúmeras cooperativas construídas em assentamentos, podemos citar a COOPTAR (Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata LTDA), localizada no Assentamento Treze de Março, no município de Pontão (RS). As famílias cooperadas iniciaram suas atividades produtivas baseadas no plantio de milho, soja e trigo, reproduzindo assim a matriz produtiva implantada pela Revolução Verde. Entretanto, após discussões entre o grupo, foi decidido que seria fundamental diversificar a produção e, assim, passaram a criar suínos, bovinos e a cultivar outras lavouras. É importante destacar a criação de agroindústria com o objetivo de agregar valor aos produtos e aumentar a renda das famílias participantes (BONAMIGO, 2001).

Outra experiência importante a ser destacada refere-se aos assentamentos Marajó e Roncador, localizados no município de Quinta do Sol, Santa Rita, no município de Nova Tebas e Monte Alto, em Peabiru, no estado do Paraná. Esses assentamentos participam de um projeto desenvolvido pela Incubadora da Rede Unitrabalho/UEM (Universidade Estadual do Maringá), que contribui para a organização e acompanhamento da produção leiteira. O projeto consiste no armazenamento conjunto da produção leiteira, para que, dessa forma, o volume da produção seja maior, alcançando um melhor preço na comercialização e, como consequência, aumentando a renda das famílias envolvidas (INCUBADORA DA REDE UNITRABALHO / UEM, s/a).

No noroeste paranaense, no município de Paranacity, podemos citar o caso da COPAVI (Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória), onde os assentados comercializam sua produção porta-a-porta e são responsáveis por grande parte da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços) do município (ALVES; PONTES, 2003).

A COAGRI (Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Oeste do Paraná), localizada no Assentamento Juquiá, no município de Cantagalo (PR), e a COOPTIL (Cooperativa de Produção Trabalho e Integração LTDA), localizada no Assentamento Conquista da Fronteira, no município de Hulha Negra (RS), também são experiências interessantes para pensarmos sobre a viabilidade do modelo cooperativo em áreas de Reforma Agrária (FRANCIOSI, 2007).

A construção da perspectiva cooperativista na organização tanto produtiva quanto política e social faz parte da realidade de inúmeros assentamentos pelo Brasil. Um exemplo a ser destacado desse modelo é o PA (Projeto de Assentamento) Sepé Tiarajú, localizado em Ribeirão Preto (SP), município conhecido nacionalmente por sua produção canvieira e relevante presença do agronegócio (SCOPINHO, 2006).

Nesse sentido, as cooperativas apresentadas demonstram que o cooperativismo implantado de maneira séria e responsável pode ser um modelo bastante interessante e exitoso nas práticas agrícolas. No entanto, é importante considerar que a região Sul do país, na qual estão localizadas as mais antigas cooperativas, foi influenciada, sobretudo, pela imigração, ou seja, os moradores

dessa região apresentam uma relação mais “natural” e aceitável no que se refere ao trabalho coletivo, justamente pela bagagem histórica trazida de países europeus.

A implantação das cooperativas apresenta-se como instrumento importante para a territorialização da luta pela terra, uma vez que a mesma não se limita à conquista do lote. Assim, a materialização das associações e cooperativas é importante para o fortalecimento e resistência dos assentados frente ao capital do agronegócio, bem como para a dinamização dos municípios nos quais estão inseridas.

2.6 Do modelo à prática: cooperativismo nos movimentos de luta pela terra – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Terra Trabalho Liberdade (MTL)

O debate acerca do cooperativismo e sua implantação em assentamentos rurais teve como principal agente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no final da década de 1980. A implantação de cooperativas objetivou a contribuição para a organização produtiva das famílias assentadas e como forma de contrapor o modelo capitalista de produção no campo.

Tal modelo adotado pelo MST foi inspirado no modelo cubano, que serviu de referência “na elaboração de uma proposta de agricultura coletiva a ser implantada nos assentamentos de reforma agrária” (MARCOS; FABRINI, 2010, p. 15).

A agricultura camponesa de base familiar, tanto em Cuba quanto no Brasil, está colocada em um plano secundário, pois, sendo familiar, tem como principal característica ser individual e não coletiva. Nesse sentido, esse tipo de agricultura vai contra a natureza de produção socialista implantada em Cuba e, conseqüentemente, o mesmo modelo seguido no Brasil pelos movimentos de luta pela terra (FABRINI; MARCOS, 2010).

O cooperativismo adotado pelo MST, baseado no modelo cubano, é entendido como uma forma superior de cooperação entre os assentados. Entretanto, é fundamental destacar suas particularidades:

Embora em Cuba e no Brasil as cooperativas sejam denominadas CPAs, não houve uma transposição idêntica do modelo, em vista das substanciais diferenças políticas, econômicas, sociais e de lutas existentes entre os dois países (MARCOS; FABRINI, 2010, p. 107).

Assim, com base no modelo cooperativista cubano, o MST criou, em 1988, o SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), com o objetivo de coordenar e formar grupos para o trabalho coletivo, bem como para o fortalecimento político dos assentados.

Para o MST, as cooperativas são a última etapa de gradual aprimoramento de formas simples de cooperação, tais como: a) o Mutirão ou troca ocasional de serviços entre vizinhos para capinar, plantar, colher etc.; baseados em proximidade geográfica, parentesco ou alguma atividade produtiva – como a produção de leite; c) as Associações – para a compra de animais, máquinas, meios de transporte e várias outras atividades econômicas, incluindo também a representação política dos assentados; d) os Grupos Semicoletivos, que já têm estatuto sobre o funcionamento da organização, porém sem registro, isto é, não têm personalidade jurídica; e) e os Grupos Coletivos (PINHO, 2004, p. 240-241).

Em 1992, após um trabalho realizado pelo SCA, o MST criou a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), com a finalidade de atuar diretamente no âmbito do cooperativismo, ou seja, planejar o desenvolvimento das atividades das cooperativas, bem como estimular a implantação de novas cooperativas em assentamentos de diversas partes do país. A partir de laboratórios experimentais, convênios e financiamentos, o MST busca a disseminação do modelo cooperativista entre os assentados (FABRINI, 2001).

Para melhoria dos quadros técnicos e busca pelo aperfeiçoamento, a CONCRAB criou o ITERRA (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária):

O ITERRA promove, entre outros cursos, o curso Técnico em Administração de Cooperativas - TAC, sediado em Veranópolis, no Rio Grande do Sul e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam a qualificar a mão-de-obra dos assentados. Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela CONCRAB, destacam-se os Laboratórios Organizacionais - LOs. Estes, formam quadros organizadores de empresas associativas e os LOs de Cursos, os quais visam a capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção – FIP – os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (EID, SCOPINHO e PIMENTEL, 1998, p. 7).

O movimento preocupa-se com o aperfeiçoamento de técnicas produtivas e capacitação dos assentados, bem como aprendizado sobre formas cooperativas de produção. Assim, essa prática torna-se importante ferramenta para a produção de maneira satisfatória e que possibilite a geração de renda, importante à continuidade dos assentados em seus lotes, e ainda a construção de laços solidários entre os assentados.

As CPA's (Cooperativas de Produção Agropecuária) são importantes instrumentos para a construção do trabalho coletivo dentro do assentamento e sua produção é desenvolvida a partir de setores nos quais cada grupo de assentados desempenha uma atividade. Nesse sistema, a terra é considerada propriedade da cooperativa e o que foi obtido com a produção é partilhado de acordo com as atividades de cada membro.

As CPA organizadas nos assentamentos do MST se caracterizam pela total coletivização dos meios de produção. A terra permanece sob o controle coletivo. Em quase todas as nossas CPA, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que passa para o controle da cooperativa por meio de contrato de comodato. Porém, já existem CPA com o título da terra em nome da própria cooperativa (FERREIRA, 2000, p. 83).

Segundo o MST esse modelo de produção a partir das CPAs, apresenta-se como um instrumento para além do modelo capitalista, ou seja, possibilita a geração de renda sem que os assentados sejam explorados ou mesmo subordinados ao processo produtivo.

As ‘propostas do cooperativismo implantadas pelo MST têm como princípios básicos: a diversificação da produção com evidência aos mercados locais, preocupando-se com a preservação do meio ambiente. Além da questão produtiva, as cooperativas são instrumentos de formação de valores que perpassam pela justiça social, igualdade e união entre os trabalhadores rurais: “[...] cooperação agrícola é, então, concebida e desenvolvida no MST como uma estratégia capaz de enfrentar este modelo, contribuindo ao mesmo tempo para a reorganização da produção e para a organização política dos trabalhadores rurais” (ELIAS, 2008, p. 15).

A cooperação proposta pelo MST tem como característica a espontaneidade das ações: as mesmas são (re)construídas a todo momento, sendo a luta pela terra caracterizada como a ação mais cooperativa para um sem-terra:

A cooperação, entendida como ação social espontânea ou organizada, sempre foi essencial para o MST, desde a sua origem. É entendida como um processo de aprendizagem de longo tempo, que se inicia nos acampamentos antes mesmo da posse da terra, precisa ser continuamente revisado e assume diferentes formas, conforme se transformam as condições objetivas da realidade. Os dirigentes enfatizam que a cooperação não se resume na organização de cooperativas e que a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um Sem Terra (SCOPINHO, 2007, p. 87).

A implantação de cooperativas nos assentamentos rurais representa para o movimento uma maneira de fortalecer a luta pela Reforma Agrária e possibilitar a continuidade das famílias na terra conquistada. É importante destacar que a cooperação é fundamental para a conscientização política dos assentados, demonstrando sua capacidade de agregar unidade econômica, política e social.

A dimensão política da cooperação diz respeito à própria continuidade do MST como entidade coletiva, mediadora da relação entre o indivíduo trabalhador rural Sem Terra e a sociedade, especialmente os proprietários de terra e o Estado. A cooperação organizativa e a solidariedade militante garantem a logística que sustenta a luta social pela conquista e permanência na terra (SCOPINHO, 2007, p. 88).

Segundo Fabrini (2001, p. 17) “a conquista da terra e o desenvolvimento econômico não significam apenas a inclusão do sem-terra no mundo da produção, mas também, a conquista de seus direitos, da consciência política, da cidadania”.

O movimento de luta pela terra não cumpre seu papel apenas com a conquista da terra e com a implantação de um modelo de Reforma Agrária com vistas ao aspecto econômico. Portanto, a busca não é apenas por um pedaço de terra, mas o (re)encontro com a cidadania, a dignidade. O trabalho coletivo é um importante instrumento na busca por essa autonomia, que é um dos pilares do MST e de outros movimentos atuantes no campo.

As cooperativas, associações, grupos coletivos e agrovilas possibilitaram maior convivência social. E maior convivência social implica maior troca de ideias e de informações. A conscientização implica experimentação. A execução de pequenas tarefas, como a organização do local para realização de uma assembleia, já contribui para a tomada de consciência. Ou seja, o ato cooperativo muda o pensamento das pessoas envolvidas (FERREIRA, 2000, p. 90).

A evidente prioridade do MST pela produção coletiva reflete-se a partir do entendimento de que “não existem condições de o assentado progredir econômica, social e politicamente por meio da produção familiar” (MARCOS; FABRINI, 2010, p. 108). Assim, a produção coletiva apresenta-se como a mais eficaz ferramenta para a implantação e consolidação das atividades cooperativas entre os assentados.

A cooperação entre os assentados é construída mesmo antes da conquista da terra, pois,

a luta pela terra é por si só uma experiência de cooperação. No sentido de que os sem-terra tiveram de se juntar e se organizar para luta pelo seu pedaço de terra. Mas a cooperação agrícola propriamente dita começa quando são conquistadas as primeiras áreas acompanhadas do desafio de viabilizar a produção (FERREIRA, 2000, p. 82).

No entanto, as CPAs enfrentam dificuldades de consolidação, especialmente, pela “ausência de planejamento e controle administrativo que considerasse também a lógica do mercado e, externamente, da ausência de incentivo econômico por parte do Estado, ou seja, de política agrícola que tornasse o crédito acessível para os pequenos” (SCOPINHO, 2007, p. 9).

Outro obstáculo às CPAs refere-se à dificuldade de aceitação do sistema organizativo totalmente coletivo que não atinge todos os integrantes do movimento, pois,

essa maioria, fortemente vinculada aos tradicionais costumes rurais, tinha uma concepção de coletivo que não extrapolava os limites da família e uma compreensão restrita dos processos sociais e do papel subordinado da economia agrícola no desenvolvimento do país. Os assentados não se adaptaram ao formato organizativo da CPA, pois entendiam que a possibilidade de independência e liberdade estava no usufruto individual do lote de terra de que foram beneficiários. Em suma, o projeto CPA é considerado pelos dirigentes como sendo válido e até inovador em relação às inúmeras outras formas de cooperativismo existentes no campo. O problema é que, de um lado, por força das suas características rigidamente coletivistas e, de outro, pelas características sócio-culturais do trabalhador rural brasileiro, ele restringiu-se a uma minoria de militantes do MST (SCOPINHO, 2007, p. 89).

Assim, é possível perceber o conjunto de conflitos e contradições inseridos no processo coletivo de produção e os desafios impostos ao modelo coletivo buscado pelo MST, e essa situação tem levado o movimento a rever sua posição sobre as cooperativas, os camponeses e a agricultura coletiva (MARCOS; FABRINI, 2010).

A viabilidade econômica das cooperativas é importante para a continuidade dos assentados na sua terra, pois é fundamental a geração de renda para essas famílias. Por outro lado, essa viabilidade também é política, demonstrando o caráter de questionamento e não de subordinação ao capitalismo.

Para compreendermos essa importância da interação com o mercado, é importante destacar a postura do MST, pois o movimento “espera que os trabalhadores na cooperativa possam tirar vantagens com integração ao mercado, o que seria a garantia para permanência da terra nas mãos de quem nela trabalha” (FABRINI, 2001, p. 32).

Além dos obstáculos intrínsecos ao modelo cooperativista, ou seja, a dificuldade de interiorização desse modelo pelos assentados, a falta de apoio do governo, que oferece uma quantidade limitada de créditos, é outro fator limitante para o desenvolvimento das cooperativas, pois a maioria dos assentados tem pouca renda e necessita de uma infraestrutura mínima para desempenhar as atividades produtivas. Nesse sentido, o apoio do governo é decisivo para o sucesso dessas atividades.

É necessário observar que a crise vivida pelas cooperativas não é motivada exclusivamente por razões internas. As investidas do Estado contra esta forma de organização dos sem-terra chegou a ponto de que se para combatê-la, é necessário inviabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos [...] (FABRINI, 2002, p. 88).

Apesar dos assentados acreditarem que o trabalho coletivo é a melhor forma para atingir o sucesso econômico, esse tipo de atividade requer compromisso de horário e divisão de tarefas entre os participantes, inclusive na tomada de decisões. Assim, essa forma de trabalho vai contra a

expectativa dos assentados em serem autônomos, tomarem suas próprias decisões conforme sua conveniência e de sua família.

De acordo com Guanzioli (1994, p. 265-266)

o camponês sente que a organização coletiva anula os direitos individuais de propriedade na medida em que não pode vender a terra; [...] o camponês não aceita regras disciplinares de trabalho, de tipo industrial, implantadas no campo. De fato, formas coletivas de organização muito rígidas implicam um controle também rígido dos tempos de trabalho, o que acarreta por sua vez o aparecimento de um certo autoritarismo e burocratismo na forma de gerenciamento dessa disciplina do trabalho. Finalmente, os camponeses não gostariam de morar em vilas rurais ou agrovilas. As agrovilas teriam se esvaziado porque os camponeses desejam morar “em cima” do seu lote, junto às suas criações, hortas e plantios.

A aceitação do trabalho coletivo é uma barreira difícil a ser transposta, uma vez que a vontade de trabalhar individualmente e apenas com a participação familiar está enraizada no modo de vida dos assentados da mesma maneira que a base familiar camponesa.

Segundo Zimmermann (1994, p. 221),

As contradições internas surgidas no processo de coletivização e homogeneização de segmentos de trabalhadores com aspirações camponesas explicitam e reforçam a necessidade de respeito ao ritmo do aprendizado diário, o que não se consegue apenas com o trabalho político-ideológico. Para a consecução dos objetivos econômicos e políticos, impõe-se um tempo de gestação onde ocorrerá o descobrir-se, o reconhecer-se e o fazer-se enquanto identidade coletiva.

O tempo colocado pela autora, o tempo de reconhecer-se como sem-terra, como sujeito desse processo de transformação e adesão ao trabalho coletivo necessita de um processo de gestação. Essa mudança deve ser respeitada, pois ela vai além dos cursos de formação, é um conjunto de fatores que serão importantes para a construção da identidade de cooperado.

O trabalho coletivo é uma questão amplamente debatida, pois, apesar da sua viabilidade econômica, ideológica e política, que contribui com a unidade dos assentados, conforme destaca o MST, alguns autores colocam como desvantagem do trabalho coletivo a perda de autonomia dos camponeses, conforme destaca Oliveira (1994). Ele aponta que a especialização colocada nas cooperativas vai contra a proposta de policultura e autossuficiência que deveriam ser a base da produção familiar.

Logo, a proposta de cooperativa encontra inúmeros obstáculos em seu caminho. São questões ideológicas, de apoio governamental e de aceitação do grupo para implantação desse modelo de produção. Segundo Fabrini (2002) é importante criar uma organização de cooperativas

sustentada em padrões que valorizem a organização familiar, ou seja, a partir de relações que considerem a estrutura já existente dentre desses núcleos familiares.

A assimilação ao cooperativismo é um processo. Sendo assim, é implantado e desenvolvido gradativamente,

Os camponeses têm demonstrado que podem desenvolver atividades coletivas que se traduzem em resistência na sua prática. Não é somente aquela ação coletiva proveniente da consciência construída no processo de produção, como ocorre com os operários da indústria, que permite a formação da consciência coletiva. A consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra (FABRINI, 2002, p. 90).

O cotidiano dos assentados após a conquista da terra é constantemente permeado pela busca de novas conquistas, demonstrando sua força e mobilização em torno de um objetivo comum. Essa autonomia e capacidade de resistência é uma das principais características dos assentados. Portanto, o trabalho coletivo precisa ser implantado com o respeito a essas características, uma vez que “a consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra” (FABRINI, 2002, p. 90).

A dificuldade de aceitação do trabalho coletivo perpassa pela compreensão de que as relações sociais construídas dentro do assentamento estão baseadas na capacidade de autossuficiência e autonomia, e não pelo trabalho coletivo como produção de mercadorias, personificando um antagonismo ao modo de vida desses assentados.

As relações criadas e recriadas entre os assentados são permeadas pela identidade e objetivos comuns delineados durante o processo de luta pela terra. Consequentemente, a construção da identidade em relação ao trabalho coletivo precisa ser realizada com a mesma intensidade e particularidade que o processo de luta, ou seja, precisa ter um objetivo comum para todos os sujeitos.

As afinidades construídas nos assentamentos são fundamentais para a continuidade da luta pela terra, pois elas fazem parte do processo de internalização das práticas coletivas cotidianas, uma vez que o cooperativismo vai além da obtenção de renda. Segundo Fabrini (2002) “não há somente repasse de informações, mas discussão de formas de participação e realização de lutas de resistência”.

A cooperação agrícola é importante para além da produção, pois, a partir de sua implantação, o movimento de luta pela terra contribui para a consciência crítica das famílias. De acordo com Elias (2008, p. 106)

[...] a cooperação agrícola contribui, na medida em que através da gestão do trabalho coletivo consegue organizar e elevar a consciência das famílias assentadas no processo da luta de classes. Assim, a cooperação agrícola enquanto instrumento para a organização política, se torna uma problemática real, provocada pelo próprio Movimento.

O trabalho coletivo é, sem dúvida, uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos assentados, pois facilita a divisão de tarefas no processo produtivo e contribui para o fortalecimento das relações entre os cooperados. Porém, a aceitação do trabalho em grupo é um obstáculo a ser superado. Para autores estudiosos dessa temática, como Guanziroli (1994, p. 266), a melhor opção seria um modelo misto de trabalho coletivo e produção familiar. Assim, é importante ressaltarmos a necessidade de flexibilização do modelo de produção para os assentados e não uma imposição feita pelo movimento, pois, a partir do momento em que o modelo for uma escolha do grupo, o trabalho será aceito e desempenhado com maior eficiência.

2.7 O cooperativismo no MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade)

A fazenda São Domingos, área da presente pesquisa de dissertação de mestrado, tem o MTL como movimento atuante. Nesse sentido, é importante a compreensão da dinâmica organizacional e estratégias de organização produtiva e social para que possamos entender como o cooperativismo é implantado e gerido nessa área.

O cooperativismo no MTL foi e está sendo construído com o objetivo principal de possibilitar a continuidade das famílias nos assentamentos conquistados. É importante recapitularmos que esse movimento nasceu da dissidência do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), dirigido nacionalmente por Bruno Maranhão e criado no ano de 1994.

A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, área com grande número de acampamentos e assentamentos ligados ao MLST, configurava-se como uma região importante para o movimento. Essa região estava sob a direção de duas lideranças (João Batista da Fonseca e Luiz Carlos Galante Barroso), com importante apoio de Marilda Fonseca, companheira de João Batista e ex-advogada do MLST.

Devido às divergências de ideias e projetos, essas lideranças (Barroso, João Batista e Marilda) romperam relações com a direção nacional do movimento. A partir dessa ruptura surgiu o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta, ou o MLST de Luta, no ano de 2001. De acordo com Mitidiero Junior

foi com estas três importantes lideranças do Triângulo Mineiro que ocorreu o racha interno no MLST, devido a uma discussão direta com o principal líder deste movimento, Bruno Maranhão. Acontecido o racha, toda a base do movimento nesta região seguiu as posições ditadas por Barroso, João Batista e Marilda formando um novo movimento social no campo: o **Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta** ou o **MLST de Luta**. Apenas uma antiga liderança dos sindicatos rurais desta região (Divinão) e uma destacada militante do movimento (Ana Rita) foram a favor das argumentações de Bruno Maranhão, permanecendo no movimento inicial (MITIDIERO JR, 2002, p. 242, grifos do autor).

Posteriormente, no ano de 2002, esse movimento passou a se denominar MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade).

Nos preceitos do MTL busca-se a construção de uma sociedade socialista com base na igualdade e direitos iguais entre os sujeitos, contribuindo para a construção de um espaço que possa colocar em debate o teórico e ações práticas de luta pela terra. Nesse sentido, em relação ao processo produtivo, a empresa agrícola comunitária é uma prioridade do movimento, pois é uma ferramenta para consolidação da produção, com o intuito de comprovar a viabilidade da Reforma Agrária.

A empresa agrícola comunitária representa a principal proposta do MLST (atual MTL) para o início da construção de uma sociedade socialista. Seria um embrião lançado internamente à sociedade capitalista que conseqüentemente mostraria outra forma de produzir e de viver socialmente, na qual todos os indivíduos conviveriam igualmente, seja no campo social, político e econômico, respeitando as diferenças culturais (MITIDIERO JR, 2002, p.170).

Para que o trabalho coletivo consiga atingir um estágio de desenvolvimento e os assentados possam usufruir dos resultados dessa interação entre o que foi produzido e os consumidores, é necessária a criação de uma rede.

Portanto, é de fundamental importância que a estruturação de empresas coletivas dos trabalhadores, no campo e na cidade, e o consórcio entre elas, se inicie em íntima articulação e cooperação entre setores sociais, organizados em rede, que poderão garantir o consumo de seus produtos, determinando, ao mesmo tempo, o principal elemento de planejamento de produção: a necessidade de quem consome (Manifesto do MTL, 2002, s/p).

A oposição entre o trabalho individual e o coletivo é expressa pelo MTL por meio de seu Manifesto, da seguinte forma:

caminho da produção individual apresenta mais espinhos e muito menor viabilidade econômica do que o caminho da produção coletiva. O pequeno proprietário individual, no campo ou na cidade, tende a desenvolver ideologias voltadas para acumulação de capital e para a exploração do trabalho alheio. Além disso, por sua fragilidade econômica, apresenta muito mais rapidamente a possibilidade de ir à falência. Consideramos, portanto, que o enfrentamento com o problema da produção só pode ter chance de sucesso através da organização de empresas coletivas baseadas no trabalho solidário de seus membros, sem a utilização do trabalho assalariado ou de qualquer outra forma de exploração do trabalho alheio, consorciando iniciativas espalhadas em todo país, que vise constituir um mercado alternativo de massas (Manifesto do MTL, 2002, s/p).

Fica evidente a prioridade do movimento em demonstrar a necessidade de implantar e desenvolver ações coletivas nos assentamentos em que são atuantes. Contudo, a dimensão econômica não é a única importante nesse processo. Dimensões como o bem-estar social e a preservação ambiental também são questões relevantes na implantação dessas ações.

outro aspecto estratégico se refere à construção de empreendimentos coletivos dos trabalhadores que renunciem, no limite do possível, à dependência econômica e tecnológica do padrão produtivo imposto pelo grande capital monopolista. Apoiando-nos em pesquisas científicas genuínas, na experiência e no patrimônio cultural de nosso povo, nas demandas pela preservação ambiental e da saúde humana, poderemos alcançar êxitos nesta importantíssima tarefa (MANIFESTO DO MTL, 2002, s/p).

Uma questão importante também a ser destacada, uma vez que apresenta relação direta com o cooperativismo, é a preocupação do MTL em elevar a qualificação dos seus membros, ou seja, a preocupação com o capital social. A importância da qualificação dos sujeitos se dá em torno da necessidade da dedicação às questões políticas e de formação de pessoas capacitadas para colaborar para o desenvolvimento tanto das atividades produtivas quanto das ideológicas e políticas do movimento.

O maior desafio, evidentemente, é investir nos trabalhadores e trabalhadoras assentados contribuindo para elevação de suas competências humanas e sociais na perspectiva de que os mesmos se transformem em novos gestores sociais, empresariais e políticos, constituindo em suas áreas empresas capazes de obterem excedentes produtivos (MANIFESTO DO MTL, 2002, s/p).

No entanto, na prática do cotidiano das famílias assentadas, a dificuldade de aceitação do trabalho coletivo é uma limitação para a implantação desse modelo, conforme buscaremos analisar nesta pesquisa, realizada em um assentamento do MTL no qual a organização produtiva tem como base a COERCO São Domingos (Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural do Assentamento São Domingos), no município de Tupaciguara (MG).

Esse tipo de atividade é visto com dificuldade por eles mesmos, especialmente pelas questões culturais e falta de costume das pessoas com o trabalho em grupo. A dificuldade da criação e recriação do capital social também é um obstáculo a ser transposto para que os assentados possam conquistar sua autonomia e seu pleno desenvolvimento.

Esses obstáculos são concretos, caracterizados pelas dificuldades de convivência, de produção e pelos impasses que surgem durante o acampamento, mais especialmente durante o assentamento, e são desafios que permeiam a vida dos assentados e apresentam-se como uma barreira a ser superada para a melhoria das famílias.

Dessa forma, o próximo capítulo traz o lócus da Fazenda São Domingos, suas atividades cotidianas, as relações tecidas pelos assentados, suas contradições, anseios, sucessos e equívocos, para que possamos visualizar o quanto esse cenário se mostra complexo e, ao mesmo tempo, possibilitador de grande progresso em áreas de assentamentos rurais.

3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS - TUPACIGUARA: diversidade socioproductiva e os desafios do cooperativismo

Neste capítulo serão analisadas a importância da conquista dos assentamentos rurais no Brasil e suas condições de (re)produção, bem como a ampliação do foco dos movimentos de luta pela terra, ou seja, não apenas a conquista da terra, mas sim um projeto de desenvolvimento no campo.

As experiências da Fazenda Nova Tangará, em Uberlândia (MG) serão analisadas, uma vez que foi nesse assentamento que surgiu a ideia de criação de uma cooperativa, ou seja, foi apresentado o embrião do projeto cooperativo implantado efetivamente na Fazenda São Domingos.

A partir da consolidação do assentamento surgem inúmeros desafios que se apresentam como obstáculos a serem superados. As políticas públicas implantadas pelo Estado são responsáveis pelo fracasso de muitos assentados, pois não atendem as necessidades e especificidades dos camponeses, ou seja, não contribuem para a fixação das famílias nas áreas de Reforma Agrária.

As estratégias buscadas pelos movimentos e as formas diferenciadas de gestão dos assentamentos apresentam-se como pano de fundo para compreendermos a conjuntura da Fazenda São Domingos no município de Tupaciguara, objeto de estudo da presente pesquisa.

A experiência do cooperativismo é analisada com base no caso da COERCO São Domingos, ou seja, seu estatuto, documentos e regras que foram impostas para a criação e implantação dessa cooperativa. No contexto são analisadas as conquistas e desafios diários que são apresentados para os assentados, uma vez que o projeto apresenta um desgaste ao longo do período de implantação. Será apresentada a história da Fazenda São Domingos, sua ocupação e trajetória de luta realizada por seus assentados. Também será contemplado o papel INCRA e os impasses existentes entre essa autarquia e o Movimento. Assim, serão analisadas a relação entre os assentados e o movimento, bem como as formas de resistência e questionamento ao modelo proposto pelo MTL, que geram conflitualidades capazes de dificultar ou até mesmo inviabilizar o projeto conforme proposto.

3.1 Os assentamentos rurais: desafios da reprodução social do campesinato

A luta pela conquista da terra no Brasil é realizada por diversos sujeitos e a partir de diferentes estratégias, uma vez que o poder público tem demonstrado que não possui uma política clara e efetiva de Reforma Agrária que redistribua a terra de acordo com as necessidades e direito das famílias que vivem no campo brasileiro.

Nesse contexto, os movimentos de luta pela terra ocupam lugar de destaque, pois organizam estratégias de ocupação e reivindicação, com o objetivo de garantirem que a terra será ocupada por quem trabalha e não por especuladores e grandes grupos empresariais que fazem da terra um negócio.

Como consequência da falta de uma política de Reforma Agrária, os movimentos, por meio de suas lutas, são responsáveis pela maioria dos assentamentos rurais implantados no Brasil. A ocupação de terras é uma estratégia bastante comum e eficiente, que possibilita a entrada dos camponeses em áreas improdutivas e que oferecem a possibilidade de abrigar muitas famílias e tornar uma terra até então ociosa em uma área produtiva e que se tornará o lar de famílias que vivem em situações precárias nos centros urbanos.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre o latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifúndios e o Estado (FERNANDES, 2000, p. 19).

Em contrapartida às ações dos movimentos, o capitalismo no campo também tem se transformado com o passar do tempo, alterando também o embate entre o capital e os camponeses na luta pela terra. Até o final da década de 1980, os camponeses lutavam contra o latifúndio improdutivo, que posteriormente foi “remodelado”, passando a ser produtivo e denominado agronegócio.

Essas mudanças contribuíram ainda mais para o aprofundamento da desigualdade no campo e a concentração fundiária, uma vez que o agronegócio utiliza intensamente maquinários que substituem os trabalhadores, monopolizam créditos, desrespeitam leis ambientais, dentre outros. Conforme Fernandes (2004, p. 1) “houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade”.

A partir dessa “transformação” das lutas contra o poder do latifúndio em agronegócio, os movimentos de luta pela terra ampliaram seu foco de contestação e disputas territoriais, ou seja, a

luta não era apenas contra a terra improdutiva e ociosa, mas sim contra o modelo desenvolvimentista adotado no campo, que visa exclusivamente o lucro e que não respeita as leis ambientais nem tão pouco os camponeses.

Os movimentos têm procurado uma ampliação de sua luta, conforme Stédile (2011) coordenador nacional do MST, em entrevista concedida à Carta Capital, na qual ele afirma que a “reforma agrária clássica realmente “saiu da agenda” nacional. Resta ao MST o caminho da “reforma agrária popular”, que defende um novo modelo de desenvolvimento agrícola, o agroecológico” (STÉDILE, 2011, p. 27).

A partir dessa ampliação de perspectiva e de debate, os movimentos sociais lutam contra o agronegócio, o trabalho escravo, o não cumprimento das leis ambientais e a crítica ao modelo de produção adotado no campo e as consequências para toda a sociedade, inclusive na área urbana.

Acresce que,

Além da desapropriação de grandes latifúndios improdutivos é preciso reorganizar a produção agrícola, com um novo modelo. Nós defendemos políticas que priorizem a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Uma combinação de distribuição de terras com agroindústrias nos assentamentos na forma cooperativista, voltadas para o mercado interno (STÉDILE, 2011, p. 27).

Para os movimentos, fica evidente que a luta pela Reforma Agrária não termina na conquista da terra, e que é a partir desse momento que surgem novos desafios, que se impõem muitas vezes como fatores condicionantes ao sucesso ou insucesso das famílias assentadas. No momento que uma área é reivindicada para Reforma Agrária, transforma-se em um assentamento rural, acontece a materialização de um longo processo de luta travada por famílias que precisam da terra para sua sobrevivência e qualidade de vida. Portanto, os assentamentos são importantes conquistas desses sujeitos, que lutaram contra o capital e grandes empresas para conquistar seu território de produção e também de (re)produção econômica, política e social.

Quando a área é efetivada como assentamento rural, as famílias sentem-se mais seguras para produzir, construir suas moradias e buscar recursos financeiros. No entanto, é nesse momento também que elas percebem que têm um grande desafio pela frente, no qual terão que se sustentar a partir daquele pedaço de terra, de produzir tanto para sua vida econômica quanto construir laços de pertencimento com o território e com outras famílias assentadas.

A dificuldade de consolidação dessas famílias na terra se dá em virtude também pelo papel adotado pelo Estado, que apenas distribui a terra com o objetivo de acabar com a miséria no campo e atender às reivindicações dos movimentos.

Segundo Bergamasco; Ferrante (1998, p. 203)

não há, de fato, um projeto para os assentamentos. O Estado legaliza a desapropriação de área da terra, mas sem investir nela o capital necessário – dentro de um planejamento a longo prazo – põe efetivamente em risco as perspectivas da produção/produktividade.

Podemos perceber que, para um assentamento atingir um nível de desenvolvimento, é necessário que seja realizado um projeto que abranja, além da questão econômica, as questões sociais e políticas e assim possa contribuir para a efetivação das famílias e seu desenvolvimento em diversas esferas de seu cotidiano no assentamento e em seu entorno.

A organização produtiva dos assentamentos também é uma questão fundamental para compreendermos as potencialidades e dificuldades enfrentadas nesse estágio da “Reforma Agrária”. A maioria dos assentados produz de maneira individual, e esse fato tem contribuído para o esvaziamento e maiores dificuldades tanto no processo produtivo quanto na comercialização e distribuição do que é produzido nessas áreas.

O I Censo Nacional dos Projetos de Reforma Agrária¹⁰ realizado sobre os assentamentos criados até 31 de outubro de 1996 demonstrou que existe uma forte predominância da forma individual de produção nessas áreas, sendo que em Minas Gerais esse percentual atinge 88,49%, sendo 6,11% de produção coletiva e 5,41% de produção mista, ou seja, produção individual e coletiva concomitantes.

A partir dessa realidade é possível inferir que a grande maioria dos assentados produz individualmente e como diagnóstico particular é possível constatar que os assentamentos que produzem individualmente no Triângulo Mineiro apresentam um grande número de venda de lotes, desistência e dificuldades de produção e geração de renda em seus lotes¹¹.

Segundo Cruz (2006) em alguns assentamentos do Triângulo Mineiro, mais da metade das posses de lotes já teriam sido comercializadas. O autor afirma isso a partir de um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Uberlândia.

Outra afirmativa de uma liderança do assentamento da São Domingos nos revela a mesma realidade:

¹⁰ O Censo foi realizado em todos os estados brasileiros, tendo como executora do convênio a Universidade de Brasília (UnB) sob a coordenação nacional dos professores: Benício Viero Schmidt, Danilo Nolasco Marinho, Michelângelo Trigueiro e Sueli do Couto Rosa, em 1997.

¹¹ Conforme analisado em pesquisa de campo, durante o período de estudo sobre os assentamentos rurais no Triângulo Mineiro, entre os anos de 2005 a 2012.

[...] nos outros assentamentos 80% das pessoas que já foram assentadas já num vivem no local, assentamento aí de 10 anos, de 5 a 10 anos, já praticamente num está mais, num está mais porque não dá conta de resistir é, contra a miséria que é criada dentro desses assentamentos, a falta de políticas públicas do governo federal, (...) e até mesmo a competitividade desonesta com a política do agronegócio (...), porque têm os grandes confinamentos de bois, os grandes produtores leiteiros que compete com a produção individualizada e de péssima qualidade né, com muita dificuldade nos assentamentos (LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO, 2011).

Como resultado desse cenário, os movimentos de luta pela terra repensam estratégias e formas diferenciadas de produção e agregação de valor à produção desses assentados. O MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade) tem como estratégia para contribuir para a mudança no quadro de dificuldade financeira e de (re)produção que atingem as áreas de Reforma Agrária, a criação da cooperativa instalada na Fazenda São Domingos.

Segundo liderança do Movimento

[...] 99% dos assentamentos está baseado na individualização da terra em pequenos lotes[...]. No entanto, esse modelo não tem trazido bons resultados políticos e econômicos para os trabalhadores. A grande maioria das famílias está passando por muitas dificuldades. Na vida em comunidade prevalece o espírito de solidariedade, da fraternidade, do respeito, da confiança, da amizade, do interesse de todos e não apenas de alguns. Tudo é pensando e planejado coletivamente, de modo que todos tenham as suas necessidades atendidas. Na comunidade todos aprendem mais, pois as oportunidades são iguais. Há muita reflexão, cursos, treinamentos, debates. Há trocas de experiências e de saberes. Também juntos todos produzem mais, há mais oportunidades para conseguir recursos e como consequência a renda é maior para todos (LIDERANÇA DO MOVIMENTO, 2006).

No entanto, é importante destacar que não há como generalizar todos os casos, uma vez que existem famílias em outros assentamentos que conseguem sobreviver somente com o trabalho familiar, enquanto participar de uma cooperativa não necessariamente será mais vantajoso financeiramente para os associados, mas sem deixar de ressaltar que as famílias que trabalham individualmente enfrentam maiores dificuldades financeiras para investir na produção¹².

É fundamental enfatizar que os assentamentos rurais e suas famílias são elementos heterogêneos, e assim sendo também são heterogêneos os resultados e estratégias construídas por cada um em seu cotidiano. Mas, pelas pesquisas de campo, é possível perceber que o trabalho coletivo realizado na Fazenda São Domingos, a partir da cooperativa, mostra-se promissor e com

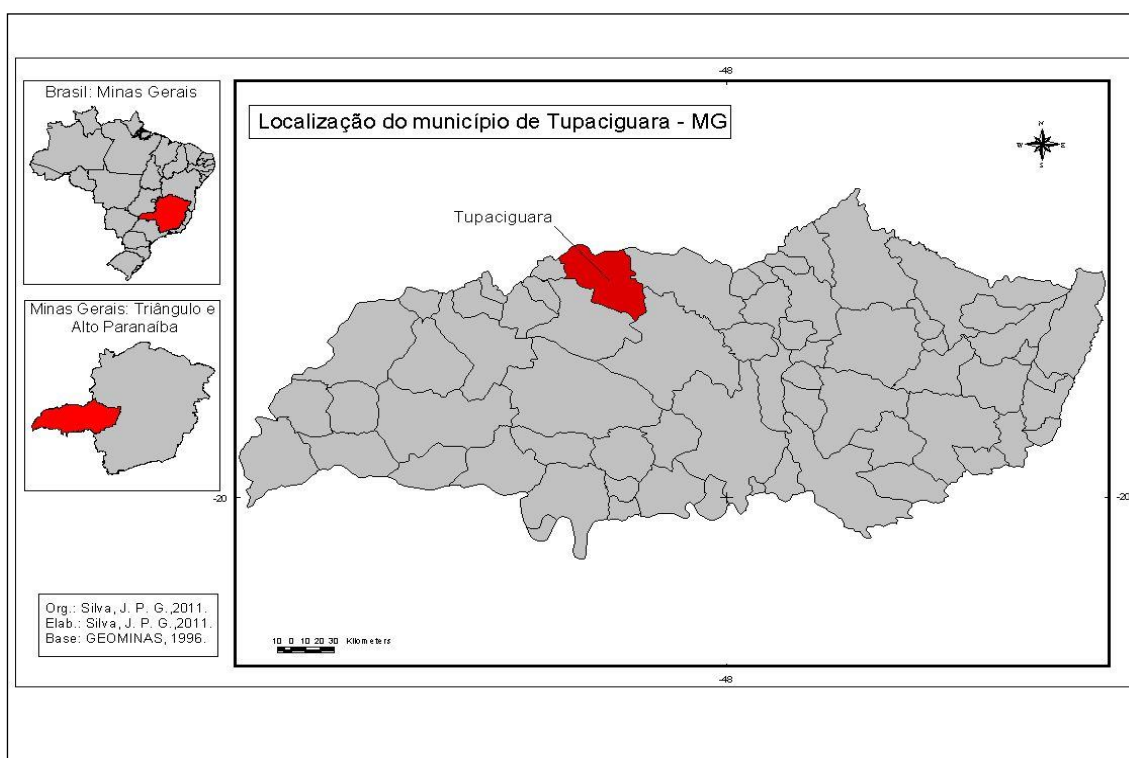
¹² Essa afirmação tem como base a pesquisa realizada na Fazenda Nova Tangará, local de pesquisa de monografia intitulada: Assentamentos rurais: desafios de conquista e permanência na terra no PA Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG) no ano de 2009. Nesse assentamento, a maioria das famílias entrevistadas trabalha individualmente e algumas conseguem obter uma renda satisfatória.

perspectivas de crescimento e satisfação tanto de renda, quanto de socialização entre as famílias envolvidas.

3.2 Contextualização do assentamento da Fazenda São Domingos na agricultura regional

A Fazenda São Domingos, localiza-se em Tupaciguara, município da região do Triângulo Mineiro fundado em 1912 com o nome de Abadia do Bom Sucesso, e que somente em 1922 recebeu o nome atual (mapa 2). A base de sua economia é a agropecuária, especialmente produção de *commodities* e a criação de animais, com destaque para atividade leiteira e a avicultura.

Mapa 2: Localização do município de Tupaciguara, Triângulo Mineiro, (MG)



Fonte: GEOMINAS, 1996.

Elaboração: SILVA, J. P. G, 2011

A produção canavieira também é uma importante atividade em Tupaciguara, sendo que essa produção iniciou sua expansão no Triângulo Mineiro nos municípios próximos à região produtora do estado de São Paulo. A expansão das agroindústrias canavieiras nessa região deu-se em função da transferência de grupos nordestinos a partir da tendência de reorganização espacial das lavouras,

consolidando a região Centro-Sul como principal área produtora e consumidora desse segmento (MICHELOTTO, 2008, p. 101).

Além disso, a quantidade de terras disponíveis para esse tipo de cultura também é decisiva para o aumento da área plantada dessa cultura.

Ocorre uma mudança no uso e ocupação das terras, que engendram novos fluxos que começam a dar uma nova dinâmica às áreas produtoras, impondo um novo tipo de vida ao conjunto de relações socioespaciais estabelecidos nas localidades, caracterizadores do meio técnico científico informacional e das relações não contíguas dos círculos produtivos do setor canavieiro e do agronegócio em geral (MICHELOTTO, 2008, p. 111).

É importante ressaltar que, em Tupaciguara existem duas agroindústrias do setor canavieiro, a Destilaria Cachoeira (instalada no ano de 1984) e a Bioenergética Aroeira (instalada no ano de 2010). Além da presença de apenas duas agroindústrias do setor, as constantes crises do mercado financeiro afetam diretamente esse tipo de comércio, visto que a maioria dos produtos resultantes dessa atividade estão voltados ao mercado externo.

Além da cana-de-açúcar, são importantes culturas do município, a soja e o milho, que são mecanizadas e voltadas para o mercado internacional.

Tabela 5: Município de Tupaciguara: Área plantada (hectares) e Quantidade produzida (toneladas) – cana-de-açúcar, soja e milho (1995-2010).

Anos	1995	2000	2005	2009	2010
Cana-de-açúcar					
Área plantada (ha)	4.000	3.450	3.500	5.200	4.443
Quantidade produzida (T)	280.000	258.750	245.000	390.000	399.870
Soja					
Área plantada (ha)	19.200	24.590	33.500	26.000	30.000
Quantidade produzida (T)	39.908	56.065	81.405	72.800	90.000
Milho					
Área plantada (ha)	5.000	5.635	7.500	8.000	5.000
Quantidade produzida (T)	17.351	29.295	46.500	64.000	40.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2011.
Org.: CARDOSO, L. F. de, 2012.

Conforme a tabela 5, a área de exploração de cana no município desde a década de 1990 atinge em torno de 4.000 ha, sendo que no ano de 2010 a área plantada sofreu maior aumento para 4.443 ha. Em consequência, a produção passou de 280.000 toneladas no ano de 1995 para 399.870 toneladas no ano de 2010.

Em relação à produção de soja, houve crescimento no período de 1995-2010, quando a área plantada passou de 19.200 para 30.000, tendo como resultado uma colheita de 39.908 no ano de 1995 e 90.000 toneladas no ano de 2010. A produção de milho também apresentou um aumento tanto de área plantada quanto de quantidade produzida, ao longo dos anos. No ano de 1995 a área plantada foi de 5.000 ha e a produção foi de 17.351 toneladas. No entanto, no ano de 2010 a área plantada foi a mesma do ano de 1995, ou seja, 5.000 ha, mas a produção foi de 40.000 toneladas de milho colhidas, demonstrando a evolução tecnológica em relação ao aumento da produtividade.

A produção agrícola do município é representada principalmente pela produção de cana, soja e milho, mas existem outras culturas que são importantes para a economia e abastecimento municipal, tais como, arroz, feijão, tomate, mandioca, alho, cebola, hortaliças, etc., que são desenvolvidas especialmente por médios e pequenos produtores. No entanto, é possível perceber que a área plantada de arroz e mandioca tem apresentado uma queda e, conseqüentemente uma diminuição da quantidade produzida entre o período de 1995-2010 (tabela 6).

Tabela 6: Município de Tupaciguara: Área plantada (hectares) e Quantidade produzida (toneladas) – produção de arroz, feijão, tomate e mandioca (1995-2010).

Anos	1995	2000	2005	2009	2010
Arroz					
Área plantada (ha)	1.065	500	270	300	150
Quantidade produzida (T)	1.285	900	459	540	300
Feijão					
Área plantada (ha)	100	145	800	121	476
Quantidade produzida (T)	180	237	1975	242	1.142
Tomate					
Área plantada (ha)	30	-	180	-	-
Quantidade produzida (T)	1.095	-	14.400	-	-
Mandioca					
Área plantada (ha)	60	60	70	14	14
Quantidade produzida (T)	1.080	840	1.050	210	210

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2011.

Org.: CARDOSO, L. F. de, 2012.

Nesse contexto é que a produção dos assentamentos e em especial a São Domingos tem um papel importante a desempenhar no sentido de assegurar a oferta de gêneros alimentícios, contribuindo para a qualidade de vida da população do município de Tupaciguara e da região.

No entanto, é notável a participação da grande produção de cultivos empresariais e do agronegócio na produção agrícola do município, uma vez que as três principais culturas apresentam aumento tanto em sua área plantada quanto na quantidade produzida.

3.3 A divergência política entre o modelo de Reforma Agrária e a produção coletiva nos assentamentos rurais

A tentativa de implantação de uma cooperativa de produtores assentados pelo MTL existe desde 2000, ano em que o Movimento conseguiu a desapropriação da Fazenda Tangará, localizada

no município de Uberlândia (MG). A ocupação da Fazenda Tangará foi a primeira ação do MTL na região, ainda nessa ocasião ligado ao MLST, de Bruno Maranhão.

Naquele momento, lideranças do Movimento promoveram a criação de uma Empresa Rural Comunitária, com o objetivo de organizar a produção, agregar valor aos produtos e, conseqüentemente, contribuir para a organização política e social entre os assentados, condição pré-existente no período de acampamento.

No entanto, apenas um pequeno grupo conseguiu organizar-se efetivamente e criar a cooperativa, que contou inicialmente com a participação de 20 famílias¹³, que investiram dinheiro para compra de insumos, materiais e equipamentos para o início da produção, ainda na fase do acampamento, entre os anos de 2002 a 2006. O projeto da empresa agrícola teve como principal objetivo a conscientização e o envolvimento das famílias em um projeto coletivo, proposto pelo movimento Além disso,

a empresa agrícola comunitária representa a principal proposta do MLST (atual MTL) para o início da construção de uma sociedade socialista. Seria um embrião lançado internamente à sociedade capitalista que conseqüentemente mostraria outra forma de produzir e de viver socialmente, na qual todos os indivíduos conviveriam igualmente, seja no campo social, político e econômico, respeitando as diferenças culturais (MITIDIERO JUNIOR, 2002, p.170).

Apesar da implantação desse grupo coletivo, a ideia de tornar todos os assentados cooperados em uma única empresa rural comunitária não obteve êxito, por diversos motivos, a saber, divergências políticas que contribuíram para a divisão das famílias em dois grupos, dificuldade de aceitação do trabalho coletivo, desconfianças entre os componentes, dentre outros.

Assim, o projeto não avançou na Fazenda Tangará, apesar da existência de algumas iniciativas pontuais e isoladas. Posteriormente, esse projeto foi redirecionado para a Fazenda São Domingos, no município de Tupaciguara, área também conquistada pelo MTL. A ocupação da São Domingos aconteceu no ano de 1997, após uma vistoria reivindicada pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A partir da vistoria do imóvel, o mesmo foi declarado improdutivo pelo INCRA e foi considerável passível de ser desapropriado para fins de Reforma Agrária. No entanto, o valor solicitado pelo proprietário para a venda era maior que o valor de mercado em 2003, e assim, o processo de desapropriação foi suspenso, pois o INCRA não concordou em pagar o valor solicitado. Com isso, a fazenda foi desocupada em 2003, quando o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) organizou outra ocupação com a participação de cerca de 400 famílias.

¹³ A associação pesquisada contava com aproximadamente 120 famílias assentadas.

A reintegração de posse foi concedida ao proprietário e os ocupantes foram obrigados a desocupar a área. No entanto, o movimento realizou ações durante o ano de 2003 e 2004, mas em todas as tentativas a área foi reintegrada. No ano de 2004, após outra reintegração, as famílias foram levadas para alojamentos improvisados na área de um aterro do município de Tupaciguara, uma medida emergencial tomada em parceria entre a Prefeitura e INCRA até que este último encontrasse uma área para assentar as famílias.

Após um período nessa área, as famílias dividiram-se em dois grupos e ocuparam a Fazenda Água Viva no município de Tupaciguara e a Fazenda Taperão no município de Uberlândia em 2005. Em seguida, esses ocupantes foram reunidos com outras famílias que estavam na Água Viva para ocuparem novamente a Fazenda São Domingos. No entanto, a São Domingos possuía um Mandado de Segurança que impedia uma nova ocupação da área, e por isso as famílias acamparam às margens da estrada vicinal à entrada da fazenda (foto 1) .

Foto 1: Ocupação de estrada vicinal próxima à Fazenda São Domingos, 2005.



Autor: CABRAL, W. E.

Com isso, o MTL levou sua proposta de projeto de implantação de uma cooperativa junto ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, e assim o INCRA retomou as negociações e em 25 de maio de 2006 a área foi desapropriada.

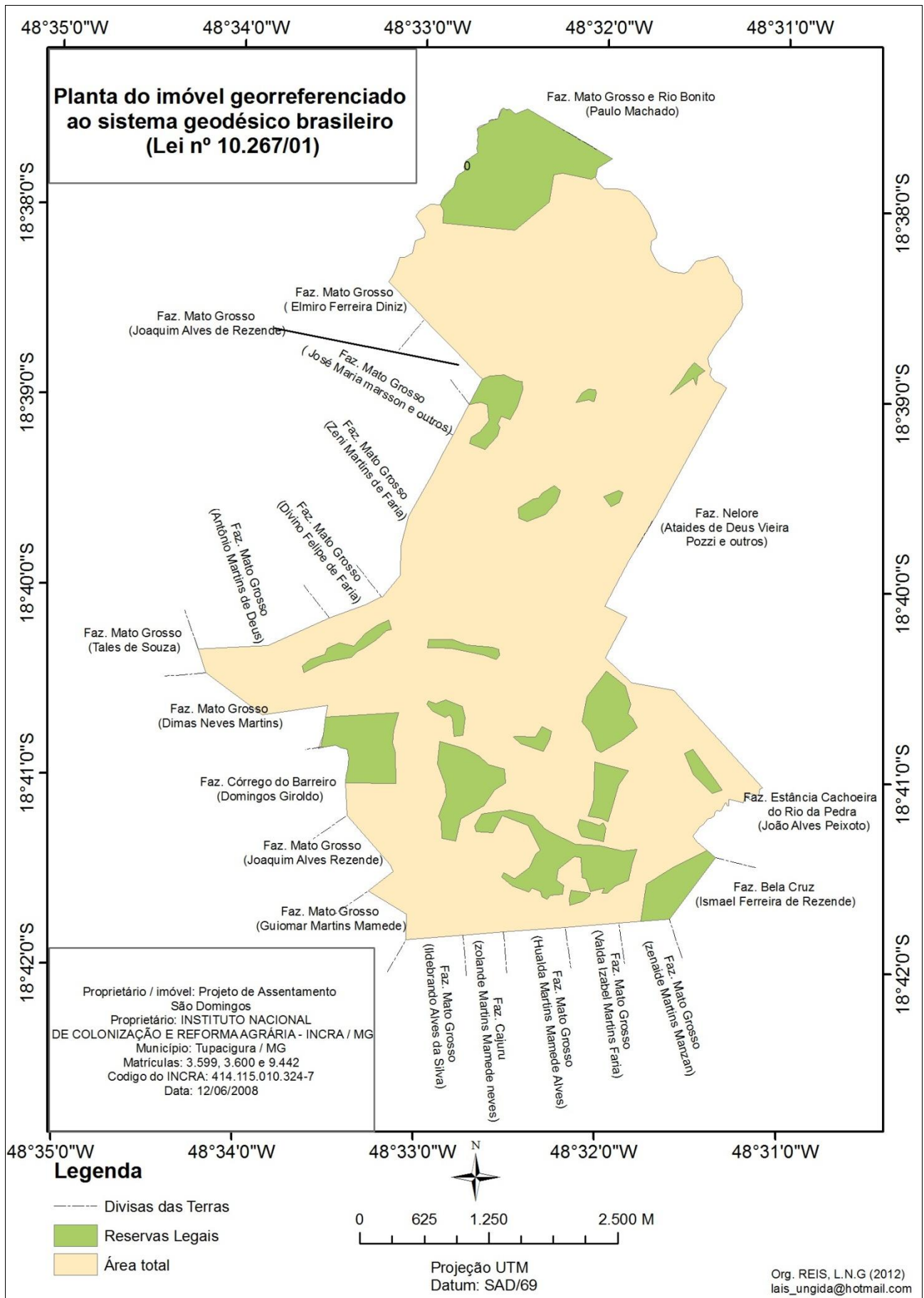
Foto 2: Vista aérea do assentamento (área comunitária) na Fazenda São Domingos-Tupaciguara (MG), 2012.



Fonte: Google Earth
Org.: GARCIA, P. R., 2012

Após a desapropriação, o INCRA elaborou um mapa no ano de 2008, delimitando a área da Fazenda São Domingos com a definição das áreas de reserva legal (mapa 3).

Mapa 3: Planta da Fazenda São Domingos-Tupaciguara – MG (2008).



No entanto, o processo de titulação da terra tem gerado uma divergência entre os envolvidos na Fazenda São Domingos, pois o MTL quer a titulação em nome da cooperativa, enquanto o INCRA discorda.

De acordo com um técnico do órgão:

[...] essa possibilidade não existe [titulação em nome da cooperativa], pois segundo o Estatuto da Terra de 1964, a titulação da terra, ou seja, o CCU (contrato de concessão de uso) só poderá ser emitido em nome de um beneficiário com CPF e não em nome de uma cooperativa com CNPJ. Segundo o servidor, esse é o primeiro e maior entrave para que o processo tenha continuidade e a Fazenda São Domingos seja oficializada enquanto assentamento (Entrevista-Técnico do INCRA- Jun.2011)

Por outro lado, é possível encontrar casos em que as cooperativas possuem titulação da terra concedida pelo INCRA, como ocorre nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em assentamentos liderados pelo MST¹⁴ (CONCRAB, 1997).

Assim, ocorre uma divergência entre o Movimento¹⁵ e o INCRA, uma vez que a autarquia alega a impossibilidade de concretizar a posse por meio da cooperativa. Em contrapartida, o Movimento não aceita a titulação de pessoas físicas no assentamento, alegando que esse fato contribuiria para o insucesso da cooperativa.

A partir das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo em agosto de 2011, a maioria dos assentados preferem o lote individual¹⁶. Essa divergência baseia-se na percepção das pesquisas de campo e nas próprias entrevistas dos assentados.

A direção do Movimento que quer cooperativa, a maioria do povo lá comenta que quer lote individual, e na hora de ter reunião com o INCRA o povo não pode participar (assentados), somente os coordenadores e lideranças que participam, eu acho isso muito errado (ASSENTADO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2012).

Assim, existe uma divergência de opiniões e interesses. De um lado, o INCRA, de outro, as famílias e o MTL, sendo fundamental ressaltar que não é em todos os momentos e decisões que o movimento tem representado efetivamente o desejo das famílias assentadas. É importante destacar que, inicialmente, as famílias concordaram com o projeto coletivo a ser implantado na São Domingos. No entanto, a vontade das famílias em ter um lote individual perpassa pelo desgaste sofrido ao longo do tempo entre os assentados e os sujeitos envolvidos na direção da cooperativa.

¹⁴ Entretanto, é importante destacar que a relação dos assentados na região Sul com o cooperativismo é diferente, uma vez que grande parte da população é de origem europeia e já estão mais habituados a esse modelo de trabalho.

¹⁵ Nesse caso, o Movimento afirma que representa o interesse das famílias assentadas.

¹⁶Essa afirmação foi obtida de depoimentos de fora do assentamento em relação às atividades da cooperativa.

A partir dessa imprecisão, o movimento demonstra sua insatisfação com o INCRA, afirmando que a autarquia está despreparada para colaborar para o modelo de cooperativa implantado na São Domingos:

A Fazenda São Domingos já foi desapropriada, já tem constituída a portaria de assentamento, mas eu quero dizer pra você que o INCRA não está preparado pra nada. A estrutura do INCRA Brasil afora é de aterrorizar! Então, é uma luta permanente nossa pra poder constituir esse projeto de assentamento. Porque o INCRA não tem condições pra constituir projetos individuais, imagina pra projetos coletivos né? E, o que o INCRA quer é dar a titulação individual pra poder dar independência da pessoa como pequeno proprietário, e aí a pessoa fazer o que quer mesmo, vender, e negociar (...). É como se lavassem as mãos e não tivessem mais obrigação nenhuma pra aquele projeto que é um projeto de reforma agrária (LIDERANÇA DO MTL, 2011).

As lideranças da Fazenda São Domingos fazem uma crítica contundente à estrutura e método de trabalho adotado pelo INCRA, inclusive sobre a prática de somente regulamentar a (re)distribuição de terra para os assentados. O movimento aponta as fragilidades e deficiências da autarquia, alegando que o órgão responsável pelos assentamentos rurais não têm demonstrado eficiência na gestão dessas áreas.

Outro entrave apontado pelo INCRA para a indefinição de titulação da terra na São Domingos, diz respeito ao número insuficiente de famílias na área. Nesse sentido, o processo de criação do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) fica “travado”, uma vez que a criação desse projeto é realizada em conjunto com as famílias beneficiadas. Portanto, não estando todas as famílias envolvidas, o processo não pode ser continuado.

Segundo informações obtidas nas pesquisas de campo através de lideranças, residem na área aproximadamente 50 famílias. No entanto, na prática esse número não ultrapassa 30 famílias, ou seja, o número não ultrapassa o de 120 pessoas¹⁷ que moram no assentamento. No entanto, apenas oito cooperados estavam ativos nas atividades da cooperativa no momento da pesquisa¹⁸, demonstrando, assim, a baixa adesão ao projeto e a dificuldade das lideranças do MTL em convencer os cooperados a participar do sistema coletivo de produção.

Em relação ao número de famílias, uma liderança do assentamento nos relatou a seguinte situação:

¹⁷ Considerando o número médio de pessoas por famílias no Brasil são 4 pessoas (IBGE).

¹⁸ A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2011.

Olha, em função de toda essa manobra que tem que ser feita, porque pra justificar 177 famílias, né... o governo fez a aquisição da área, então a gente fica muito preocupado com isso, porque nós achamos que é muito mais fácil você colocar 10 ou 15 famílias do que tirar uma depois. Então a gente tamo com 59 cadastrados e mais 21 a ser cadastrados, pra poder completar esse projeto. Tamo discutindo pra que isso seja incluído já no PDA, né, no, projeto... no plano de desenvolvimento do assentamento (LIDERANÇA DO MTL, 2011).

Nesse sentido, é importante perceber que essa questão de quantidade de famílias que serão contempladas e seu cadastro junto ao INCRA ainda apresenta uma indefinição, uma vez que já se passaram seis anos de sua desapropriação, desde 2006, e a Fazenda São Domingos ainda não apresenta uma situação definitiva para os assentados.

Segundo Relatório de Beneficiários (RB), emitido em 22 de fevereiro de 2012 pela Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-DT (INCRA), a Fazenda São Domingos apresenta 165 beneficiários cadastrados. Dessa forma, é possível perceber o quanto a situação é complexa e contribui para a dificuldade de implantação e credibilidade que a cooperativa precisa conquistar junto às famílias que já residem na área.

Ainda no que se refere à quantidade de famílias a serem assentadas, é importante destacar que existem famílias filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupaciguara que afirmam terem direito a serem assentadas na Fazenda São Domingos, pois participaram da ocupação e da luta pela desapropriação da fazenda. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Tupaciguara:

Esse processo da Fazenda São Domingos começou aqui no sindicato. A Dr^a. Marilda era advogada do sindicato. Porque nos relatórios que vinha antigamente do INCRA, sobre as propriedades do município, a Fazenda São Domingos mostrava uma área muito grande, e com indício de não ser produtiva. Então, fizeram o pedido, através de nós, foi eu, a Marília e o João Batista pro INCRA. Aí o INCRA veio e fez levantamento e ela deu improdutiva. Então, aí na época, que o presidente era o Fernando Henrique Cardoso, e seu vice, o Marco Maciel, fez um decreto de desapropriação. Aí começou a luta pela São Domingos. Aí esse movimento ligado à Marilda [MTL], deixou a gente de fora, eles tentou vir pra Uberlândia via Hotel Fazenda, mas não teve sucesso. Aí o pessoal ligado aos empresários rurais, fez pressão e tirou ele, do outro lado do rio, no município de Uberlândia. Aí, quando eles viu que num dava conta, eles pediu a nossa ajuda. Ajuntou trabalhador de Tupaciguara, do sindicato... e nós fomos pra estrada que liga o município de Tupaciguara ao Hotel Fazenda, passando pela São Domingos, na entrada da fazenda do... do Tales, e ficou ali acampado muito tempo. E resolvemos entrar na fazenda (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGUARA).

A partir dessa fala é possível compreender que as famílias ligadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupaciguara participaram desde o início da pressão realizada em função da desapropriação da fazenda. No entanto, essas famílias não se cadastram devido a não aceitação em participarem da cooperativa, conforme relato:

Num é que eles num queria [cooperativa]... é porque a cooperativa não tem razão de ser, porque, como você vai ser cooperado, se você não tem nada pra propor? Você tem só o nome? Pra você ser cooperado você tem que ter pelo menos um pedaço de terra. Você tem que ter. A minha terra vai ser no coletivo? Se eu tenho 5 alqueires, então, um alqueire vai ficar pra mim plantar o que eu quero, e o resto é coletivo. Qual a divisão? O INCRA dividiu essa fazenda? Não dividiu [...] (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGUARA, 2012).

Fica evidente que as divergências sobre o momento e a forma de implantação da COERCO São Domingos. Para o presidente do STR, a cooperativa seria interessante desde que a fazenda fosse regularizada e os lotes fossem divididos, ou seja, a implantação da cooperativa seria realizada após definições burocráticas.

O MTL corrobora essa afirmação, alegando que as famílias não estão na São Domingos, pois não concordam com o projeto da cooperativa, e a partir do momento que elas estivessem de acordo com o projeto da COERCO, elas seriam bem-vindas ao assentamento:

Se quisessem essas famílias estariam aqui com a gente hoje. Trabalhando o coletivo né? Quando a fazenda foi desapropriada, ele teve aqui, o presidente do sindicato, teve aqui, com a turma dele, que era pra ser cadastrado junto com as pessoas do MTL, tudo, aí, eles simplesmente resolveram que não queriam participar, por quê? Porque era coletivo! E aí a gente mostrou documentação, que a fazenda foi desapropriada por causa do projeto, e aí eles falaram, não queremos participar, e daí foram embora, e partiram pra invasões. De certo pensaram, a gente invade, eles ficam com medo, vão embora, e a fazenda é nossa (LIDERANÇA DO MTL, 2011).

No entanto, o presidente do sindicato demonstra um sentimento de injustiça por terem ficado de fora do processo de cadastramento, uma vez que participaram efetivamente dos momentos mais difíceis da ocupação:

quando negociou, que a gente participou, passou ofício pro INCRA, contando que no município, o valor de alqueire mineiro, era 30 mil reais na época, a gente mandou esse ofício, através do sindicato, pra poder facilitar a negociação. E negociaram a fazenda nesse valor. Depois de negociado, aí a Marilda mais o João Batista, disse que a fazenda foi desapropriada pra um sistema coletivo de uma cooperativa. E os trabalhadores que participou da luta, não concordava com essa forma. Aí teve... teve atrito, e o Bento, que é ligado ao INCRA de Minas Gerais, que tava revisando o cadastramento na 2ª etapa, não quis cadastrar esses trabalhador, que tinha opinado sobre essa forma. E esse trabalhador quando desapropriou, as casa que existe atrás da igreja lá de Campo Limpo, foi casa dos trabalhadores de Tupaciguara que foi rejeitado pra não participar, que construiu. A gente pediu telha aqui em Tupaciguara, telha francesa, que construiu aquelas casa pra eles.. levaram milho pra plantar... levaram rama de mandioca pra plantar, eles não aceitaram esse pessoal pra trabalhar lá. Depois de tudo lá, eles fico com a propriedade, com as sementes de milho, com as mandioca, não deixou... pra poder não ter uma briga maior, eles saíram. Resolveram, no futuro, tornar a entrar na fazenda (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGUARA, 2012).

Em contrapartida, o MTL alega que o objetivo da luta contra o projeto da cooperativa, tem sido a prioridade do interesse individual acima do interesse coletivo, afirmando inclusive que a divisão da fazenda tem como objetivo a posterior possibilidade de comercialização dos lotes divididos entre as famílias assentadas.

Também já houve situações de desavenças, por exemplo, quando um movimento ocupa uma fazenda já reivindicada por outro. É... a São Domingos em especial problemas gravíssimos que foram as invasões. Liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupaciguara. E aí tem indivíduo que já foi expulso do movimento, ou não tem uma bandeira concreta... às vezes eles se prestam a determinados serviços, pra desestabilizar. Como foram as invasões da São Domingos. Quer dizer, é um grupo que, tinha consciência do que é o projeto, mas coloca o interesse individual acima. Ou seja, vamos invadir aquela fazenda, tomar dos sem-terra, repartir em lote pra cada um e depois nós podemos vender. Hoje tem uma cultura no Triângulo Mineiro, a terra da Reforma Agrária os sem-terras pega e depois vende. E o maior responsável disso é o próprio INCRA. Agora o INCRA lançando a campanha contra venda de lotes[...] isso é uma mentira (LIDERANÇA DO MTL, 2012).

Insatisfeito com a indefinição e falta de respostas concretas, o presidente do STR de Tupaciguara, enviou um documento ao INCRA, que solicita uma sindicância para averiguação de fatos ocorridos na Fazenda São Domingos, a partir da atuação do MTL. No entanto, ele afirma que nenhuma providência foi tomada até o presente momento, ou seja, até o ano de 2012.

O território da Fazenda São Domingos tem sido palco de conflitos entre as famílias vinculadas ao Sindicato e o MTL, pois as famílias que participaram da ocupação se sentem no direito de ter um lote na São Domingos. No entanto, a questão do modelo produtivo apresenta-se como tema central do impasse entre essas famílias.

A partir da situação de conflito, as famílias filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupaciguara tentaram várias ocupações da Fazenda São Domingos, sendo a última tentativa ocorrida em julho de 2010 e foi bastante violenta, conforme relato de uma assentada¹⁹:

¹⁹ As tentativas de ocupação foram realizadas após a desapropriação da fazenda.

entraram né, já estavam ocupando, dentro da fazenda, e que nós é que teríamos que sair. A fazenda era deles, e que eles tinha por direito, a liberdade de ficar aqui, e nós que tínhamos que sair, porque nós éramos os invasores, e aí, vai explicar pra pessoas que tá pronto pra cometer violência, mas, mesmo assim, nós tentamos, conversamos bastante com eles, tentamos explicar, até mesmo pro advogado, pra passar isso pra eles, porque, tinha pessoas ali, que eu tinha pena, porque eram pessoas que estavam sendo iludidas, não sabiam exatamente o que estavam fazendo ali, não conhecia da área nada, da reforma agrária principalmente, não tinha entendimento nenhum, ou seja, foram usadas pelo sindicato, pra poder vir e perturbar a gente. E aí a gente ia fazer o que? Mas tinha pessoas ali, que já tinha participado das 4 invasões anteriores, que já tava acostumado a ser iludido, a achando que o João Branco ia... colocava na cabeça que era direito deles, e que eles tinha que lutar... A polícia até teve aqui, uma viatura, eles já tavam agressivos, aí, com a presença da viatura, ficou pior, eles partiram pra cima, alguns parceiros nossos iam atravessando a cerca que eles tinham posto pra gente num passar, porque a viatura chegou, e alguém tinha que ir lá conversar, tanto pessoas da fazenda, como dos invasores, né? Aí quando os companheiros foram atravessar pra falar com a polícia, eles agrediram, com pauladas, facãozadas, nossa perigoso até! (ASSENTADA DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2011).

Após a ação ocorrida na porteira de entrada da fazenda, os assentados da São Domingos voltaram ao assentamento e por volta de 15:00h do mesmo dia chegaram viaturas da Polícia Militar, na qual os policiais já aproximaram atirando para o alto, numa clara demonstração de intimidação e violência:

depois que a gente voltou pro assentamento, por volta de 14:30 pra 15:00, chegaram de três a cinco viaturas, não me lembro bem, aí eu sei que infelizmente, eles já chegaram atirando né? Aí, a conversa dele já foi tiro, pro alto, tá? Aí os meninos que tavam sentados, porque jamais, a gente não esperava uma reação policial nem parecida com essa. Até porque, no entendimento de cada um de nós, a polícia ficou pra defender o cidadão, o trabalhador, os mocinhos né? Se tiver que prender, bater, acusar, são os bandidos, a gente jamais esperava esse tipo de ação policial né? Chegaram atirando pra poder intimidar a gente, pra se aproximar né? Se aproximou, pegou os meninos e desceu o cacete! Porrada, cacetada, coronhada...sabe? Na frente de todo mundo! De todo mundo! De crianças, de 5 anos, de 12 anos, de toda idade! Até de três meses que são minhas netinhas! E, pelo motivo da invasão lá, esse pátio aqui tava cheio de gente, que éramos nós, os moradores. Os meninos estavam aqui debaixo das árvores, porque já eram umas 3 da tarde, e tavam conversando sobre o acontecido, né? Junto com a polícia vieram uma mulher, e um senhor, dos que estavam lá, dos invasores. Chegou aqui apontado, fulano tava lá, esse aqui tava lá... falava assim, tava lá...mas, tava lá fazendo o que? Qual a acusação? Como se a gente tivesse feito algo errado! (ASSENTADA DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2011).

Foi-nos relatado que, além da Polícia Militar, carros da Prefeitura de Tupaciguara também foram utilizados para transportar policiais que foram levados para participarem da ação. Além da participação de famílias vinculadas ao Sindicato de Tupaciguara, o poder local também apoiou a ação, demonstrando a orquestração de instituições do Estado nessa ação violenta.

A relação dos assentados da Fazenda São Domingos com o poder local de Tupaciguara não é uma relação amistosa, segundo lideranças do MTL. O atual prefeito não “abre as portas” para os assentados, ou seja, não apoia o movimento e não valoriza a circulação financeira que as famílias da São Domingos proporcionam na economia local.

Não é muito boa [relação], ele não abre as portas, pra gente, ou pelo menos tenta ouvir a gente. Então já tem muito tempo que a gente não procura a prefeitura de Tupaciguara, antes, com a Edilamar, o que ela pudesse, o que a prefeitura pudesse, ela vinha, e ajudava, porque isso aqui é o município de Tupaciguara! Com o prefeito atual, o Alexandre é totalmente diferente! Aí, depois de uma ação dessa, dá pra vê, né? Ele é bem do tipo preconceituoso, que discrimina, não abre as portas pra gente não! Mas um dia ele vai abrir, porque, é essa cooperativa que abastece os sacolões de Tupaciguara. São esses trabalhadores, que ele não dá a mínima, é quem movimenta o mercado de Tupaciguara, todo tipo de mercado, lojas, supermercado, farmácia, tudo mais! Até doações pra entidades tipo creches, APAE, abrigo... a gente fornece doação! Então, a gente tá movimentando, o mercado de Tupaciguara. Mas o Alexandre, infelizmente, não enxerga nada. Mas um dia ele vai enxergar, eu espero (LIDERANÇA DO MTL, 2011).

Outra questão que tem gerado polêmica no assentamento é a questão do arrendamento da fazenda²⁰ para plantio de lavouras e criação de gado por interessados que moram no município de Tupaciguara.

Porque a maioria da fazenda é alugada, é alugada para algumas pessoas, para um cara de uma cidade vizinha. Então, o pessoal tá só levando vantagem. Tem trabalhador que trabalha lá hoje e vem me contar aqui, que quando trabalha na diária, na produção da horta, ganha 4 real, 3 real por dia. Isso é muito pouco! (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGUARA, 2012).

Analisando os impasses que permeiam o cotidiano das famílias na Fazenda São Domingos é possível levantar a hipótese que o MTL não aceita as famílias vinculadas ao Sindicato de Tupaciguara na São Domingos, pois não seria interessante a participação de sujeitos contrários à implantação da cooperativa, principalmente pelo fato de que somente com as famílias que se encontram na fazenda até o presente momento, seria mais fácil controlar as decisões e impor determinadas situações sobre assuntos pertinentes à organização da cooperativa.

Essa possibilidade nos parece correta, pois com base na fala de um assentado durante entrevista que afirma: “O povo falava, mas a opinião das pessoas eles (lideranças) não punha pra votação, então era direcionado, no final era tudo do jeito que eles queriam. Depois o povo foi desanimando, teve reunião de ninguém falar nada, todo mundo ficou calado.” (ASSENTADO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2012).

²⁰ Por outro lado, durante o trabalho de campo e conversa com as famílias no assentamento essa situação não foi mencionada.

A forma de gestão democrática que é proposta tanto no Estatuto quanto na fala das lideranças parece não estar sendo fielmente seguida, ou seja, a prática cotidiana difere do que é dito e do que está expresso em documentos relativos às normas de funcionamento da cooperativa. A partir desse fato, percebe-se que essas divergências desgastam as relações que são construídas e ao mesmo (des)construídas entre os sujeitos envolvidos nesse projeto.

Isto também expõe as fragilidades que permeiam o desenvolvimento do projeto coletivo, bem como a dificuldade das instituições governamentais, tais como o INCRA e a Prefeitura de Tupaciguara, em relacionar-se e dissolver os conflitos com os Movimentos de Luta pela Terra que surgem durante o processo de criação e implantação do assentamento.

Portanto, os desafios dos assentados são diversos, desde a negociação da terra e sistema produtivo com o INCRA, entre os filiados ao Sindicato de Tupaciguara, o poder municipal local e entre os próprios cooperados. Assim, o processo de implantação e conquista dos espaços pelos assentados é um processo complexo, e essas serão conquistas a longo prazo, com ações eficientes, claras e com a mediação política com todos os sujeitos envolvidos na construção do projeto coletivo.

Assim, a Fazenda São Domingos tem se tornado um território de conflitos e disputas políticas, ou seja, as situações vivenciadas pelas famílias nos permitem compreender que existe uma correlação de forças e conflitualidades entre os diferentes sujeitos envolvidos nesse assentamento.

3.4 COERCO - Cooperativa dos Assentados da Fazenda São Domingos: desafios e perspectivas

A Cooperativa Agropecuária Mista de Empreendimento Rural Comunitário do Assentamento São Domingos-COERCO São Domingos foi criada em 29 de julho de 2006 com a participação de 36 pessoas²¹. De acordo com o Estatuto Social da cooperativa seus objetivos principais são:

²¹ De acordo com a Ata de Fundação da Cooperativa, foram 36 pessoas participantes na fundação da Cooperativa dos Empreendedores Comunitários.

1) Constituição de agroindústrias; 2) Promoção da integração das cadeias produtivas para possibilitar agregação de valores aos produtos; 3) Distribuição aos sócios de bens de produção e utilidades necessárias às suas atividades agropecuárias; 4) Incentivo, organização e fortalecimento das atividades produtivas coletivas e comunitárias dos cooperados; 5) Prestação de assistência aos cooperados para melhor desempenho das atividades relacionadas à cooperativa; 6) Promoção de capacitação cooperativista e profissional dos cooperados a partir de convênios e/ou recursos próprios da cooperativa; 7) Obtenção de recursos para custeio de lavouras e outros investimentos da cooperativa; 8) Oferta de serviços na área de pesquisa, assistência técnica, administrativa, social e educacional; 9) Promoção do eco-turismo; 10) Promoção da integração entre os cooperados e suas famílias com a comunidade cooperada; 11) Busca pela integração com outras cooperativas e associações congêneres; 12) Prestação de outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa; 13) Organização dos trabalhos a cargo da cooperativa de modo a melhor aproveitamento das capacidades e competências de cada cooperado e de acordo com o interesse coletivo; 14) Ajuda aos movimentos sociais que buscam alternativas para o desenvolvimento de economias solidárias; 15) Promoção, através de convênios com entidades governamentais e não governamentais, assistência jurídica e social aos cooperados; 16) Zelo pelo bem-estar dos sócios, desenvolvendo atividades que favoreçam a saúde, educação, esporte, cultura e lazer (ESTATUTO SOCIAL COERCO, 2006).

Na análise dos objetivos da COERCO percebemos que além da importância dada à produção, geração de renda e assistência técnica, outras questões também são evidenciadas. Podemos citar, por exemplo, a necessidade em contribuir para a implantação e fortalecimento do cooperativismo tanto dentro da cooperativa quanto em outros movimentos que queiram implantar esse sistema de gestão. Outro ponto ressaltado é a preocupação com a saúde, educação, esporte, cultura e lazer.

Fica claro que a constituição da cooperativa apresenta um enfoque amplo, ou seja, não apenas um empreendimento cooperativo que almeja a independência econômica, mas sim um projeto de desenvolvimento, integração e avanço para os assentados que fazem parte dela, demonstrando sua importância enquanto instrumento capaz de desenvolver de maneira efetiva e ampla todas as famílias envolvidas nesse projeto.

Em relação aos dispositivos financeiros, as sobras líquidas ao final do ano deverão ser divididas da seguinte maneira: 10% para o Fundo de Reserva, 5% para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), 42,5% distribuídos entre os cooperados em partes diretamente proporcionais às operações realizadas e aos serviços usufruídos da cooperativa.

Em caso de perdas, o Fundo de Reserva será utilizado para cobrir essa despesa. Se o valor do Fundo de Reserva não for suficiente para cobrir o prejuízo a diferença será rateada entre os associados. É importante destacar que, por enquanto não é possível avaliar a COERCO sob esse aspecto financeiro, uma vez que a cooperativa existe somente a partir de 2006.

Para associar-se, os interessados deverão solicitar a admissão e optar por participar da cooperativa juntamente com assinatura de duas testemunhas e obedecer às normas constantes do Regimento Interno da Cooperativa, por meio de declaração própria.

A cooperativa exige a Declaração de Adesão à Proposta de Assentamento Coletivo na Fazenda São Domingos – Tupaciguara-MG (Pedido de Admissão na COERCO São Domingos) (anexo 1). Nesse documento consta que o assentamento será coletivo, e não existirá titulação individual. Sendo assim, o lote não poderá ser negociado. Nessa declaração, está destacado que a maior área desapropriada será destinada à produção coletiva planejada previamente e que serão oferecidos aproximadamente 3 hectares individuais, para que as famílias possam construir suas casas, hortas e criações. No entanto, essa área individual não poderá ocupar integralmente o tempo das famílias e, conseqüentemente, comprometer a participação das mesmas em atividades da cooperativa.

Está determinado na declaração que 70% dos créditos a serem liberados pelo INCRA serão destinados à cooperativa e 30% ao uso individual de cada família, e que eventuais recursos a fundo perdido conquistados pelo MTL serão direcionados integralmente ao uso coletivo.

Essa determinação é também criticada pelo presidente do STR de Tupaciguara:

eles quer que um financiamento PRONAF fica pra cooperativa, 70%. E a conta fica individual pro trabalhador. Você vai me dar um cheque em branco de 70% do meu crédito, pra você trabalhar pra mim na cooperativa, mas eu sou o responsável com a dívida lá no PRONAF. Então, se entendeu como que é? Isso num existe! (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGURA, 2012).

No documento é enfatizado que o P.A da Fazenda São Domingos será constituído a partir de uma cooperativa e obrigatoriamente o assentado deverá ser cooperado e morar no lote. Apesar dos resultados positivos em participar de uma cooperativa, o projeto foi imposto às famílias, ou seja, elas é que se adequam à proposta da cooperativa, sendo que o ideal seria que as famílias tivessem construído esse projeto.

De acordo com Brenneisen:

[...] acreditamos que um planejamento voltado ao desenvolvimento rural, para que tenha chances reais de concretização, entre outros fatores, necessita ser construído coletivamente, isto é, de *baixo para cima* e não *de cima para baixo*, como historicamente tem ocorrido (BRENNEISEN, 2002, p. 288).

Por outro lado, rigidez é vista como necessária, pois trata-se de um projeto novo e o seu amadurecimento demanda um trabalho cotidiano e a longo prazo para que seja efetivado e alcance sucesso. Tal imposição, no entanto, pode representar uma armadilha para o projeto, uma vez que as

famílias precisam sentir-se parte dele e não apenas como mais um nome no Estatuto da Cooperativa.

Para a compreensão do processo que permeia o cotidiano das famílias na Fazenda São Domingos, foi necessária a realização de trabalhos de campo com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre a realidade das famílias, seus anseios, dificuldades e perspectivas.

Compreender a estrutura e funcionamento de uma cooperativa não é tão simples quanto possa parecer na teoria. A prática exige mudanças de posicionamento e conhecimento das pessoas e certo altruísmo em relação a deixar de pensar o indivíduo e o núcleo familiar, para pensar o “nós” enquanto grupo de famílias cooperadas. Essa escolha traz insegurança, dificuldades e exige tempo para a aceitação de um modelo “novo” que contempla a produção, resultados econômicos, a vida política e, sobretudo, o social dessas famílias.

As dificuldades de implantação e desenvolvimento são diversas, e a principal delas, de acordo com a fala de uma liderança do MTL na Fazenda São Domingos²² se relaciona à acumulação e formação de patrimônio.

[...] porque o pessoal que vai pra luta da reforma agrária querem fazer acúmulo de riqueza, né, de seu patrimônio, né? E a forma individualizada é um prato cheio pra que as pessoas constitui a terra, né? Passa a ser é dono, né, daquela área né? Haja visto que tem que ser um projeto social e econômico né, e em concessão de uso né? Então, isso aí dificulta bastante a implantação de qualquer empreendimento da reforma agrária (LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO, 2011).

No entanto, na fala de um assentado é possível perceber o desgaste que existe entre as famílias assentadas e as lideranças do MTL, demonstrando que a prática tem sido diferente do que foi exposto e projetado no início da implantação da Cooperativa.

Eles (lideranças) não pensavam no povo, só queria investir tudo que entrava de dinheiro, o básico para o povo não tinha e isso foi frustrando (...). As pessoas que idealiza o projeto teve uma ideia muito boa, mas na prática as coisas acontecem bem diferente (ASSENTADO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2012).

Na fala do presidente do STR de Tupacigura, o projeto coletivo é interessante, mas não da maneira que ele foi implantado na São Domingos.

²² Informação obtida na entrevista realizada entre os dias 15 a 19/08/2011 durante trabalho de campo na Fazenda São Domingos, Tupaciguara (MG).

Eu acho que o sistema de cooperativa é o melhor sistema porque vai trabalhar no coletivo. Agora, tem que ser vontade do trabalhador. Se ele tem essa vontade, eu acho que é muito bem-vindo. Toda vida eu fui a favor de ser pelo coletivo. O individual é muito difícil de sobreviver nesse país hoje. Mas a cooperativa tem que ser de direção dos trabalhadores, não é do MTL. O sistema cooperativo, partindo do princípio do trabalhador, tendo consciência que é o melhor, é o melhor sistema pra hoje. Mas da forma que tá lá, não é cooperativa, é imposição da liderança do MTL (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGURA, 2012).

No entanto, é importante destacar que o trabalho individual, presente na maioria dos assentamentos também apresenta suas dificuldades:

Porque um assentamento quando ele se constitui individualmente ele tem três perdas, na minha avaliação. Uma que é a organização, outra que é a produção e a outra que é a questão política. Porque as pessoas passam a não se reunir mais, não passa a fazer parte de uma organização, pra poder se organizar pra produção até mesmo pra política né? Então há a fragmentação desses três aspectos né? Que é a produção, a divisão da parcela individualizada, e até mesmo o trabalho individualizado então, a gente perde força e muito, enfraquece bastante qualquer projeto de assentamento (LIDERANÇA DO MTL, 2011).

Além disso, um assentado afirma que a participação na cooperativa tem se tornado cada vez mais complicada.

Nós acreditamos no projeto, mas na prática não põe pra funcionar do jeito certo. Podia buscar um curso, para colocar pra funcionar, mas falta administração. Tem tanta desconfiança que ninguém acredita mais (...) se talvez mudasse quem coordena as atividades talvez dariam certo, mas as pessoas que organizam atualmente (lideranças) já provaram que não dão conta do recado (...) (ASSENTADO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2012).

O objetivo da implantação da cooperativa, segundo a liderança do MTL, que inclusive mora na Fazenda São Domingos, é que essa forma de trabalho possibilita “a soma de três forças, a política, o trabalho e o capital. Porque somando essas três forças a gente acredita que as famílias vai ter minimamente condições de se auto-sustentar é, dentro da reforma agrária” (LIDERANÇA, 2011).

O MTL necessita, para sua (re)produção, que ocorra uma soma de forças dos sujeitos que compõem a luta pela terra, uma vez que essa força fica diluída quando o assentamento é parcelado individualmente. No entanto, é importante ressaltar que esse modelo de assentamento baseado em produção coletiva, de certa forma, faz com que as famílias continuem tendo vínculos com o movimento e isso nem sempre é o pretendido pelos sujeitos que buscam, na luta, o sonho de ter um pedaço de terra.

O projeto da cooperativa tem muita importância porque quando o movimento conquista uma área que é parcelada, os assentados a partir daquele momento passa a não ter nenhum vínculo político com a organização que ajudou a conquistar aquela área, né. Então a gente vê que a cooperativa da fazenda São Domingos, a COERCO São Domingos, ela tem um entrelaçamento histórico entre a conquista da terra e a sua sobrevivência, né. Então a gente vê isso. Temos muitas dificuldades é claro, porque nós temos um governo que não aplica política pública pra reforma agrária e nem pra área familiar, estamos sitiados de grandes empreendimentos é, do agronegócio, como monocultivo da cana, né, e outras explorações que impacta a nossa região. E a gente talvez é obrigado a utilizar de alguns mecanismos de sobrevivência porque temos que fazer uma transição dessa produção química pra produção orgânica (LIDERANÇA DO MTL, 2011).

A continuidade da relação entre o movimento e os assentados tem na cooperativa uma importante ferramenta, uma vez que nas áreas parceladas as famílias, em muitos casos, rompem ou simplesmente deixam de participar do MTL por divergências ideológicas, políticas e até mesmo pessoais.

Nesse sentido, foi possível perceber na fala de alguns assentados que, justamente essa situação de continuarem ligados diretamente ao movimento é que representa um dos maiores motivos para a dificuldade de aceitação do projeto da cooperativa. Assim, é importante destacar que, seria necessária uma situação equilibrada que contribuísse com o desenvolvimento das famílias assentadas quanto ao fortalecimento do movimento de luta pela terra que mostra-se como importante elemento na busca pela Reforma Agrária.

3.5 A realidade das famílias da Fazenda São Domingos

A convivência na área comunitária da Fazenda São Domingos é recente, uma vez que as famílias estão desde 2007 na área atual. Dessa forma, a análise e compreensão dos processos que ocorrem nessa área ainda nos oferecem poucos resultados para que possamos avaliar concretamente os resultados alcançados pela cooperativa.

No trabalho de campo foi possível percebermos um ambiente amistoso entre as famílias e as lideranças. No entanto, essa característica não é generalizada, pois nos dias de entrevistas pudemos apreender que alguns assentados estão insatisfeitos com a implantação da cooperativa e dos poucos resultados apresentados até o presente momento, ou seja, até o ano de 2011²³.

Uma das dificuldades colocadas pelos assentados diz respeito à necessidade de espera de resultados positivos da cooperativa para efetivamente participarem do processo produtivo. É

²³ Trabalho de campo foi realizado em agosto de 2011.

importante ressaltar que, apesar das famílias que vivem na São Domingos serem obrigatoriamente participantes da cooperativa, não é o que efetivamente vem ocorrendo.

No entanto, para que a cooperativa tenha sucesso é necessária uma efetiva adesão das famílias e não o contrário, pois o sucesso desse projeto será resultado do trabalho dessas mãos, que fará parte de todo o processo produtivo e da geração de renda.

Existem diversos estudos sobre a dificuldade de aceitação do cooperativismo em assentamentos rurais, especialmente do MST, movimento de luta pela terra pioneiro nesse modelo de produção. Um desses trabalhos apontam alguns fatores subjetivos para a dificuldade de aceitação da cooperativa por parte dos assentados.

Um dos fatores preponderantes para eles é poderem decidir sobre suas próprias vidas, tanto no que se refere às atividades referentes à produção e comercialização nos seus lotes, como também no que se refere à organização da vida cotidiana nos mais amplos aspectos, como fazer seu próprio horário, tomar decisões no que diz respeito à sua vida privada e, no caso específico, poder decidir sobre assuntos domésticos [...] (BRENNEISEN, 2002, p. 174).

Nesse sentido, percebe-se que essa forma de organização é diferente daquela até então vivida pelas famílias, ou seja, trabalhar e dividir seu espaço apenas com familiares. Com a ida para o assentamento, acreditam que não terão que cumprir regras, fazendo seu próprio horário e tomando suas próprias decisões.

Assim, fica clara a incompatibilidade entre o querer do assentado e o querer do MTL, que organiza o assentamento para produzir coletivamente. A partir dessa relação conflituosa, muitas vezes as lideranças, a partir de suas atitudes, representam para os assentados a figura de um “patrão”, que muitos tiveram em toda sua trajetória e que tiveram que obedecer sem questionar suas ordens.

Mesmo com a assinatura da Declaração de Adesão à Proposta de Assentamento Coletivo, discutida no item anterior, percebemos a resistência dos assentados em se organizar, conforme foi proposto pelo MTL. A não adesão demonstra uma forma de resistência ao modelo imposto pelo movimento na São Domingos.

A partir da análise de uma cooperativa em um assentamento do MST, Brenneisein conclui:

os agricultores podem não ter total controle sobre as escolhas organizacionais, mas têm relativo controle sobre sua própria força de trabalho. Nesse caso, independe das escolhas naturais existentes entre eles no tocante às suas próprias possibilidades e potencialidades, o que se observa é que, muitas vezes, os agricultores lançam mão do artifício de fazer “corpo mole” como uma forma de resistência ao modelo proposto (BRENNEISEIN, 2002, p. 246).

Portanto, percebemos que muitas vezes o que é denominada por lideranças do assentamento de “preguiça” ou mesmo “desinteresse”, pode nos apontar uma forma de resistência e questionamento ao modelo proposto, que foi implantado de “*cima para baixo*” e justamente por isso, muitas famílias não se sentem parte desse projeto e acabam gerando conflitualidades que acarretam obstáculos ao funcionamento desse modelo de produção.

A insatisfação de algumas famílias tem sido uma realidade, e mesmo que elas não tenham nos dito foi possível perceber pelos olhares, pelo tom de voz e propriamente pela dificuldade de encontrar pessoas dispostas a trabalharem nas tarefas cotidianas. Segundo o presidente do STR, muitas famílias têm procurado o Sindicato para se queixar da situação que estão vivendo na São Domingos.

As famílias que estão lá já não estão satisfeitas, os trabalhadores vêm cá fazer reclamação, que eles não deixou a fazenda porque tem muitos anos que tão lá, e que se eles deixa, tudo que eles fez, perde mais que fica lá. Eles têm esperança que o INCRA resolve a situação deles. Ele quer que o INCRA tome essa decisão (PRESIDENTE DO STR DE TUPACIGUARA, 2012).

Essa situação que está pendente diz respeito à titulação da Fazenda São Domingos. Durante as entrevistas e conversas informais é possível perceber nos assentados a consciência de que a cooperativa é um projeto promissor. No entanto, as famílias já se encontram em um estágio de descrença, de cansaço e desilusão com a falta de definição do INCRA no que se refere à titulação dos lotes, bem como à desconfiança e à demora na obtenção dos resultados positivos nas atividades da cooperativa.

Fazia um trem tão bonito que eu acreditei no projeto e disse que ia demorar uns 5 meses a 1 ano pra gente conseguir ter renda, se soubesse que ia ser assim não tinha ido. Eu fiz foi perder o que eu tinha pra ir pra lá, pois o valor recebido pelas atividades da cooperativa era um valor muito baixo e não dava pra se manter sem trabalhar fora. Se for pra continuar como cooperativa nós tamo desanimados (ASSENTADO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS, 2012).

A fala desse assentado mostra uma realidade que tem sido bastante comum, que é a venda dos poucos bens que as famílias possuem com o objetivo de irem para os acampamentos na busca por uma vida melhor. No entanto, essas “perdas” são contabilizadas por esses sujeitos e, muitas vezes, chegam à conclusão que depois da ida para a luta pela terra eles tornaram-se mais pobres em relação a bens materiais²⁴. Essa situação tem sido demonstrada, sobretudo na São Domingos, devido

²⁴ É importante destacar que muitos entrevistados afirmaram que a pobreza material aumentou, mas que o aprendizado político, a convivência e as relações cotidianas apresentam-se como um ganho imaterial nas trajetórias de suas vidas.

ao fato de que a cooperativa ainda não está consolidada e, portanto, ainda não oferece retorno financeiro satisfatório.

No entanto, apesar de todas as dificuldades vivenciadas, a cooperativa tem acumulado um patrimônio importante no que se refere a maquinários e implementos agrícolas (fotos 3 e 4). Esses itens foram adquiridos com recursos próprios e com a colaboração de sindicatos, especialmente o SINDSPREV-RJ (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro). Outra fonte de recursos para a aquisição desses bens foi a negociação com uma empresa de energia elétrica, que instalou torres de alta tensão no assentamento e paga uma quantia para o movimento, sendo que este utilizou esses recursos para a compra de maquinários e investimento na cooperativa.

No ano de 2011 a cooperativa possuía os seguintes equipamentos e implementos agrícolas: 1 trator 299 (Massey Ferguson); 1 trator 275 (Massey Ferguson); 1 grade aradora de 14 discos; 1 grade niveladora; 1 plantadeira de 9 linhas; 1 pulverizador (capacidade: 3.000 litros d'água); 1 colheitadeira T-150 (New Holland); 1 máquina de limpar arroz; 1 caminhonete e 1 caminhão (fotos 3 e 4).

Foto 3: Máquina agrícola pertencente à COERCO São Domingos.



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.
Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Foto 4: Caminhões pertencentes à COERCO São Domingos.



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.
Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

A renda dos cooperados, durante a realização o trabalho de campo²⁵, era obtida substancialmente pela horta comunitária (foto 5). O valor conseguido com a venda das hortaliças no município de Tupaciguara gera uma renda média de R\$4.169,70 (valor bruto)²⁶ e nessa atividade são utilizadas o trabalho de cinco cooperados.

²⁵ Trabalho de campo realizado no mês de agosto de 2011.

²⁶ Valor mensal. Foi considerado como referência o mês de julho de 2011.

Foto 5: Horta comunitária (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.
Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Foto 6: Local de preparo das hortaliças para a venda (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.

Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

O arredamento do pasto para criação de gado e de parte da fazenda para a produção de sementes são fontes de recursos para os assentados. Além disso, pelo fato de possuir algumas torres de alta tensão implantadas por uma empresa de energia elétrica, tem proporcionado ao assentamento um montante anual de R\$ 500.000,00 em função do uso dessa área²⁷.

A criação de gado leiteiro²⁸ (fotos 7 e 8) tem proporcionado uma contribuição tanto na geração de renda quanto na alimentação das famílias. Segundo entrevista com a tesoureira da Cooperativa são ordenhados uma média de 40 litros de leite no período de seca, sendo que em um dia a produção fica para atender as famílias do assentamento e no outro é vendida no mercado de Tupaciguara. Nessa atividade são empregados dois cooperados.

Foto 7: Curral com cabeças de gado leiteiro (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.
Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

²⁷ Essas informações foram obtidas informalmente de um dos entrevistados, uma vez que não foi possível confirmar o fato com as lideranças ou coordenadores do MTL.

²⁸ A cooperativa possui 30 cabeças de gado leiteiro – Trabalho de campo (agosto de 2011).

Foto 8: Moagem de cana para alimentação do gado (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.

Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

No ano de 2010 foram plantados arroz e milho, alcançando a produção de 1.858 sacas de arroz e 1.105 sacas de milho, que foram vendidas para o mercado de Uberlândia e Tupaciguara. A produção do assentamento (arroz, milho, feijão, hortaliças e o leite) também é utilizada para suprir o consumo das famílias que moram na Fazenda São Domingos. Portanto, essas atividades proporcionam, além da geração de renda, a subsistência, ou seja, representam uma renda não monetária, que contribui efetivamente para a alimentação dessas famílias.

A estrutura física do assentamento ainda encontra-se em fase provisória, uma vez que, não houve definições na divisão dos lotes. Assim, as famílias ainda estão em uma área comunitária, composta por barracos de lona (fotos 9 e 10) e um barracão (foto 11) com espaço para armazenamento e um escritório utilizado pela direção da COERCO. Eventualmente esse barracão também é utilizado para eventos realizados pelo MTL.

Foto 9: Barracos de lona dos assentados (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.
Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Foto 10: Barracos de lona e rua da área comunitária (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.

Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

As condições dos barracos refletem o momento de indefinição que as famílias ainda vivem, pois não sabem como será o futuro, se será em uma área comunitária ou se cada família terá seu lote individual. É importante destacar que, a partir de definições é que os créditos serão liberados, inclusive, o crédito habitação que será utilizado na construção das moradias.

Foto 11: Barracão comunitário (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.

Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Existe na área comunitária, um viveiro de mudas (foto 12) que são cultivadas por uma assentada e que serão distribuídas às famílias da São Domingos. Dentre as plantas existem espécies ornamentais, mas o objetivo principal é cultivar espécies frutíferas que serão divididas entre as famílias, para que elas possam constituir o seu pomar. Elas serão importantes tanto para a alimentação da família quanto para a comercialização em forma de frutas *in natura* e doces.

Foto 12: Viveiro de mudas (Fazenda São Domingos).



Fonte: Trabalho de campo – agosto de 2011.
Autor: CARDOSO, L. F. de, 2011.

Percebe-se nesse projeto uma preocupação com a estruturação do assentamento, representado de maneira simples, mas muito relevante na fala de uma assentada em que: *“uma roça sem pés de frutas não é roça”*. Dessa forma, percebemos que as famílias desejam se enraizar nesse território, querem construir suas roças e estabelecer o seu núcleo familiar nesse assentamento. Isso demonstra um apego à terra que deixou de ser terra de negócio, terra ociosa, para ser uma terra produtiva, que dará frutos para várias famílias de assentados.

3.6 Do sonho à realidade: o modelo cooperativo e coletivo em assentamento rural

O projeto cooperativista é um modelo promissor, tanto do ponto de vista econômico quanto político, social e cultural. No entanto, a sua implantação e desenvolvimento requer a superação de obstáculos, que são percebidos principalmente a partir do momento em que a heterogeneidade dos sujeitos da reforma agrária é evidenciada, e essa situação pode ser considerada como um dos elementos que dificultam a participação em uma cooperativa, uma vez que:

O sujeito da reforma agrária, [...] é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactuar com o INCRA seu ingresso num programa de assentamento. E bem diferente, também, do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor, a partir da experiência dos acampamentos e da ideologia coletivista de alguns assentamentos controlados pelo MST. Experiência e ideologia que são mais produtos de uma engenharia de controle social do que de convicções e consciência social legitimamente referidos a experiências sociais reconhecíveis. O efetivo sujeito da reforma agrária tem uma difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política, sobretudo familística e vicinal (MARTINS, 2003, p. 54).

O autor afirma que, a ideologia coletivista de alguns assentamentos apresenta-se como um instrumento do controle social, no caso do MST, e não como uma opção e projeto legitimado e construído pelos assentados. A busca pela consolidação e fortalecimento dos projetos cooperativistas esbarra em situações desagregadoras que surgem ao longo do caminho.

Tais situações são alimentadas principalmente pela dificuldade dos assentados em trabalhar coletivamente, de não terem coesão nos grupos de trabalho, da falta de confiança entre os participantes, bem como nas lideranças dos assentamentos. Essa situação é vivenciada na São Domingos, pois além da proposta da cooperativa se apresentar como impositiva, os assentados não possuem afinidade e não confiam nas lideranças e essa situação tem gerado desgastes que têm comprometido o desenvolvimento das atividades na cooperativa. Concordamos com Martins (2003) quando diz que [...] o sujeito da reforma, apesar dos discursos, não é um sujeito coletivo e sim primariamente o indivíduo e, por meio dele, sua família, o indivíduo enquanto personificação do familístico e do comunitário (MARTINS, 2003, p. 99).

Assim, reconhecemos as dificuldades enfrentadas pelos assentados na Fazenda São Domingos, pois a coletivização tem sido quase uma obrigação, e o cooperativismo enquanto empresa constituída não criou raízes no seu cotidiano. Além disso, o projeto foi criado pelo MTL e não pelos assentados, que devem executar as atividades cotidianas, o que dificulta o entrosamento das famílias nas atividades coletivas.

Nesse sentido, D'Incao & Roy (1995) afirmam que a experiência dos sujeitos em atividades coletivas durante o acampamento não são suficientes para o desenvolvimento de uma cooperativa, pois a partir do momento em que a terra está conquistada, as particularidades e o desejo de autonomia fazem com que as diferenças entre as famílias se explicitem e a indução ao cooperativismo tem se apresentado como algo artificial, pois induz as pessoas para caminhos que elas não desejavam.

O assentamento rural tem se apresentado como um território permeado por relações sociais complexas e que são influenciadas pela trajetória e anseios dos assentados, que são evidenciadas ao longo do tempo. Assim, é mais comum encontrarmos relações solidárias durante o período do acampamento, pois essas relações apresentam-se como temporárias, e a partir do momento em que a

terra conquistada vai se definindo como assentamento, os sujeitos buscam o desenvolvimento do seu lote com base em seu núcleo familiar.

Outra questão relevante, apontada por Brenneisen (2002), sobre a dificuldade de aceitação da cooperativa, diz respeito à preocupação das famílias assentadas no que se refere à herança das terras recebidas na Reforma Agrária, uma vez que tendo apenas direito de uso, como é o caso da proposta do MTL para a São Domingos, os descendentes das famílias não terão direito à terra mas apenas às benfeitorias construídas por seus titulares.

A proposta do MTL de que as famílias teriam apenas direito de uso e não direito de posse não convenceu alguns assentados. Segundo liderança do MTL a dinâmica da fazenda se dará da seguinte forma:

então a pessoa só vai pra São Domingos, se ela concordar com projeto. Ela já sabe que o título é coletivo, não pode ter venda de lote, vai ter uma área de um alqueire, e o principal é a produção coletiva, então todos já sabem. Todo mundo que vai pra São Domingos, assina um termo de compromisso e um pedido de adesão à cooperativa. Onde já tá estabelecido que 70% de todos os créditos oficiais será pra uso coletivo e 30%, pra uso individual. Ou seja, aqui a São Domingos é um projeto misto. Que prioriza as ações coletivas, comunitárias. Mas que permite o atendimento de alguma individualidade. Ela não proíbe alguma iniciativa individual, mas sempre pra procurar mostrar que a principal renda, vai ser fruto das ações coletivas (LIDERANÇA DO MTL, 2012).

O projeto da COERCO São Domingos e a forma como ele foi implantado nos faz refletir sobre outros aspectos. O cooperativismo, sem dúvida, é um projeto que pode contribuir para ajudar as famílias assentadas no sentido de favorecer a organização coletiva e possibilitar a geração de renda, bem como o seu fortalecimento político e social.

No entanto, a forma como a cooperativa está sendo implantada nesse assentamento se mostra autoritária, pois não foi criada pelos sujeitos, mas construída pelo movimento MTL, sendo que o papel ocupado pelas famílias tem sido o de serem meras executoras e não construtoras desse projeto.

Uma pesquisa sobre o cooperativismo em assentamentos rurais na região Sul do Brasil, a partir do estudo de Pilatti (1996), revelou que os cooperados apresentam apenas um interesse econômico individual e não interesse pela proposta política. Essa situação também é uma realidade na Fazenda São Domingos, uma vez que a maior preocupação dos assentados está baseada na eficiência econômica da cooperativa e não na relevância para emancipação política e social.

A visão de uma das lideranças do MTL sobre a capacidade da cooperativa nos mostra que o Movimento acredita nesse projeto para além da eficiência econômica:

[...] tem que ter, resultado econômico, resultado social, ou seja, melhor convivência, participação, uma comunidade com expressão no município, na região. Tem que ter exigências, reivindicações, estruturar a saúde, a educação, o transporte. Né? A comunidade ser respeitada na cidade. Então tem que ter também uma dimensão política. Assentados... e num processo comunitário, a capacidade de aprendizagem é maior. De formação das pessoas, delas crescerem culturalmente politicamente e ideologicamente. Nós concebemos esse modelo cooperativado como embrião de poder popular. Embrião de poder popular. Porque ele forma as pessoas, traz mais convivência, como eu falei. Traz mais resultado (LIDERANÇA DO MTL, 2012).

Entretanto, existe um desencontro entre a proposta cooperativista apresentada pelo MTL e os assentados. Enquanto o movimento entende a mesma enquanto instrumento de emancipação econômica, social e política, os assentados a veem prioritariamente como um instrumento para obtenção de renda. Por essa divergência é que ocorre enfraquecimento da cooperativa, pois quando ela não atinge esse objetivo sua existência é questionada.

Contudo, os assentados buscam a eficiência econômica em primeiro lugar devido à importância de ganhos financeiros para a sobrevivência das famílias. Durante a pesquisa de campo, foi possível apreender que eles apresentam a consciência da importância na cooperativa. Contudo, se a questão financeira não for resolvida, as famílias não poderão continuar suas vidas no assentamento para ter condições de construir laços com o território e com os demais assentados.

O movimento também tem a consciência de que a emancipação econômica é fundamental para a continuidade das famílias no projeto.

O principal motivo que às vezes leva na queda da participação no trabalho é a renda e a condição de vida. Porque a pessoa às vezes fica com uma perspectiva baixa, porque ela tem uma demanda familiar, que ela sabe que naquele mês não vai ter resultado. Se você pega um período de entressafra, ou de produção ainda baixa, ela sabe que o que ela vai ganhar é pequeno. Aí, ela tem oportunidade de trabalho num fazendeiro vizinho, ou na cidade, então ela se desloca, deixa de participar conscientemente, ela vai conscientemente dizendo, naquele trabalho ali, eu posso ganhar... no fazendeiro, uma diária de R\$ 50,00, que aqui na cooperativa, eu não vou ganhar. E ela tem uma demanda, seja pra comprar um remédio, uma viagem, ou pra comprar comida. Então são vários fatores, agora, isso é processo, difícil de ajustar. Por isso que nós temos que fazer uma linha definitiva, de acerto institucional. Que cabe ao INCRA, cumprir a parte que lhe cabe, institucional. Ou seja, consolidar, junto conosco, o PDA, que define o estudo físico da área (...) a demarcação (LIDERANÇA DO MTL, 2012).

As atividades da COERCO São Domingos têm envolvido uma baixa participação dos assentados. Essa realidade tem sido justificada pelas lideranças como a necessidade de busca de renda fora da São Domingos, pois a cooperativa ainda não oferece retorno financeiro para suprir todas as necessidades das famílias. Assim, fica evidente que, a questão financeira é prioritária para

o desenvolvimento das atividades na cooperativa, bem como a efetiva participação das famílias no trabalho coletivo.

As dificuldades encontradas no trabalho coletivo têm sido caracterizadas principalmente pela diferença de princípios entre os organizadores e os assentados, ou seja, por quem idealiza o projeto e por quem o realiza. Nesse sentido, Romano (1994) afirma que durante o acampamento o que sobressai é a dimensão comunitária e coletiva e no momento do assentamento, as famílias vivem um dilema, representado pela aceitação da cooperativa ou o trabalho individual, sendo que este último possibilita maior liberdade em fazer suas próprias escolhas no território conquistado.

Segundo Bergamasco (1994) não existe a garantia da continuidade das relações solidárias na organização do assentamento, somente pelo fato delas terem existido durante o acampamento. A afirmação dessa autora vem ao encontro do que tem sido visto nos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro, bem como na Fazenda São Domingos, pois apesar das famílias terem passado por um período acampadas em estradas vicinais, essa vivência não impediu que o trabalho coletivo enfrentasse resistência por parte das famílias assentadas.

O trabalho coletivo tem representado muitas vezes para os assentados, uma especialização, que segundo Zimmermann (1994, p. 219), “leva não só ao sentimento de desvalorização da capacidade individual e de “ser colono”, mas também a uma hierarquia interna que acirra o antagonismo”. Essa hierarquia tem sido motivo para o desgaste entre as lideranças e os assentados, principalmente pelo fato de que, mesmo as decisões que são tomadas democraticamente não têm a participação de todos os integrantes, conforme foi relatado durante uma entrevista.

Até porque quando tinha uma reunião, vai ter uma reunião de falar de produção, por exemplo, nunca, eu nunca participei de reunião que tivesse 100% do assentamento, nós chamava o quê, chamava de liderança lá dentro. Os responsáveis pelo setor, nunca tava a totalidade das famílias. O primeiro erro, do negócio ter desandado de não dar certo, acho que foi aí. Porque você faz a reunião separado, o pessoal já pensa né, ó... tá tramando né? Então se for decidido sentar ali com todo mundo e falar ó gente, é assim, assim, assim, então o que todo mundo concordar ali, não tem cochicho (ENTREVISTADO, 2012).

A partir de suas pesquisas em assentamentos rurais no Paraná Souza (1998) encontrou sujeitos que afirmaram que o trabalho coletivo pode ter sucesso se for realizado entre familiares e vizinhos que já se conheciam anteriormente, ou seja, reforçam a tese de que é necessário que haja contextualização histórica, pois a partir do momento que a cooperação se apresenta como proposta inovadora e de certa forma artificial, ela causa estranhamento nas famílias, ocasionado resistências e fragilidades ao desenvolvimento da cooperativa.

Essa realidade seguramente tem influenciado as dificuldades do trabalho coletivo na São Domingos, pois as famílias não estão efetivamente engajadas no projeto. De um lado, o MTL

concorda que essa dificuldade existe, pois a cooperativa ainda não tem dado resultado financeiro suficiente para suprir as necessidades das famílias. No entanto, é importante analisar que o que ocorre não é apenas a falta de retorno financeiro, mas também a falta de coesão e identidade entre as famílias, elementos fundamentais ao desenvolvimento do trabalho cooperativo.

A resistência ao trabalho coletivo pode ser representada principalmente pelo desejo dos assentados em serem autônomos, ou seja, em serem donos do seu tempo e decidirem o modo como vão viver e produzir em seu território. Assim, eles apresentam resistência de terem sua vida direcionada como foi por muito tempo enquanto foram empregados e tiveram sua liberdade de escolha suprimida.

Durante o trabalho de campo na São Domingos foi evidenciado um misto de perspectivas e opiniões em relação ao projeto cooperativo. Ao mesmo tempo em que os assentados acreditam na proposta, eles se sentem inseguros e até mesmo controlados pelas atitudes das lideranças e coordenadores do MTL gerando, assim, uma indefinição no que diz respeito ao modelo que eles realmente querem implantar no assentamento.

É importante destacar que o projeto da cooperativa representa um instrumento para fortalecer as famílias e possibilitar geração de renda. No entanto, existe o risco dele anular as especificidades e heterogeneidades dos sujeitos que compõem a Reforma Agrária:

[...] tratar os sujeitos sociais a partir da concepção de massa, ou pensá-los somente pelo olhar do sujeito coletivo, é anular a capacidade de autonomia, de utopia e de desejos que pertencem ao indivíduo, sem necessariamente torná-lo “individualista”. Ser coletivo, no meu entender, não quer dizer, radicalmente, a necessidade de deixar de ser indivíduo. É possível a confluência de valores, em práticas e representações, que, imbuídas de subjetividades – do desejo de ser pessoa –, tragam em seu bojo também as condições objetivas que a vida carrega, particularmente na percepção das carências materiais e na apreensão de que é preciso, na vivência dessas condições, buscar a sua superação (BORGES, 2004, p. 260).

De acordo com D’Incao e Roy (1995) a partir do momento em que o movimento de luta pela terra sugere o projeto coletivo como única e superior forma de produção, este demonstra uma postura autoritária e impositiva, ao mesmo tempo em que ignora e inferioriza as individualidades e especificidades dos assentados.

Essa possibilidade de anulação da vontade individual e “homogeneização” forçada é um dos elementos que dificultam a aceitação da cooperativa pelas famílias, pois essas buscam sua autonomia, seu desejo de ser independentes. Além do que, o enorme crédito dado ao trabalho coletivo em contraposição ao trabalho individual é uma forma de imposição e vai contra a emancipação dos sujeitos, gerando uma situação dialética, uma vez que a autonomia é um dos principais pilares da ideologia do MTL.

A dificuldade de coesão entre as famílias assentadas é outra limitação vivida durante a implantação da cooperativa e o seu desenvolvimento. Devido à falta de identidade e relações de pertencimento entre si, os sujeitos “não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma certa ideia de pertencimento, de estar juntos, de comunidade” (MARTINS, 2003, p. 66).

Assim, o desenvolvimento da cooperativa fica comprometido, uma vez que, a ideia de comunidade é fundamental para o entrosamento dos sujeitos. As relações precisam ser alicerçadas na confiança mútua, ou seja, as famílias antes da implantação da cooperativa precisam se conhecer, se respeitar e acima de tudo confiar uma nas outras, para que a cooperativa não seja diluída por suspeitas e incompatibilidade de visões de mundo.

A partir dessa análise é que constatamos que da forma como vem sendo implantada a COERCO São Domingos, o processo tem sido direcionado de acordo com os interesses das lideranças. O conhecimento e práticas solidárias deveriam ter sido incentivados anteriormente à institucionalização da cooperativa, ou seja, a prática teria que anteceder ao processo formal e não o contrário, para que as famílias não se sentissem excluídas do processo decisório e construíssem relações de pertencimento para não ficarem marginalizadas e para participarem mais ativamente do desenvolvimento e fortalecimento da cooperativa.

O projeto da cooperativa é uma proposta importante, tanto no que diz respeito à questão econômica quanto social e política. No entanto, inúmeras dificuldades de trabalhar dessa forma são evidenciadas no cotidiano das famílias assentadas. Assim, é importante que as famílias possam adaptar-se ao modelo cooperativista aos poucos, ou seja, não apenas trabalhar dessa forma, mas também viver o coletivo, que vai além da mera formalidade, sendo assim, representada pela vontade, pela necessidade e acima de tudo pelo desejo de contribuir para ajudar as famílias assentadas e ao mesmo tempo ser beneficiado por esse modelo.

As hipóteses são muitas e a cooperativa, possivelmente, nos mostrará diversas nuances do cooperativismo. No entanto, é importante destacar pelo que foi visto e ouvido que a imposição desse modelo só o tem desgastado tornando-o um peso ao invés de ser uma possibilidade de agregação e fortalecimento dos sujeitos envolvidos nesse assentamento.

Portanto, os mutirões e ações solidárias teriam que ser incentivados a partir do cooperativismo, mas de uma maneira menos impositiva e mais natural, ou seja, não com modelos prontos e acabados, impostos pelas lideranças dos movimentos. Assim, ponderamos que será promissora a adoção de modelos mistos de produção, ou seja, algumas fases do processo produtivo de maneira individual e outros processos de maneira coletiva, conforme relato de um entrevistado na São Domingos.

Mais viável, pra essa região aqui eu acho que é cada um produzir individual e vender coletivo. Por quê? Porque quando você vai entrar num tipo de negócio desse, principalmente aqui, pra nós, o pessoal num acredita que o coletivo, sempre vai ter um desconfiado, né? Então, por isso que eu acho que aqui, o coletivo igual 100% não funciona (ENTREVISTADO, 2012).

A partir da pesquisa e através de estudos realizados por diversos pesquisadores, verificamos que não existe uma fórmula pronta para o desenvolvimento dos assentamentos, ou seja, não é viável a reprodução de modelos que porventura tenham dado certo em determinada região ou determinado assentamento, pois cada área e cada comunidade possui suas características e peculiaridades.

[...] a compreensão de que existem como sujeitos que não se encerram, exclusivamente, na dimensão do coletivo, todavia, nem por isso são o seu contrário, visto que se sentem parte dele. Trata-se, então, da tessitura de identidades e de alteridades, ou seja, o “eles” e o “nós” se separam e se unificam, se congregam e se diluem, pois trazem em seu bojo a ambigüidade que, longe de ser antônimo da luta, torna-se um de seus elementos fundadores e condutores, na medida em que possibilita ver a multiplicidade, isto é, a riqueza de ser Movimento (coletivo) e ser sujeito (indivíduo) ao mesmo tempo, para além dos limites que as conceituações de “massa” e de “vanguarda” impõem (BORGES, 2004, p. 286).

A multiplicidade e a heterogeneidade dos assentados são características intrínsecas aos sujeitos que compõem os assentamentos rurais. Assim, é importante compreender que as diversidades e complexidades estarão sempre presentes, inclusive enriquecendo o território e possibilitando um misto de soluções e projetos que levarão em conta os desejos e anseios de todos os sujeitos envolvidos nessa luta.

O território do assentamento, permeado por conflitos e a diversidade representada pela especificidade dos sujeitos, é cenário de processos e conjunturas capazes de nos despertar para a complexidade das relações que caracterizam o cotidiano de um assentamento rural. Portanto, é necessário que as famílias sintam-se parte do projeto cooperativista, uma vez que a luta pela terra e na terra é uma luta árdua e, a partir do momento em que famílias possam contar com um projeto feito pra elas e por elas é que o assentamento alcançará o desenvolvimento necessário para a realização de uma real distribuição fundiária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra no Brasil tem se apresentado como uma importante ferramenta de resistência e enfrentamento ao grande capital, pois a partir do questionamento da estrutura fundiária vigente, as famílias tomam consciência da possibilidade de conquistar seu território, espaço que possibilitará sua reprodução econômica, política, social e cultural.

A partir do amadurecimento político, os movimentos sociais perceberam que mais do que a conquista de um pedaço de terra, necessitavam de um projeto que possibilitasse sua permanência nas áreas conquistadas pela Reforma Agrária.

Na organização socioprodutiva, o cooperativismo tem protagonizado uma importante alternativa para a permanência das famílias em áreas de assentamentos rurais, modelo que tem contribuído para a geração de renda e a organização social e cultural das famílias. Isso ficou em evidência na análise que desenvolvemos ao longo deste trabalho sobre o projeto de cooperativa do Projeto de Assentamento Fazenda São Domingos, Tupaciguara- MG.

A pesquisa realizada teve como principal objetivo o estudo do processo histórico de luta pela terra na Fazenda São Domingos pelo MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade) e de implantação do processo de organização coletiva. O projeto da COERCO São Domingos, assim denominado, tem representado uma possibilidade de mudança na realidade dos assentados da Fazenda São Domingos e, por outro lado, também tem apresentado diversas fragilidades.

A opção pelo modelo cooperativista implantado no assentamento sem o prévio conhecimento e experiências coletivas vivenciadas pelas famílias, tem influenciado no desenvolvimento das ações coletivas bem como em seus desdobramentos, causando desgastes políticos e problemas enfrentados pelas lideranças e assentados. A imposição de uma forma de organização, sem levar em conta o tempo de adaptação ao novo, tem sido motivo de embates entre os diferentes sujeitos envolvidos.

Uma das problemáticas constatadas a partir de depoimento dos assentados é a relação de tutela que o movimento representa para as famílias, pois elas alegam que não possuem liberdade para decidir sobre os rumos do projeto coletivo, pois apesar de assinarem uma declaração de adesão à cooperativa, trazem consigo o desejo de autonomia e escolha de seu próprio destino.

A criação da cooperativa tem seus pontos positivos, uma vez que possibilita a permanência das famílias na terra a partir da geração de renda e do fortalecimento das mesmas nos aspectos cultural, social e político. No entanto, o questionamento se dá em torno

da forma como a cooperativa foi implantada, ou seja, um projeto construído pelo MTL para as famílias, numa clara postura de ignorar os desejos e necessidades dos sujeitos que farão parte desse projeto.

Por mais que as famílias estejam cientes do projeto e de como ele será implantado, é importante destacar que isso não assegura que elas aderiram realmente à proposta. Um exemplo dessa realidade é que apesar de existirem muitas famílias morando na Fazenda São Domingos, são poucas as que realmente participam das atividades da cooperativa.

O cooperativismo que está sendo implantado na COERCO São Domingos apresenta características bem diferentes do que os camponeses estão habituados, ou seja, a territorialização dos assentados se dá em torno da produção e da família e para que o coletivo seja implantado é necessário que haja uma mudança de comportamento e visão de mundo para que o projeto alcance êxito.

Assim, muitos obstáculos terão que ser transpostos para que esse projeto realmente consiga levar desenvolvimento para as famílias cooperadas. Nesse sentido, é importante que haja um projeto amplo e bem elaborado e que tenha como principais agentes os assentados, e que eles mesmos possam traçar as normas e diretrizes do processo de organização da produção.

A participação das famílias, suas escolhas e objetivos precisam ser considerados e por mais que as diversidades e complexidades desses sujeitos estejam sempre presentes, é preciso que se chegue a um ponto de equilíbrio entre os envolvidos para que os assentados estejam estimulados a construir um projeto do qual se sintam parte.

Os assentados da Fazenda São Domingos e os sujeitos da Reforma Agrária são sujeitos heterogêneos e, dessa forma, não podem ser pensados de maneira massificada; ao contrário, é necessário que seja construído um projeto de desenvolvimento por todos e para todos, e que consiga contemplar as especificidades dos indivíduos, que buscam na luta pela terra o reconhecimento e que não sejam considerados apenas mais um número nas estatísticas, mas sim donos do seu próprio destino e independentes para realizar seu projeto de vida.

Considero, nesse sentido, ser importante que as ações coletivas informais (mutirões, trocas de dias, etc.) sejam incentivadas e desenvolvidas de maneira espontânea, sem que haja a obrigatoriedade e a burocratização do processo por meio de uma cooperativa constituída juridicamente. A partir do momento em que as famílias sintam-se parte integrante do projeto coletivo, a formalização da cooperativa ocorrerá de maneira natural e por iniciativa dos assentados envolvidos.

Assim, compreendemos que não há respostas completas para os diversos questionamentos e problemas da pesquisa, mas sim análises, críticas e reflexões sobre a

implantação da forma de organização coletiva na Fazenda São Domingos. Percebemos que modelos concluídos e pré-determinados não oferecerão possibilidade de sucesso para o projeto de cooperativismo, uma vez que os assentados são sujeitos complexos, capazes de lutar, errar e buscar seu caminho enquanto protagonistas de suas escolhas.

O projeto cooperativista apresenta importantes possibilidades no que se refere à permanência das famílias em assentamentos rurais. No entanto, há que se considerarem as conflitualidades e diversidades presentes no território do assentamento, uma vez que as relações que caracterizam o seu cotidiano serão determinantes para a implantação e desenvolvimento de uma efetiva Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, Ed. Da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R. CARVALHO FILHO, J. J. SAMPAIO, P. A. **Lei Agrária: cuidado com o otimismo**. *Revista ABRA*, v. 23, n. 1, p. 100-105, jan./abr. 1993.
- ALENTEJANO, P. R. R. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI**. *AGRÁRIA*, n. 1, p. 2-15, 2004.
- ALVES, J.; PONTE, K. F. **Uma experiência de análise cooperativista a partir do trabalho de campo: o caso da COCAMAR E COPAVI**. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/1015/1016>>. Acesso em: 07 jul. 2011.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, Hucitec, Recife: Ipespe, 1995.
- ANJOS, F. S.; ESTRADA, E. M. **As novas formas de cooperação na agricultura familiar brasileira: o caso dos condomínios no estado de Santa Catarina**. *Revista Economia Ensaio*, Universidade Federal de Uberlândia, v. 16, n. 1, dezembro/2001.
- BERTUCCI, J. O.; LOUREIRO, A. C. N. S.; MONTE-MÓR, R. L. M. **A economia dos setores populares em Minas Gerais: propostas alternativas para a agricultura familiar**. Disponível em: <<<http://cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A033.pdf>>>. Acesso em: 21 set. 2011.
- BORGES, M. C. **De pobres da terra ao movimento sem terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP**. Tese (Doutorado em História) – Faculdades de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis, 2004.
- BONAMIGO, C. A. **O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2001.
- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- BRENNESEIN, E. C. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel, Edunioeste, 2002. Coleção Thésis. 300 p.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARVALHO, H. M. de. **O Agronegócio se apropria da Embrapa**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=516>>. Acesso em: 16 jun. 2011.
- CARVALHO FILHO, J. J. de. **O governo Lula fracassou na Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1860>>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- CARVALHO FILHO, J. J. de. **“A reforma agrária no governo Lula não altera a estrutura fundiária”**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2949>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

CARVALHO FILHO, J. J. de. O Governo Lula e o Esvaziamento da Reforma Agrária. Revista **ABRA**, n. 2. p. 95-102. jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.reformaagraria.org/sites/default/files/RevistaAbra34_-_vol2.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2011.

COCA, E. L. de F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente. 2011.

COLETTI, C. **A Trajetória política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno Conflitos no campo**. Setor de Documentação da CPT Nacional. 2004.

CONCRAB. **Questões práticas sobre cooperativas de produção**. 3ª ed. São Paulo, 1997. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 21).

CRUZ, N. N. D. **Os espaços dos sujeitos da reforma agrária**: práticas produtivas e comerciais do assentamento Bom Jardim – Araguari-MG. 2006. 106 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, LAGEA/NERA, 2010.

DUARTE, L. M. G.; WEHRMANN, M. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In.: SABOURIN, E. (Org.). **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural**. Brasília: Universidade de Brasília, Centros de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleos de Estudos Avançados. V. 6 n. 23, 2006.

D’INCAO, M.C. e ROY, G. **Nós cidadãos**. São Paulo: Paz e Terra. 1995.

EID, F.; SCOPINHO, R. A.; PIMENTEL, A. E. B. **A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária**. Disponível em: <<http://abrepo.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART070.pdf>. Acesso em: 21 set.2011.

ELIAS, M. F. M. **A cooperação agrícola na organização política do MST**: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal de São Luís. São Luís. 2008

FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**: experiências e lutas no Paraná. Marechal Cândido Rondon, Editora EDUNIOESTE, 2001.

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, 18nº 19, p. 75-94. 2002.

FABRINI, J.E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel:Edunioeste, 2003. 275 p.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B.M. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em:

<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeira/pdf/Bernardo_QA.pdf>.

Acesso em: 21.ago.2011.

FERNANDES, B.M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**, n. 11, p.37-53, maio/ago. 2003. Disponível em:

<<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal11/d1fernandes.pdf>>. Acesso em: 21.ago.2011.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e reforma agrária.** Disponível em:

<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>. Acesso

em: 05 mar. 2011. [200-].

FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T. ; FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e território em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496 p. p. 273-302.

FERNANDES, B.M. Sobre a Tipologia de Território. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Org).

Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

368 p. p. 197-215.

FONSECA, J. B. **Reforma Agrária e sustentabilidade:** luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

FRANCIOSI, E. O. **O sistema cooperativo dos assentamentos rurais:** o exemplo das cooperativas COAGRI e COOPROSERP. Informe GEPEC - Vol. 12, nº 2, jul/dez. 2007.

GAIGER, L. I. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária.** Caxambu: Unisinos, 1999.

GOMES, R. M. **Ofensiva do capital e transformações no mundo rural:** A resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação:** o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia:** crítica da moderna agricultura. SP, Brasiliense, 1985.

GUANZIROLI, C. Reforma Agrária; Viabilidade Econômica no Contexto de uma Política Agrícola em Transformação. In: Medeiros, et. al. **Assentamentos Rurais:** Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994. p. 261-269.

GUIMARÃES, L. de C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção:** o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido – MG (1989-2001). 2002. 170 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

HAESBAERT, R.. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Disponível em: <www.incra.org.br>. Acesso em: 10 out. 2011.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no cerrado: o PRODECER**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 24 nov. 2011.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo, Proposta Editorial. 1978.

LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 1981.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?** São Paulo, Global, 1990.

MARCOS, V.; FABRINI, J. E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MAGALHÃES, J. C. **Gasto com reforma agrária é o mais baixo em dez anos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0108201102.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

MARCOS, V.; FABRINI, J. E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec, 1980. 181 p.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder: o problema da terra na crise política**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, 134 p.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 238 p.

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MEDEIROS, L.S; BARBOSA, M.V.; FRANCO, M.P.; ESTERCI, N. LEITE, S. (Org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994. 329 p.

MEDEIROS, L.S. **Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003. 103 p.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 368 p. p. 217-227.

MICHELOTO, Antônio Ricardo. **Movimentos sociais de trabalhadores do campo no Triângulo Mineiro**. História e Perspectivas, Revista do curso de história – UFU/Uberlândia, v.2, n.2, p.61-83, jan./jun. 1990.

MICHELOTO, A. R. Realidade e perspectivas das tradições religiosas na pós-modernidade. **Interações- Cultura e Comunidade**, v. 3, p. 97-112, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária – INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária. Paz, produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, 2003.**

MITIDIERO JUNIOR, M.A. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. 315 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Questão agrária, questão jurídica! In: **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10 a 14 de outubro de 2007**. Anais: ISSN 19804563. Londrina / PR. p. 1-24.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Trabalhadores se unem contra crise e criminalização dos movimentos sociais em Brasília**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6513>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Ruralistas aprovam medidas contra MST em reunião vazia**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6476>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quatro anos de impunidade**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6013>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Entidades preparam encontro em defesa da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6350>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Um histórico do MST**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6206>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. **Manifesto do Movimento Terra Trabalho Liberdade**. Disponível em: <<http://www.mtl.org.br>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. **Jornal do MTL – especial Nov./2009**.

NARCISO SHIKI, S. F. **Desenvolvimento agrícola nos Cerrados: trajetórias de acumulação, degradação ambiental e exclusão social no entorno de Iraí de Minas**. 1998. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1998.

NEUMAN, P. S.; FERREIRA, P. E. R.; SCARIOT, A. **Trajetória da apropriação do espaço agrário e estratégias de sustentabilidade na cooperativa de produção agropecuária cascata (COOPTAR)**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/43.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2011

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **NEAD estuda o impacto da nova legislação agrária.** Disponível em: <<http://www.nead.org.br/boletim/boletins/boletim52.htm>>. Acesso em: 10 set. 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo, Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. 322 p. p. 45-67.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do camponato brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 18 maio 2011.

OLIVEIRA, A. U. A NÃO Reforma Agrária do MDA/INCRA no governo Lula. In: _____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, 184 p. p.163-179.

ORTEGA, A.C. Meio ambiente e representação do interesse na agricultura do cerrado mineiro. In: SHIGEO, S. GRAZIANO DA SILVA, J. ORTEGA, C. O. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro.** Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997. p. 323-351.

PADILHA, T. M. Lênin e os meandros da questão camponesa. In.: **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina.** Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/taniamara.pdf>>. Acesso em 17 de ago. 2011.

PESSÔA, V.L.S. **Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG.** 1988. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo, Saraiva, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, C. B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema - Pontal do Paranapanema-SP.** 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2002.

REZENDE, G. C. Programa especial de crédito para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. **Texto para discussão**, n. 648, Brasília: IPEA.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** SP: Ed.UNESP,1994.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. **Nova ofensiva contra o MST.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6452>>. Acesso em: 18 maio. 2011.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. **Questão agrária e dilemas da formação nacional.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=512>>. Acesso em: 18 maio 2011.

SAMPAIO JUNIOR, P. de A. **A necessária pressão social pela Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=498>>. Acesso em: 21 de maio 2011

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 236 p.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. BECKER, B. K., et al. (org.). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006. p. 13-21.

SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCARSO, A. **E a reforma agrária, presidenta Dilma?** Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/e-reforma-agr%C3%A1ria-presidenta-dilma>. Acesso em 15 de abril de 2012.

SCOPINHO, R. A. Controle do trabalho e condições de vida em assentamentos rurais: possibilidades e limites da cooperação autogestionária. **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 2006.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Revista Psicologia & Sociedade**, n. 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007.

SILVA, L. L. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 24-36, dez. /2000. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume02/artigo02_vol02.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2009.

SINGER, P., SOUZA, A. R.de (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** Contexto, São Paulo, 2000.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIGEO, S. GRAZIANO DA SILVA, J. ORTEGA, C. O. (Org.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro.** Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997. 372 p. p. 135-165.

SOUZA, M. A. A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/souza.rtf>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

SOUZA, M. M. O. **Cooperativismo e mudança social:** análise histórica com aplicação no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. 2004. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SOUZA, L. C.; CRAVALHO, E. R.; CLEPS JUNIOR, J. Cooperativismo, educação e viabilidades da empresa rural comunitária em projetos de reforma agrária: o caso do Assentamento São Domingos – Tupaciguara (MG). **V Encontro de Grupos de Pesquisa.** UFSM, 2009.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia.** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J. P. **A quem interessa o modelo agrícola do agronegócio.** Disponível em: <<http://www.rebellion.org.br/noticias/2004/6/1195.pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2011.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo, Expressão Popular, 2005.

VASCONCELOS, T. A. C. **A economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento territorial: alguns aspectos teóricos.** 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

WHITAKER, D. C. A, et al. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau: Letras a Margem, 2002. p. 115-120.

ZANATTA. **Governo optou pelo agronegócio.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5029>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** Medeiros, Barbosa, Franco, Esterci e Leite (orgs.). SP, Ed. UNESP, 1994.

ANEXOS

Anexo 1: Declaração de adesão à proposta de assentamento coletiva na Fazenda São Domingos – Tupacigura – MG. Pedido de admissão na COERCO São Domingos. Pedido de admissão na COERCO São Domingos

**DECLARAÇÃO DE ADEÇÃO À PROPOSTA DE ASSENTAMENTO COLETIVO NA
FAZENDA SÃO DOMINGOS – TUPACIGUARA-MG
PEDIDO DE ADMISSÃO NA COERCO-SÃO DOMINGOS**

Eu, _____, brasileiro, Cédula de Identidade
CPF n. _____, em pleno gozo de meus direitos civis, declaro nesta oportunidade que:

- 01) Participei de reuniões com o MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade sobre o Modelo de Assentamento Comunitário a ser implantado na Fazenda São Domingos e que sei que a referida área foi conquistada para este fim;
- 02) Que tenho conhecimento de que a proposta é de implantação de um assentamento coletivo, sem título de uso individual, com título único referente a todo o imóvel, cujo uso não poderá ser por mim negociado, em hipótese alguma;
- 03) Que sei que a maior parte da fazenda será destinada à produção coletiva planejada previamente, com estudo de mercado, em escala, nos termos da proposta apresentada pelo Movimento e constante, inclusive, de sentença judicial relativa ao processo. Sei também que uma área de cerca de 01 alqueire será para uso individual, para a construção de moradias, pequenas criações e pomar, área esta, no entanto, que quanto a seu uso, também poderá ser motivo de deliberação da Assembléia Geral;
- 04) Que não poderei me abster da participação na produção geral para não prejudicar os resultados da exploração coletiva, não sendo de interesse da comunidade que eu me restrinja à área de uso individual;
- 05) Que estou ciente sobre a aplicação coletiva de todos os créditos oficiais do INCRA, nos percentuais discutidos e aprovados, sendo 70% (setenta por cento) na produção geral, na área de uso coletivo e 30% (trinta por cento) na área de uso individual; e que outros recursos a fundo perdido conquistados pelo MTL e pela Cooperativa serão integralmente destinados ao uso coletivo;
- 06) Que estou ciente que somente colherei os frutos da produção geral se participar efetivamente do trabalho, valendo a máxima “quem não trabalha não come”, sendo destinado a cada um o proporcional ao seu trabalho;
- 07) Que estou esclarecido pelo MTL que a São Domingos é um modelo alternativo de assentamento para a busca da produtividade e sustentabilidade da reforma agrária e que para ser assentado tenho que ser cooperado e morar na Fazenda São Domingos;
- 08) Que após a ida para a área, se quiser desistir da proposta antes do assentamento definitivo, sairei para pleitear assentamento em outra fazenda, tendo como compromisso minha participação na luta para a referida conquista;
- 09) Que não posso, nos termos da lei geral da reforma agrária, nos termos da lei do cooperativismo e conforme aprovação geral, negociar a qualquer título, os benefícios recebidos em razão do assentamento na São Domingos;
- 10) Que, estou ciente que, em caso de desistência, meu substituto será escolhido pela COERCO-SÃO DOMINGOS e deverá ter o nome aprovado pela sua assembléia geral, após participação em reuniões do MTL;
- 11) Que estou ciente de que, em caso de desistência, somente retirarei os resultados referentes à produção a mim destinada e ao capital que integralizei no período, nos termos da lei cooperativista, bem como merecerei pagamento de benfeitorias feitas às minhas custas;
- 12) Declaro ainda que sei que somente após um período de experiência é que serei admitido na Cooperativa, nos termos da lei, sendo que me comprometo a subscrever a quotas partes previstas em seu Estatuto.

Assim, nestes termos, venho pleitear meu assentamento na Fazenda São Domingos e minha admissão na COERCO-SÃO DOMINGOS.
Tupacigura-MG _____ de _____ de _____

Assinatura do Requerente _____

Ciência do cônjuge _____

Anexo 2: Roteiro de Entrevista 1 – Presidente da COERCO São Domingos – Tupaciguara / MG

ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

PRESIDENTE COERCO (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DE EMPREENDIMENTO RURAL COMUNITÁRIO) DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS – TUPACIGUARA / MG

Nome entrevistado: _____ Data: ____/____/____

I Parte – Histórico e trajetória do presidente da COERCO

01) Origem e atividade anterior ao PA São Domingos

02) Como iniciou sua militância no movimento?

II Parte – Histórico e Infraestrutura do PA São Domingos

03) Situação anterior da área correspondente ao PA São Domingos:

() comercial () subsistência () outros: especificar _____

04) Possui energia elétrica?

() Sim () Não

05) Qual é a origem da energia elétrica utilizada no PA?

06) Como é descartado o esgoto das casas no PA?

07) Como é descartado o lixo doméstico no PA?

III Parte – Organização da produção

08) Possui algum tipo de equipamento para utilizar na produção?

() Sim () Não

() Quais: _____

09) Utiliza algum tipo de insumo químico na produção?

() Sim () Não

() Quais: _____

10) Existe assistência técnica no assentamento?

11) Os assentados da São Domingos já receberam algum tipo de crédito?

Sim Não

12) Se não, como estão produzindo atualmente?

13) Como você avalia a liberação e valor dos créditos:

Custeio: _____

Habitação: _____

Outros créditos: _____

14) Qual é a qualidade do solo do PA São Domingos

excelente bom razoável ruim péssimo

15) Utilização da terra:

pastagens _____ ha

culturas perenes _____ ha

culturas anuais _____ ha

outras _____ ha

Total da área da fazenda: _____ ha

Total da área plantada: _____ ha

Total da área ociosa: _____ ha

16) Como são tomadas as decisões sobre o que será plantado e como serão divididas as tarefas do dia-a-dia?

IV Parte – Cooperativismo no MTL

17) Quando e por que se iniciou essa experiência coletiva? Quais são os principais benefícios dessa experiência?

18) Qual é a inspiração para o modelo coletivo adotado pelo MTL na São Domingos?

19) Qual a importância do projeto da COERCO São Domingos para o MTL?

20) Qual é a importância do projeto da COERCO para as famílias na Fazenda São Domingos?

21) Quais são as principais dificuldades de implantação e organização do trabalho coletivo entre as famílias assentadas?

22) Diante dos problemas que os assentamentos sofrem hoje, qual seria em sua opinião a melhor forma de organização para a viabilidade econômica e social dos assentamentos da região?

23) Gostaria que você falasse sobre a diferença entre a produção individual e produção coletiva e o resultado dessas escolhas nos assentamentos.

24) Gostaria que você falasse um pouco sobre o Assentamento São Domingos? Tem outra experiência de assentamento cooperativista do MTL que você poderia citar?

V Parte – Trabalho Coletivo

25) Todas as famílias participam dos trabalhos realizados coletivamente?

() Sim

() Não

Por quê? _____

26) De que maneira são tomadas as decisões referentes à cooperativa?

27) Como você vê a relação do debate sobre a cooperação agrícola e a organização política do assentamento?

28) Em que a cooperação agrícola contribui politicamente para o conjunto do MTL?

29) Quais os principais desafios que o MTL possui atualmente, em relação à cooperação agrícola?

30) Como você avalia o projeto político do governo para os assentados?

Governo FHC: _____

Governo Lula: _____

Perspectivas no Governo Dilma: _____

31) A cooperativa já ofereceu algum curso de capacitação para o trabalho coletivo?

Sim Não

Quais: _____

32) Qual é a postura do INCRA perante o projeto de desenvolvimento cooperativo na Fazenda São Domingos?

33) No entorno do PA São Domingos existem fazendas que produzem cana, pecuária, dentre outras atividades caracterizadas pelo agronegócio. Qual é o sentimento e a expressividade de uma área de reforma agrária incrustada nesse cenário dominado pelo agronegócio?

34) Atividade(s) produtiva(s) desenvolvidas na cooperativa: (Período: agosto de 2010 a julho de 2011).

Produto	Quantidade – total da produção (unidade)	Quantidade destinada ao consumo	Quantidade destinada a comercialização	Meio de transporte utilizado para comercialização	Destinatário da produção	Renda mensal(R\$)

Observações:

Anexo 3: Roteiro de Entrevista 2 – Assentados da Fazenda São Domingos – Tupaciguara / MG**ROTEIRO DE ENTREVISTA 2
ASSENTADOS DA FAZENDA SÃO DOMINGOS –TUPACIGUARA / MG****I Parte – Identificação e Infraestrutura**

1) Nome do entrevistado (a): _____ Data: ___/___/___

2) Naturalidade: _____

3) Estado civil: _____

4) Ocupação anterior (última) antes de vir para São Domingos: _____

5) Você já trabalhou em área rural? () Sim () Não

Quanto tempo (anos)? _____

6) Quantas pessoas moram nesta casa: _____

7) O entrevistado reside fora do acampamento?

() Sim () Não

Onde? _____

II Parte – Histórico da Fazenda São Domingos

8) Participou do processo de ocupação da Fazenda São Domingos?

() Sim () Não

9) Há quanto tempo reside na fazenda São Domingos? _____

10) Como você começou a participar do movimento?

11) Quais foram os principais motivos da vinda para o assentamento?

III Parte – Núcleo Familiar e Relações de Trabalho

12) Descrição do núcleo familiar:

Parentesco*	Sexo	Idade	Escolaridade	Mora no PA São Domingos
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	
	<input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		<input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> EFI <input type="checkbox"/> EFC <input type="checkbox"/> EMI <input type="checkbox"/> EMC <input type="checkbox"/> ESI <input type="checkbox"/> ESC	

* Em relação ao entrevistado

Legenda: A (analfabeto) / EFI (ensino fundamental incompleto) / EFC (ensino fundamental completo) / (EMI) ensino médio incompleto / EMC (ensino médio completo) / ESI (ensino superior incompleto) / ESC (ensino superior completo).

13) Em sua família existem membros que estudam atualmente?

() Sim () Não

Se sim, em qual instituição?

Instituição (ensino fundamental): _____

Instituição? (ensino médio): _____

Instituição? (ensino superior): _____

14) Você tem filhos?

() Sim () Não

15) Seus filhos moram na fazenda São Domingos?

Sim Não

16) Eles pretendem morar na fazenda São Domingos?

Sim Não

Por quê?

17) Existem pessoas da sua família que trabalham fora da fazenda?

Sim Não

Se sim, por quê?

17.1) Em quais atividades?

18) A renda das pessoas que trabalham fora na fazenda São Domingos é utilizada para suprir necessidades no PA?

Sim Não

19) Qual é a origem da sua renda principal?

20) Qual é o valor da sua renda principal (com base no salário mínimo atual de R\$ 545,00)?

21) Você considera que sua renda atual é melhor do que no período anterior à vinda para a São Domingos? Sim Não

Por quê? _____

IV Parte – Organização do trabalho coletivo na Fazenda São Domingos

22) Você participa da COERCO São Domingos?

Sim Não

Por quê?

23) Já possuía experiência de trabalho coletivo antes de sua vinda para o assentamento?

Sim Não

Em que? _____

24) Você acredita que a forma cooperativista implantada na Fazenda São Domingos é eficiente?

Sim Não

Por quê? _____

25) Quais são as maiores dificuldades do trabalho coletivo?

26) Quais são os benefícios do trabalho coletivo?

27) Como você vê o relacionamento das pessoas em relação ao trabalho coletivo?

V Parte – Opiniões e perspectivas na Fazenda São Domingos

28) Você considera que sua vida melhorou depois que veio para a fazenda São Domingos?

Sim Não

Em quais aspectos?

Por exemplo: alimentação, educação, saúde, habitação, convivência em comunidade, dentre outras.

29) Você considera que sua vida piorou depois que veio para a fazenda São Domingos?

Sim Não

Em quais aspectos?

30) Como você considera seu nível de relação de pertencimento (apego) à esta terra na fazenda São Domingos?

forte médio fraca

Por quê? _____

31) Como você vê a atuação das lideranças no assentamento?

32) Você possui identificação (sentimento de pertencimento) em relação ao MTL?

33) Quais são suas perspectivas futuras no assentamento?

34) Você considera que valeu a pena lutar por essa terra na fazenda São Domingos?

Sim Não

Por quê? _____

35) No período em que a escola funcionou na São Domingos você considerou que ela trouxe benefícios para o assentamento e os assentados?

36) O que representou o encerramento das atividades da escola Família Rural na fazenda São Domingos?

37) Cite em sua opinião, em ordem de importância as três principais necessidades de implantação no acampamento:

1ª) _____

2ª) _____

3ª) _____

38) Defina em uma frase o que significa a cooperativa da fazenda São Domingos:

Anexo 4: Roteiro de Entrevista 3 – Direção Nacional do MTL**ROTEIRO DE ENTREVISTA 3**

Movimento/Entidade: MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade

Cargo/Função: Direção Nacional do MTL

Nome entrevistado:

01) Qual o histórico do movimento no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?

02) Quais principais problemas que o movimento enfrentou quando iniciou as ocupações na região?

03) Quais são as estratégias da luta pela terra feita pelo movimento?

04) Existiram uniões deste movimento com outros movimentos em algum momento?

05) Qual a participação do movimento com relação a luta dos já assentados pela Reforma Agrária no que diz respeito a luta na terra no assentamento?

06) Existem muitos movimentos de luta pela terra atuando na região. Você considera esse cenário negativo ou positivo?

07) Onde e como ocorre o primeiro contato com os sujeitos que irão participar da luta pela terra?

08) O que o movimento que você representa faz hoje para o avanço da luta pela terra na região e como ele faz?

09) Diante dos problemas que os assentamentos sofrem hoje, qual seria na sua opinião a melhor forma de organização para a viabilidade econômica e social dos assentamentos da região?

Porque? _____

10) Quais as perspectivas que você observa com relação ao futuro da Reforma Agrária e aos projetos de assentamento rural implantados na região?

11) Quais são as principais pautas e projetos políticos que o MTL defende?

12) Quais são os alcances ou conquistas da luta pela terra no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba?

13) Quais organizações/instituições (a exemplo: sindicatos, partidos, entidades, associações, etc.) são colaboradoras do movimento no processo de luta pela terra?

14) Qual a relação do movimento com as entidades: INCRA, MDA e ITER-MG?

15) Como o movimento de luta pela terra está estruturado (diretorias, setores, etc.)?

16) Qual o diferencial deste movimento em relação aos outros movimentos? O que você considera que este movimento defende que outros movimentos não?

17) Por que o movimento luta, ou seja, qual o sentido que você vê na luta pela terra?

18) Vocês enviam lideranças da região para passar as idéias do movimento para os outros Estados? Como se dá esse processo de nacionalização do MTL?

19) Gostaria que falasse um pouco sobre o Assentamento da Fazenda São Domingos. Tem outra experiência de assentamento do MTL que você poderia citar?

20) Qual a importância do projeto da COERCO São Domingos para o MTL?

21) Existe algum trabalho de base no assentamento, o movimento se reúne com os futuros assentados após uma desapropriação, por exemplo, e faz propostas para aquele assentamento?

22) Qual é a postura do INCRA perante o projeto de desenvolvimento cooperativo na Fazenda São Domingos?

23) Qual é a relação do MTL e o PSOL

24) Como é feito o cálculo para divisão do lucro entre os assentados?
